



## **REQUALIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA AUGI**

O CENTRO RELIGIOSO E COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO  
BAIRRO DO CASAL NOVO

Maria Inês Alves Feio  
(Licenciada)

Projecto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Professor Doutor Pedro Rodrigues  
Co-orientador Científico: Professor Doutor José Luís Crespo

Júri:  
Presidente: Professora Doutora Soledade Sousa  
Vogal: Professor Doutor Miguel Baptista-Bastos

Lisboa, Março 2015





## RESUMO

Ao longo dos anos, as cidades sofreram mutações territoriais, essencialmente devido à densidade demográfica, levando ao seu crescimento gradual. Contudo, em meados do século XX, os fenómenos migratórios reflectiram-se num crescimento demográfico nas grandes cidades, obrigando à expansão destas para as suas periferias. Este crescimento, originou áreas suburbanas, em grande parte caracterizadas pelo desprezo dos espaços de domínio público e consequente construção de habitações clandestinas, levando ao aparecimento das áreas urbanas de génese ilegal.

Actualmente, há uma preocupação acrescida na requalificação destas áreas, por serem vistas cada vez mais como dormitórios, e não como espaços relacionais, de união e encontro.

O presente trabalho, pretendeu desenvolver um discurso teórico para compreender o fenómeno do Bairro do Casal Novo, em Odivelas, para posteriormente desenvolver um projecto prático capaz de responder às suas carências. Desenvolvem-se assim diversos equipamentos complementados por espaços públicos, onde ganha destaque um centro religioso e comunitário, caracterizado por um marco iconográfico, o núcleo arqueológico do Dólmen do Sítio das Pedras Grandes.

**Palavras-Chave:** AUGI, Espaço Público, Equipamentos, Centralidade, Património



## ABSTRACT

Along the years, cities underwent territorial change, mainly due to demographic density, leading to its gradual growth. However, in the mid-twentieth century, migratory phenomena led to a demographic growth in large cities, forcing their expansion to the peripheries. This growth originated suburban areas, largely characterized by contempt of public domain spaces and consequent construction of illegal housing, giving place to the appearance of urban areas of illegal origin.

Currently, there is an increasing concern in the rehabilitation of these areas, as they are increasingly seen as dormitories, and not as relational spaces, for meeting and union.

The present study intends to develop a theoretical approach to understanding what gave place to Bairro do Casal Novo, in Odivelas, followed by the development of a practical project able to meet the residents shortcomings. Several urban equipment were proposed, complemented by public spaces, where gains prominence a religious and community center, characterized by an iconographic landmark, the archaeological nucleus Dólmen do Sítio das Pedras Grandes.

**Keywords:** AUGI, Public Space, Equipments, Centrality, Patrimony



## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores José Luís Crespo e Pedro Rodrigues, pela disponibilidade, orientação e conhecimento partilhado.

Aos meus amigos, e a todos colegas que me acompanharam ao longo deste percurso.

À minha família, por todo o apoio, incentivo e motivação.

Ao André, por todo o carinho, encorajamento e paciência, por ser o meu pilar.



# ÍNDICE GERAL

<b>Resumo</b>	I
<b>Abstract</b>	III
<b>Agradecimentos</b>	V
<b>Índice geral</b>	VII
<b>Índice de figuras e tabelas</b>	IX
<b>Lista de siglas e abreviaturas</b>	XVII
<b>1. Introdução</b>	1
1.1. Justificação do tema	2
1.2. Objectivos	2
1.3. Questões de trabalho e hipóteses	3
1.4. Metodologia de investigação	4
1.5. Estrutura do trabalho	6
<b>2. Elementos e componentes estruturantes e de qualificação do território</b>	9
2.1. Áreas Urbanas de Génese Ilegal: um fenómeno multifacetado	9
2.2. Espaço público	14
2.2.1. O espaço público nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal	20
2.3. Centro e Centralidade	21
2.3.1. A igreja como elemento gerador de centralidade	24
2.4. Equipamentos colectivos	26
2.5. Património	29
2.5.1. O Dólmen do Sítio das Pedras Grandes	32

<b>3. Caso de estudo: o Bairro do Casal Novo</b>	37
3.1. Enquadramento e inserção do bairro	37
3.1.1. Enquadramento territorial	37
3.1.2. Enquadramento estratégico e regulamentar	41
3.2. Diagnóstico do bairro	46
3.2.1. Caracterização/evolução urbana	46
3.2.2. Caracterização da população e do edificado	49
3.2.3. Morfologia urbana	53
3.2.4. Equipamentos, comércio e serviços	57
3.2.5. Mobilidade e acessibilidade	58
3.3. Análise dos inquéritos por questionário à população do bairro	62
3.3.1. Metodologia	62
3.3.2. Caracterização da amostra	62
3.3.3. Caracterização das necessidades e expectativas dos inquiridos	65
3.3.4. Síntese conclusiva	67
3.4. Diagnóstico SWOT	67
<b>4. Componente projectual</b>	73
4.1. Proposta e programa de intervenção	73
<b>5. Considerações finais</b>	89
<b>Bibliografia</b>	91
<b>Anexos</b>	101



## ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

<b>Fig. 1.</b> Áreas urbanas de génese ilegal na AML	10
<b>Fig. 2.</b> Paris, 1900	12
<b>Fig. 3.</b> Plano Voisin, 1925	12
<b>Fig. 4.</b> Bairros Pio XII e Contumil antes da intervenção	13
<b>Fig. 5.</b> Bairros Pio XII e Contumil depois da intervenção	13
<b>Fig. 6.</b> Apropriação do espaço público	14
<b>Fig. 7.</b> Espaço público na cidade - Rua Augusta, Lisboa.	16
<b>Fig. 8.</b> Espaço público no bairro - Bairro Alto, Lisboa	16
<b>Fig. 9.</b> Praça Real, Barcelona	19
<b>Fig. 10.</b> Parque Güell, Barcelona	19
<b>Fig. 11.</b> Parque Joan Miró, Barcelona	19
<b>Fig. 12.</b> Bairro do Casal Novo, Odivelas	21
<b>Fig. 13.</b> CBD Nova Iorque	22
<b>Fig. 14.</b> CBD Paris	22
<b>Fig. 15.</b> Praça de São Marcos, Veneza	23
<b>Fig. 16.</b> Ágora na cidade grega, com o templo à direita	25
<b>Fig. 17.</b> Planta da cidade romana	25
<b>Fig. 18.</b> Catedral e praça em Siena	25
<b>Fig. 19.</b> Palácio Nacional da Pena, Sintra	31
<b>Fig. 20.</b> Carlos Ribeiro junto do Dólmén das Pedras Grandes, em 1920	33
<b>Fig. 21.</b> Dólmén das Pedras Grandes com terreno lavrado junto aos esteios em 1941	33

<b>Fig. 22.</b> Dólmen das Pedras Grandes em 1944	33
<b>Fig. 23.</b> Dólmen das Pedras Grandes em 2004	33
<b>Fig. 24.</b> Remoção dos esteios tombados	34
<b>Fig. 25.</b> Aspecto da anta após a remoção dos esteios	34
<b>Fig. 26.</b> Dólmen do Sítio das Pedras Grandes em 2013	35
<b>Fig. 27.</b> Enquadramento do município de Odivelas na Área Metropolitana de Lisboa	37
<b>Fig. 28.</b> Vista aérea do concelho de Odivelas com as respectivas freguesias e identificação do Bairro do Casal Novo	38
<b>Fig. 29.</b> Vista aérea do Bairro do Casal Novo e bairros adjacentes	38
<b>Fig. 30.</b> Terrenos a intervir no Bairro do Casal Novo	39
<b>Fig. 31.</b> Vista do terreno A	40
<b>Fig. 32.</b> Vista do terreno A	40
<b>Fig. 33.</b> Vista do terreno B	40
<b>Fig. 34.</b> Vista do terreno B	40
<b>Fig. 35.</b> Vista do terreno C	40
<b>Fig. 36.</b> Vista do terreno C	40
<b>Fig. 37.</b> Vista do terreno D	40
<b>Fig. 38.</b> Vista do terreno D	40
<b>Fig. 39.</b> Esquema do Modelo Territorial da AML	42
<b>Fig. 40.</b> Esquema das dinâmicas territoriais da AML	42
<b>Fig. 41.</b> Coroas que definem o conceito de transportes da AML a partir da Praça do Marquês de Pombal	43

<b>Fig. 42.</b> Carta de Ordenamento do Bairro do Casal Novo	45
<b>Fig. 43.</b> Proposta de equipamentos colectivos na zona do Bairro do Casal Novo	45
<b>Fig. 44.</b> Proposta de habitação na zona do Bairro do Casal Novo	46
<b>Fig. 45.</b> Património arquitectónico e arqueológico	46
<b>Fig. 46.</b> Ortofotomapa de 1965	47
<b>Fig. 47.</b> Ortofotomapa de 1977	47
<b>Fig. 48.</b> Ortofotomapa de 1990	48
<b>Fig. 49.</b> Ortofotomapa de 1982	48
<b>Fig. 50.</b> Ortofotomapa de 1998	49
<b>Fig. 51.</b> Ortofotomapa de 2005	49
<b>Fig. 52.</b> Idade dos indivíduos residentes	50
<b>Fig. 53.</b> Nível de escolaridade dos indivíduos residentes	51
<b>Fig. 54.</b> Situação actual dos indivíduos residentes	51
<b>Fig. 55.</b> Sector de emprego dos indivíduos residentes	52
<b>Fig. 56.</b> Indivíduos residentes que estudam ou trabalham no Município de Residência	52
<b>Fig. 57.</b> Número de pisos dos edifícios	53
<b>Fig. 58.</b> Planta dos quarteirões do Bairro do Casal Novo	54
<b>Fig. 59.</b> Esquema de um quarteirão do Bairro do Casal Novo	54
<b>Fig. 60.</b> Densidade de edificado no Bairro do Casal Novo	54

<b>Fig. 61.</b> Uma das habitações com anexo do Bairro do Casal Novo	55
<b>Fig. 62.</b> Uma das ruas do Bairro do Casal Novo	55
<b>Fig. 63.</b> Tipos geomorfológicos presentes no concelho de Odivelas	56
<b>Fig. 64.</b> Planta do Bairro do Casal Novo com a altimetria e identificação dos terrenos a intervir	56
<b>Fig. 65.</b> Planta do Bairro do Casal Novo com indicação dos diferentes usos	57
<b>Fig. 66.</b> Usos dos edifícios no Bairro do Casal Novo	58
<b>Fig. 67.</b> Tempo de deslocação do Bairro do Casal Novo à sua envolvente utilizando transportes públicos	59
<b>Fig. 68.</b> Tempo de deslocação do Bairro do Casal Novo à sua envolvente utilizando viatura própria	59
<b>Fig. 69.</b> Vias principais do concelho de Odivelas	60
<b>Fig. 70.</b> Vias principais do Bairro do Casal Novo	60
<b>Fig. 71.</b> Percursos do Bairro do Casal Novo para os equipamentos do território	61
<b>Fig. 72.</b> Estrutura etária da população inquirida	63
<b>Fig. 73.</b> Estado civil da população inquirida	63
<b>Fig. 74.</b> Naturalidade da população inquirida	63
<b>Fig. 75.</b> Freguesia de residência da população inquirida	63
<b>Fig. 76.</b> Anos de residência no bairro da população inquirida	63
<b>Fig. 77.</b> Famílias por número de elementos	64

<b>Fig. 78.</b> Nível de escolaridade da população inquirida	64
<b>Fig. 79.</b> Condição perante actividade económica	64
<b>Fig. 80.</b> Principais interesses da população inquirida	65
<b>Fig. 81.</b> Actividades em que a população participa no bairro	65
<b>Fig. 82.</b> Valências num centro comunitário/cívico	66
<b>Fig. 83.</b> Necessidade de espaços públicos	66
<b>Fig. 84.</b> Religião dos inquiridos	66
<b>Fig. 85.</b> Necessidade de uma capela mortuária associada à igreja	66
<b>Fig. 86.</b> Esquema dos núcleos propostos para o Bairro do Casal Novo	73
<b>Fig. 87.</b> Esquema dos núcleos do Bairro de Alvalade	73
<b>Fig. 88.</b> Áreas de intervenção com respectivos usos	74
<b>Fig. 89.</b> Planta do edificado proposto	74
<b>Fig. 90.</b> Esquema dos eixos viários adjacentes aos terrenos A e B	75
<b>Fig. 91.</b> Esquema dos eixos viários adjacentes ao terreno D	75
<b>Fig. 92.</b> Esquema dos eixos viários adjacentes ao terreno C	76
<b>Fig. 93.</b> Cromeleque dos Almendres, Évora	77
<b>Fig. 94.</b> Anta das Pedras Grandes, Bairro do Casal Novo	77
<b>Fig. 95.</b> Vista do Palácio da Pena a partir do terreno da anta	77

<b>Fig. 96.</b> Vista do eixo principal Norte-Sul para a praça	78
<b>Fig. 97.</b> Vista aérea da praça	78
<b>Fig. 98.</b> Vista aérea do conjunto religioso de Marco de Canaveses, Siza Vieira	78
<b>Fig. 99.</b> Pátio das escolas, Gonçalo Byrne	79
<b>Fig. 100.</b> Vista da entrada para igreja e respectivo adro	80
<b>Fig. 101.</b> Vista da entrada para a Catedral de Brasília, Niemeyer	80
<b>Fig. 102.</b> Vista dos sinos do convento La Tourette, Le Corbusier	80
<b>Fig. 103.</b> Vista da entrada secundária para o adro capela mortuária da igreja de Santa Maria, Siza Vieira	81
<b>Fig. 104.</b> Capela mortuária da Igreja de Santa Maria, Siza Vieira	81
<b>Fig. 105.</b> Vista da pia baptismal	81
<b>Fig. 106.</b> Capela da reconciliação, Rudolf Reitermann e Peter Sassenroth	83
<b>Fig. 107.</b> Capela de Bruder Klaus, Zumthor	83
<b>Fig. 108.</b> Casa Malaparte, Adalberto Libera	85
<b>Fig. 109.</b> Pavilhão da Índia, Charles Correa	85
<b>Fig. 110.</b> Vista do centro paroquial	85
<b>Fig. 111.</b> Auditório da Gulbenkian	85
<b>Fig. 112.</b> Gandhi Ashram Memorial Museum, Charles Correa	85
<b>Fig. 113.</b> Vista do centro comunitário	86

<b>Fig. 113.</b> Vista do centro comunitário	86
<b>Fig. 114.</b> Vista a partir do centro comunitário com o enquadramento da anta e respectivo Palácio da Pena	87
<b>Fig. 115.</b> Plano de urbanização de Alvalade, Faria da Costa	121
<b>Fig. 116.</b> Igreja de Alvalade	121
<b>Fig. 117.</b> Qualificação do espaço público dos bairros Pio XII e Contumil, Menos é mais architectos	122
<b>Fig. 118.</b> Qualificação do espaço público dos bairros Pio XII e Contumil, Menos é mais architectos	122
<b>Fig. 119.</b> Qualificação do espaço público dos bairros Pio XII e Contumil, Menos é mais architectos	122
<b>Fig. 120.</b> Requalificação do Pátio das Escolas, Byrne	123
<b>Fig. 121.</b> Requalificação do Pátio das Escolas, Byrne	123
<b>Fig. 122.</b> Requalificação do Pátio das Escolas, Byrne	123
<b>Fig. 123.</b> Gandhi Ashram Memorial Museum, Charles Correa	124
<b>Fig. 124.</b> Gandhi Ashram Memorial Museum, Charles Correa	124
<b>Fig. 125.</b> Gandhi Ashram Memorial Museum, Charles Correa	124
<b>Fig. 126.</b> Capela de Notre-Dame-du-Haut, Le Corbusier	125
<b>Fig. 127.</b> Capela de Notre-Dame-du-Haut, Le Corbusier	125
<b>Fig. 128.</b> Capela de Notre-Dame-du-Haut, Le Corbusier	125
<b>Fig. 129.</b> Vista da fachada do altar da igreja	126

<b>Fig. 130.</b> Vista da entrada principal da igreja, com escala humana (1,80m)	126
<b>Fig. 131.</b> Vista do pátio de acesso à capela mortuária	126
<b>Fig. 132.</b> Porta da igreja e respectivas torres	126
<b>Fig. 133.</b> Baptistério	127
<b>Fig. 134.</b> Luz zenital do baptistério	127
<b>Fig. 135.</b> Átrio de acesso à capela mortuária	127
<b>Fig. 136.</b> Vista geral da entrada da igreja	127
<b>Fig. 137.</b> Vista geral da assembleia e do presbitério	127
<b>Fig. 138.</b> Capela de Bruder Klaus em construção	129
<b>Fig. 139.</b> Enquadramento paisagístico da capela	129
<b>Fig. 140.</b> Luz zenital no interior da capela	129
<b>Fig. 141.</b> Luz zenital no interior da capela	129
<b>Fig. 142.</b> Porta de entrada vista do exterior	129
<b>Fig. 143.</b> Porta de entrada vista do interior	129



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AML – Área Metropolitana de Lisboa

AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal

CBD – Central Business District

CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CMO – Câmara Municipal de Odivelas

CREL – Circulação Regional Exterior de Lisboa

DGOTDU – Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

IC – Itinerário Complementar

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

INE – Instituto Nacional de Estatística

PDM – Plano Director Municipal

PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território

PP – Plano Pormenor

PROT-AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

REURB – Reabilitação urbana

SWOT – Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats



# 1. INTRODUÇÃO

A cidade actual, é vivida por meio de espaços de domínio público, capazes de reunir não só os seus residentes como os seus visitantes. Estes espaços, são dotados de diversos usos, funções e actividades com vista a satisfazer as necessidades e exigências da população. A permanência desta, advém essencialmente da existência não só de comércio e serviços, mas de equipamentos diversificados.

Estas, seriam qualidades idílicas para todo o tipo de territórios, contudo, ao longo dos anos, devido a fenómenos migratórios e também demográficos, as cidades expandiram-se para as periferias, surgindo diversos territórios que não contemplavam as qualidades urbanas exigidas. Exemplo disso, foi o aparecimento de áreas urbanas de génese ilegal, caracterizadas somente pela presença de habitação, descurando o espaço público, atribuindo a estas áreas o carácter de territórios desqualificados e desestruturados que funcionam sobretudo como bairros-dormitórios, como é o caso do Bairro do Casal Novo, em Odivelas.

Tendo em vista as considerações anteriormente apresentadas, é nosso propósito elaborar uma análise e investigação das características históricas, físicas e sociais inerentes a este território, para posteriormente, através de uma leitura crítica da mesma, termos a capacidade de os requalificar e reestruturar. Pressupõe-se que estas intervenções, passarão por dotar estas áreas de espaços públicos complementados por equipamentos, capazes de promover novas centralidades e consequentemente, novas formas de viver o espaço. Estes novos vínculos, pretendem proporcionar uma coexistência social e espacial, incentivando a vivência do espaço público.

### **1.1. Justificação do tema**

O tema que se propõe desenvolver, centra-se na problemática do fenómeno da AUGI e respectiva requalificação destes territórios, tendo por base a criação de espaços públicos e equipamentos, capazes de gerar centralidade e promover sociabilidade. Deste modo, parece-nos pertinente ensaiar uma reflexão teórica sobre este tema, bem como elaborar uma proposta que materialize os conceitos analisados.

A área de intervenção urbana, compreende o Bairro do Casal Novo, localizado em Odivelas, tendo como perspectiva global a realização de uma análise aprofundada que englobe as temáticas necessárias ao seu entendimento, com o intuito de intervir de forma mais qualificada, resolvendo, em parte, as suas carências enquanto território de génese ilegal. É de salientar, uma particularidade deste território, relativa à pré-existência de um monumento nacional, o qual requer uma atenção acrescida. É nesse sentido que este trabalho visa também, compreender as questões inerentes à sua conservação e consequente valorização.

### **1.2. Objectivos**

A investigação tem como objectivo clarificar as configurações da área de análise e intervenção e a inscrição da população na mesma. Em complementaridade, interessa-nos analisar as relações entre a população e os usos dos espaços públicos e dos equipamentos, bem como, compreender as necessidades e aspirações dos residentes nos domínios referidos.

Neste contexto, a uma escala tanto urbana como arquitectónica, a análise e proposta de intervenção prendem-se à dinamização e requalificação do bairro, que actualmente se apresenta descaracterizado e mal estruturado. As principais intenções

passam por desenvolver um novo plano urbano, tirando partido das pré-existências, por um lado, e por outro lado, dotar este Bairro de usos e funções, proporcionando a fixação e integração da população neste espaço, procurando-se, assim, promover a médio e longo prazos, uma coexistência social e espacial de pessoas e grupos sociais com modos de vida diferentes.

A proposta projectual prevê a inclusão de um centro religioso/comunitário, um centro desportivo, um centro multiusos e ainda habitação, sendo que a sua implementação se deverá inter-relacionar, isto é, projectar transições entre estes espaços, trazendo “fios condutores” que os possam “unir”, utilizando como estratégia a intervenção no espaço público, percebendo esta união/relação entre espaço público e equipamento, tendo como intuito trazer novas formas de viver os espaços e consequentemente novos residentes.

Optámos pelo desenvolvimento do centro religioso/comunitário pois, este poderá promover a convivência entre a população e ainda, facilitar o acesso a diversas actividades, que anteriormente não existiam, e que de certa forma poderão atribuir a este espaço um carácter central, de reflexão, aprendizagem e convívio.

### **1.3. Questões de trabalho e hipóteses**

Ao iniciar esta investigação surgiram algumas questões relevantes para compreensão e posterior intervenção neste território. Como tal, o estudo a desenvolver pretende responder às seguintes questões:

De que modo o desenho do espaço público e a implementação de equipamentos no Bairro do Casal Novo, condiciona a sociabilidade dos moradores?

Poderão os equipamentos, em concordância com os espaços

Poderão os equipamentos, em concordância com os espaços públicos, ser elementos geradores de centralidade?

De que forma o monumento poderá valorizar o espaço urbano do Bairro do Casal Novo?

Como resposta provisória a estas questões, surgiram as seguintes hipóteses:

A inclusão de equipamentos facilita a proximidade e a convivência entre grupos sociais e culturais distintos.

A integração de novos arruamentos, passeios e vias pedonais, irão proporcionar um maior usufruto da via pública.

A implantação estratégica destes novos equipamentos pretende estabelecer uma relação com espaço público, criando novas centralidades e novos espaços de transição que proporcionam uma maior vivência do espaço por parte dos moradores.

O monumento, integrado no espaço público, funciona como pólo de atractividade do bairro, valorizando o território.

#### **1.4. Metodologia de investigação**

A fim de estabelecer um enquadramento do tema, bem como a contextualização do local de intervenção, adoptou-se uma metodologia de casos de estudo, ou seja, uma abordagem de carácter qualitativo, em que se mobilizou uma diversidade de técnicas de recolha e análise de informação (observação directa, análise documental e inquérito por questionário) para perceber o fenómeno estudado na sua totalidade e múltiplas dimensões. Esta recolha informativa contribuiu para a criação de um programa para um equipamento colectivo a ser desenvolvido a nível projectual e que pretendeu contribuir para um bem-estar social e qualidade de vida dos residentes.

A tentativa de melhoria da qualidade de vida através da renovação de um determinado espaço público, levanta conceitos complexos e que necessitam de ser investigados e analisados de forma a perceber quais os factores que poderão contribuir para esta mesma realidade. Para isso, foi necessária a elaboração de uma análise capaz de abranger diversos factores, nomeadamente sociais, físicos, históricos e culturais.

Este trabalho foi estruturado em quatro momentos distintos, interdependentes mas e relacionados entre si.

Uma primeira fase recaiu no estudo de teorias e considerações de vários autores, que ajudaram a responder aos intuitos da proposta projectual a desenvolver, complementando com o recurso a casos de estudo de relevância nacional e internacional. Os métodos utilizados nesta fase basearam-se na recolha e análise crítica de livros, textos e documentos, pretendendo-se definir o quadro conceptual e o âmbito do estudo.

Numa segunda fase fez-se o enquadramento, o diagnóstico e a análise da área de estudo. Neste contexto utilizou-se uma metodologia intensiva e/ou qualitativa. As técnicas a utilizar serão a observação directa às práticas espaciais da população na área de estudo, assim como, os dados estatísticos, designadamente a informação estatística dos últimos recenseamentos gerais da população (INE) que possibilitaram a caracterização da população e da área de intervenção. Uma outra técnica foi a utilização de inquéritos por questionário a residentes da área de análise.

Uma terceira fase incidiu sobre a análise e descrição dos resultados obtidos nas fases anteriores, procurando-se validar as hipóteses e as questões de trabalho e melhor compreender o tema e o problema em análise.

Uma quarta fase, que serviu para enquadrar e definir a estratégia de intervenção, foi o diagnóstico SWOT. Neste contexto, fez-se o diagnóstico da situação através das potencialidades ou pontos fortes e das fragilidades ou pontos fracos da área de intervenção, assim como, o diagnóstico prospectivo, já direccionado para os objectivos, através das oportunidades e ameaças. Este diagnóstico assentou nas várias componentes que foram consagradas no estudo das fases anteriores.

Em síntese, a fase de investigação, composta pelas quatro fases referidas, será fundamental para a definição do tipo, valências e funções do equipamento a propor. O objectivo será perceber a partir dos resultados, a adequação dos espaços propostos a nível projectual ao perfil dos utilizadores.

Deste modo, a fase final implicará uma maior focalização na proposta de projecto final. A aplicação prática numa proposta projectual, dos conhecimentos adquiridos anteriormente na fase de investigação, em que é essencial definir-se: uma estratégia geral; um programa e escolha projectual de um equipamento; escolha do local de implantação.

## **1.5. Estrutura do trabalho**

O trabalho que se apresenta encontra-se estruturado em três partes:

1. Elementos e componentes estruturantes e de qualificação do território – neste capítulo, procurou-se não só abordar o fenómeno das AUGI, analisando a sua origem e respectivo processo de desenvolvimento, mas também explorar os conceitos necessários ao bom funcionamento de um território, analisando as temáticas referentes ao espaço público, equipamentos, centralidade e património. Pretende-se, dar a conhecer um período do desenvolvimento urbano português e respectivas consequências



consequências urbanas e sociais. As questões abordadas, revelam assim as ideias-chave à reestruturação e compreensão da problemática patente no Bairro do Casal Novo.

2. Caso de estudo: o Bairro do Casal Novo – é elaborado um enquadramento territorial do bairro e respectivas áreas passíveis de intervenção. Posteriormente, procurou-se fazer um enquadramento estratégico regulamentar onde são analisadas as intenções das entidades gestoras relativas a este território. De seguida, foi analisado o processo de evolução urbana, elaborada a partir de documentos históricos, que nos permitem identificar as diferentes intervenções a que o território foi submetido ao longo dos anos. A análise morfológica do território revela-se um ponto importante na compreensão da malha e tecido urbano. Do mesmo modo, a disposição, ocupação e valências do edificado, bem como a mobilidade e acessibilidade do bairro foram outros das características relevantes para o entendimento geral desta área. Recorreu-se ainda ao tratamento de dados estatísticos do INE e, posteriormente, à elaboração de um inquérito por questionário à população. Por fim, procedeu-se à sistematização da informação obtida, através do diagnóstico SWOT, que nos permitiu delinear uma estratégia de intervenção.

3. Componente Projectual – Neste capítulo, são demonstrados os conceitos, temáticas e conclusões abordadas nos capítulos anteriores, fazendo a transposição destes, para uma proposta projectual coerente com a realidade actual do território. Para isso, foram exploradas diferentes escalas de intervenção, partindo de uma proposta urbana para a proposta de um equipamento. Não se trata apenas da descrição da solução final, mas antes da correlação de todas as temáticas abordadas, nomeadamente os casos de estudo e conceitos estudados, que apoiam e justificam a proposta final.



## 2. ELEMENTOS E COMPONENTES ESTRUTURANTES E DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

### 2.1. Áreas Urbanas de Génese Ilegal: um fenómeno multifacetado

Em Portugal, a segunda metade do século XX, foi marcada por um fenómeno de migração populacional dos campos para as cidades, sobrelotando assim, os centros urbanos. Como consequência, houve um processo de urbanização acelerada e intensa, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa onde por um lado, os preços das habitações eram elevados, por outro, não havia prevenção para este fenómeno, desenvolvendo-se assim, um excesso de procura em relação à oferta de habitação (Portas, 2007; Jorge, 2010).

Como tal, a procura de melhores condições de vida, levaram a que grande parte da população procurasse alternativas junto do centro e dos limites da capital. O desenvolvimento dos transportes tanto público como privado facilitou a mobilidade e acessibilidade ao centro urbano, permitindo *“que a mancha de povoamento periférica se alargasse e ocupasse progressivamente os espaços outrora rurais”* (Silva e Pereira, 1986: 14).

Surge assim um fenómeno com importante expressão na construção e expansão das zonas urbanas, os *“territórios de génese ilegal, resultantes de um loteamento clandestino em que os proprietários de parcelas em avos construíram a sua habitação sem licença”* (Raposo, 2012: 110), originando as hoje designadas, áreas urbanas de génese ilegal (AUGI).

Entre 1950 e 1960, o maior número de AUGI encontra-se na Margem Norte da AML, sendo que, nas duas décadas seguintes, e após a construção da ponte 25 de Abril, o fenómeno clandestino expandiu-se para a Margem Sul (Malheiros, 2011). Na figura 1, é possível perceber o impacto destas áreas no território bem como a localização dos grandes aglomerados.



**Fig. 1.** Áreas urbanas de génese ilegal na AML. (Fonte: Gonçalves et al., 2010: 189)

Estas áreas resultaram no “uso do solo fragmentado, uma estrutura urbana descontínua e mal preenchida, carente de planeamento” (Jorge, 2010: 146), isto é, o desenho de novas malhas urbanas em tudo diferentes da morfologia e topologia que se vivia na cidade, remontando assim “aos subúrbios industriais das cidades ocidentais do século XIX” (Raposo, 2012: 111), mas agora servindo como dormitórios, ao invés de estarem associados a uma actividade produtiva. Estes designados dormitórios, caracterizam-se sobretudo por residências populares não-formais, povoadas por indivíduos essencialmente proveniente de zonas rurais na busca de melhores condições de vida e trabalho, por vezes sem sucesso (Raposo, 2012).

Em 1995 é aprovada a Lei das AUGI, a Lei nº 91/95 de 2 de Setembro<sup>1</sup>. É aqui que passam a denominar-se Áreas Urbanas de Génese Ilegal em vez de clandestinos, onde os PMOT têm um papel regulador, por exemplo, no PDM ao delimitar as

<sup>1</sup> A Lei teve três alterações, a primeira foi a Lei nº 165/99, de 14 de Setembro, a segunda foi a Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto e a terceira foi a Lei nº 10/2008, de 20 de Fevereiro.

áreas urbanas e urbanizáveis. Esta Lei propunha uma série de objectivos de entre os quais se destaca que, a metodologia adoptada na requalificação destes territórios poderia ser de iniciativa privada onde a legitimidade é dos proprietários que organizam uma administração conjunta que trata de todos os pormenores relativos ao loteamento a ser aprovado pela Câmara Municipal (Capítulo IV, Secção I), ou de iniciativa municipal, onde a reconversão pode ser feita através de Plano de Pormenor ou Loteamento (Capítulo IV, Secção II). Cabe ainda à Câmara Municipal delimitar as áreas das AUGI (Capítulo IV, Secção III), bem como a divisão e legalização dos espaços comuns em primeiro lugar pelo Alvará de Loteamento e, posteriormente, a divisão dos lotes pelos proprietários (Capítulo V).

Em 2011, a AML apresentava ainda 1291 AUGI em 9090ha, divididos entre a Margem Norte e Sul, afectando principalmente os concelhos de Almada, Loures, Odivelas e Sintra (Raposo e Rolo, 2011). Estes valores são o reflexo das dificuldades no processo de reconversão destes territórios, nomeadamente causados por: existência de grande número de servidões e condicionantes, a grande densidade de ocupação e a existência de construções precárias; o facto de na maior parte dos casos os proprietários terem recursos limitados ou não se interessarem pela reconversão; nas Câmaras Municipais por existir falta de recursos técnicos ou financeiros ou a reconversão das AUGI não ser uma prioridade política (Raposo e Rolo, 2011).

Uma análise global, permite-nos perceber que estas áreas apresentam algumas carências ao nível de infra-estruturas, equipamentos, espaço público, acessibilidade, mobilidade, entre outros. A tentativa de resolução destes problemas passa pela escolha da melhor solução a adoptar nestes bairros. Podemos, por um lado, adoptar um *“paradigma higienista, racionalista e funcionalista”* (Raposo, 2012:112), isto é, reconstruir a imagem

urbana, a partir da demolição do bairro e da construção de novos edifícios, à semelhança do que Le Corbusier propôs no Plano Voisin para Paris em 1925 (fig. 2 e 3). Por outro lado, podemos adotar por um “*paradigma emergente, interacionista*” (Raposo, 2012:112), ou seja, intervir no bairro de modo a requalificá-lo, mas integrando as novas construções no existente, intervindo de forma a combater as carências encontradas, “*o construir no construído*” (Raposo, 2012:112), como o atelier “menos é mais” propõe para os Bairros Pio XII e Contumil em 2007 (fig. 4 e 5).

Posto isto, “a reflexão sobre o espaço público começa a impor-se” (Jorge, 2010: 143), nomeadamente nas AUGI, onde predomina a escassez do mesmo, e consequente privilégio do espaço privado. A população destas áreas desejava apenas o direito à habitação própria, o seu espaço individual, descurando assim o espaço comum, aproveitando cada lote até aos seus limites. Esta noção de bairro provinha das aldeias de onde estas populações eram oriundas, não pretendendo “*urbanizar o rural*”, mas sim “*ruralizar o urbano*” (Ferreira et al., 1985; Jorge, 2010: 148). Não previram o excesso de densificação que se iria instalar nestas “aldeias da cidade”, que os levaria a viver em condições quase precárias, onde se apresentavam carências, como água, luz, infraestruturas, equipamentos, e sobretudo espaços públicos.

Para que a reconversão destes territórios seja possível, é necessário implementar espaços públicos, bem como espaços verdes, equipamentos, melhorias dos passeios e estacionamento, entre outros, de modo a melhorar a qualidade de vida dos moradores do bairro (Raposo, 2010).

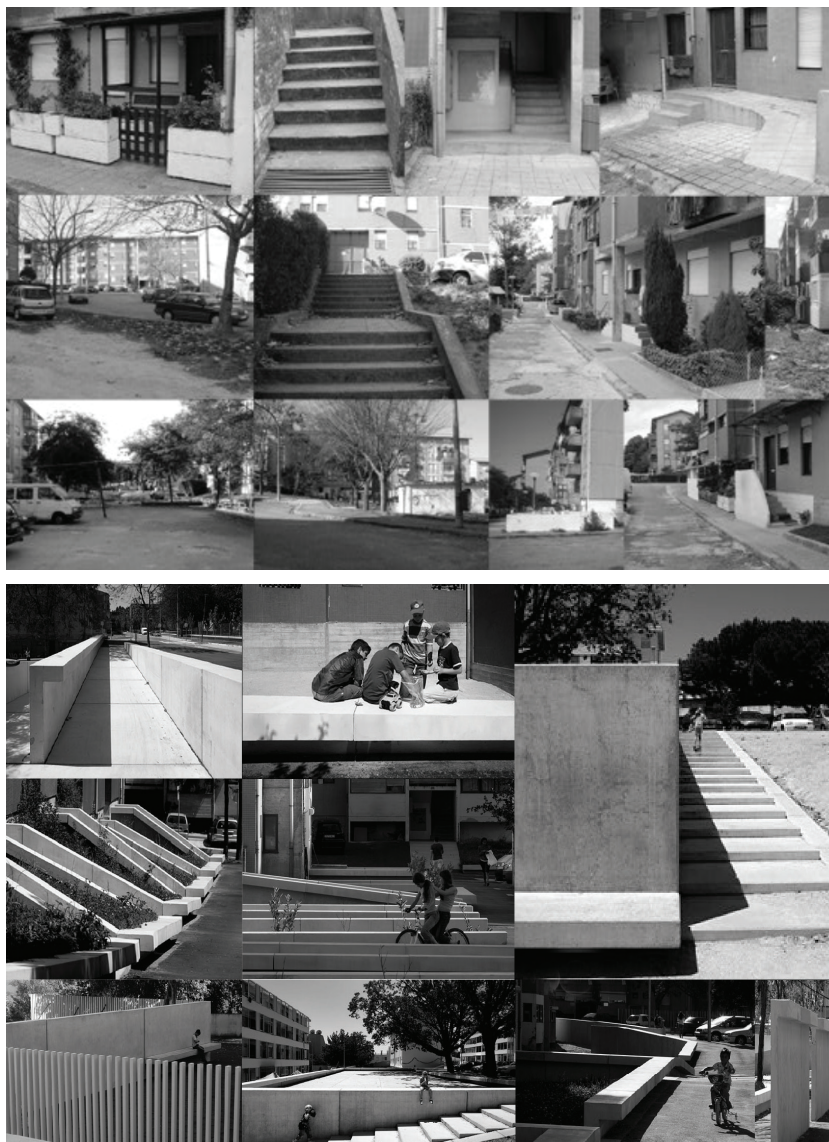
Esta necessidade de qualificação das AUGI através do espaço público, torna pertinente a clarificação desta temática de modo a perceber o seu valor não só como estratégia de intervenção urbana, mas também como promotor da qualidade de vida.



**Fig. 2.3.** (de cima para baixo) Paris, 1900. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: <http://www.oldmapsofparis.com/system/maps/9/original/paris1615.jpg?1329722213>); Plano Voisin, 1925. (Fonte: [http://meganrolph.files.wordpress.com/2011/02/plan\\_voisin\\_paris.jpg](http://meganrolph.files.wordpress.com/2011/02/plan_voisin_paris.jpg))



**Fig. 4. 5.** *(de cima para baixo)*  
 Bairros Pio XII e Contumil antes da  
 intervenção. (Fonte: [http://www.menosemais.com/pt\\_index.html](http://www.menosemais.com/pt_index.html));  
 Bairros Pio XII e Contumil depois da  
 intervenção. Elaboração própria.  
 (Fonte: [http://www.menosemais.com/pt\\_index.html](http://www.menosemais.com/pt_index.html))



## 2.2. Espaço público



**Fig. 6.** Apropriação do espaço público. (Fonte: Cullen, 2009: 23)

A reflexão sobre o espaço público, procura compreender a sua função não só enquanto elemento estruturador da forma urbana, mas também enquanto espaço que consolida os laços sociais. Pretende-se analisar as suas particularidades enquanto elemento identitário da imagem urbana e representativo da cultura e dos valores do lugar.

*“O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (...) no fundo, o espaço público é a cidade”* (Indovina, 2002: 119).

Para Indovina (2002), o espaço público é um elemento indissociável da cidade, e é através dele que a vida urbana existe, isto é, passeios, largos, praças, parques, jardins, entre outros elementos, essenciais à vida urbana. O espaço público define-se também como um lugar de referências, de identidade, onde muitas vezes elementos como



as praças ou determinados edifícios, são pontos de referência e de símbolo de um determinado lugar. Por último, o espaço público é o lugar das relações de sociabilidade, o lugar onde as pessoas se exprimem, e é este o principal papel do espaço público, mas o que hoje se encontra em crise (Indovina, 2002).

No final do século XX, o espaço público voltou a ganhar relevância, tornando-se por um lado, o elemento central dos projectos urbanos e por outro, um elemento importante de coesão social. Deste modo, *“o esquecimento da dimensão pública do espaço público, pode estar na origem da crise do laço social e da crise de cidadania que hoje se conhece”* (Castro, 2002: 53).

Segundo Castro (2002), o público não é uma qualidade do espaço, mas sim uma qualidade da sociedade que compõe esse mesmo espaço, o que significa que, para o qualificar, há que considerar o grupo social que este integra. Como refere Indovina (2002: 120), *“a cidade é um produto social e este é determinado pelas relações sociais de produção”*. Segundo o mesmo autor, os modelos de vida actuais já não integram o espaço público como ocasião de socialização, determinando assim um sentimento de insegurança nestes espaços e, por consequência, a fuga da população dos mesmos. O espaço público está assim a fragmentar-se, assistindo-se a uma *“agorafobia urbana”* que identifica *“a viação com o espaço público e a segurança com a privatização”* (Borja, 2000: 85). Deste modo, a cidade segura só será obtida através da socialização do espaço (Indovina, 2002).

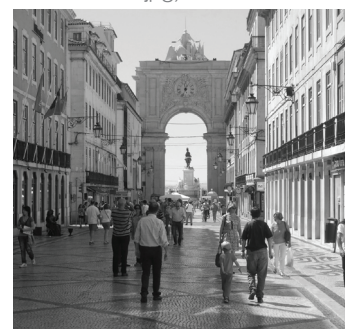
Partindo do pressuposto que o espaço público abrange diferentes grupos sociais, procura-se perceber de que forma estes podem interagir. Por um lado, Castro (2002) afirma haver uma dificuldade na gestão das relações sociais entre grupos sociais distintos, por outro lado, Miles, chama a atenção para o facto de faltarem espaços de mistura social onde os cidadãos, através da observação dos outros, se possam conhecer melhor a

si próprios (Arendt, 1958; Miles, 2001). Ainda que a socialização entre diferentes grupos possa contribuir para a aprendizagem de cada indivíduo, não significa que se produzam relações afectivas ou de reconhecimento entre estes. Deste modo, Castro acrescenta que *“a mistura social não é suficiente para fazer com que um lugar contribua para o reforço do laço social”* (Castro, 2002: 59).

É de salientar que a designação de espaço público difere da cidade para o bairro. Quer isto dizer que, na cidade predomina o anonimato e a opacidade das relações, onde existe uma certa tolerância face ao comportamento dos outros. Normalmente está associado a actividades de lazer, profissionais ou de divertimento. É um espaço frequentado sobretudo por indivíduos que não habitam naquela zona, criando uma relação muito específica com o espaço público e com os restantes indivíduos. Por outro lado, nos bairros, há um interconhecimento e, de certa forma, alguma transparência nas relações. O espaço público é um espaço de convívio, de difícil isolamento e onde dificilmente se pode ser anónimo por ser frequentado sobretudo por moradores do local. Quer isto dizer que, nas grandes cidades, predomina uma atitude de indiferença e estranheza para com o outro, já nos meios mais pequenos, os indivíduos conhecem-se relativamente bem, prevalecendo uma sociabilidade de proximidade (Lévy, 1997; Pipard e Grané, 2001; Castro, 2002).

Um espaço caracterizado como público, tal como a sua denominação o supõe, para além de ser um espaço de propriedade pública, é um espaço acessível a todos, visível por todos, sem condicionantes, gratuito, podendo ser frequentado quando e como quisermos, onde os indivíduos podem interagir livremente. Contrariamente ao que se considera espaço privado que, por sua vez, é um espaço de propriedade privada, com acessibilidade controlada, de acesso pago, onde não há

**Fig. 7.8.** (de cima para baixo)  
Espaço público na cidade - Rua Augusta, Lisboa. (Fonte: fotografia da autora); espaço público no bairro - Bairro Alto, Lisboa. (Fonte: <http://lisboa.blogs.sapo.pt/arquivo/bairro%20alto.jpg>)



visibilidade social, tornando-o assim um espaço limitado (Remy e Voyé, 1994; Castro, 2002; Indovina, 2002). Esta caracterização é reflexo da denominação de espaço público actual, quer isto dizer, cada vez mais “as novas instalações ditam a redução dos espaços públicos, privilegiando os espaços privados” (Indovina, 2002: 121). Segundo Remy e Voyé, esta oposição público/privado é fruto da sociedade contemporânea que tem como o intuito a distribuição dos diferentes usos e comportamentos (Remy e Voyé, 1994; Castro, 2002).

Miles (2001), alerta para o facto de esta dualidade público/privado ignorar os espaços transicionais (varandas, por exemplo), que podem ser espaços de extrema relevância para a vivência dos espaços urbanos por parte da população.

A definição de espaço público, pressupõe assim que se trate de um espaço acessível a todos. É, portanto, a noção de se poder circular livremente num espaço, que o torna público (Castro, 2002). Deste modo, o espaço exterior, *“terá de ser um meio destinado ao ser humano (...) ocupando-o quer estaticamente quer pelo movimento”* (Cullen, 2009: 30). A imagem da cidade é assim criada pela interacção dos indivíduos com a cidade, como acrescenta Lynch, a imagem da cidade é feita pela *“sobreposição de imagens de muitos indivíduos”*, sendo sobretudo o significado social de uma área, para além da sua história ou da sua função, que definem o lugar (Lynch, 2011: 51).

No fundo, falar de espaço público é falar de *“espaço de cidadania”*, onde se exerce o *“direito à cidade”*, considerando-se por isso um direito que abrange todos os cidadãos (Greff cit in Castro, 2002). Há que salientar que, o *“direito à cidade”*, prevê o *“direito à vida urbana, transformada, renovada”* (Lefebvre, 2009: 118).

assim que um espaço deve ser capaz de organizar o território atribuindo-lhe diferentes usos e funções, alienado ao conjunto de edifícios, equipamentos e infra-estruturas que o envolvem, não descurando da sua relevância enquanto espaço de expressão colectiva, da vida comunitária, de encontro e da inter-mudança.

Na verdade, a noção de espaço público prende-se cada vez mais ao que Marc Augé definiu como sendo não-lugares, isto é, aquilo que não se define como um espaço identitário, relacional e histórico. Ou seja, o não-lugar, *“não cria nem identidade singular, nem relação, mas solidão e semelhança”* (Augé, 2006: 87). Isto permite-nos clarificar que os espaços públicos estão, cada vez mais, a perder a sua função promotora de laços sociais, reforçando o isolamento e anonimato.

*“Menosprezar o espaço público, a sua qualidade, a sua beleza, a sua adequação aos gostos e às aspirações dos diferentes sectores da população para além da sua função específica é, simplesmente, deixar de lado as pessoas e contribuir para o avanço dos processos de exclusão”* (Borja, 2000: 85).

O desafio de hoje, prende-se assim, com a valorização do espaço público de modo a integrar a população através de estratégias de desenvolvimento, que podem passar pela sua reabilitação; pela reconversão de determinadas áreas descaracterizadas, que se podem tornar espaços ou equipamentos públicos qualificados, que deixam de servir apenas aos habitantes de uma determinada área, promovendo todo o espaço urbano; ou até pela criação de novos espaços que funcionem como elementos estruturadores e ordenadores da cidade (Borja, 2000; Castro, 2002). Deve-se procurar criar novos espaços públicos, adequados às novas formas de urbanização, de modo que os habitantes não procurem privilegiar os designados não-lugares (Indovina, 2000).



**Fig. 9. 10. 11.** (de cima para baixo)  
Praça Real, Barcelona. (Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/15/Barcelona\\_Plaza\\_Real.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/15/Barcelona_Plaza_Real.jpg));  
Parque Güell, Barcelona. (Fonte: <http://www.sights-and-culture.com/Spain/barcelona-park-guell-terrace-2908.jpg>);  
Parque Joan Miró, Barcelona. (Fonte: <https://cutesuite.files.wordpress.com/2011/06/parc-de-joan-mirc3b3.jpg>)

Segundo Indovina (2000), a origem dos não-lugares resulta de uma carência projectual. Este autor chama a atenção para criação de praças, que funcionam como espaços criadores de centralidade onde os indivíduos se encontram para sociabilizar. Para Gehl, estas mesmas praças podem-se apresentar de diversos modos, contendo diferentes usos e modos de as habitar. Apresenta-nos assim três tipos de praça que podem ser exemplificadas segundo diferentes espaços existentes na cidade de Barcelona. Em primeiro lugar fala-nos das “*praças duras*”, tratando-se de espaços de convívio e de encontro das pessoas, à semelhança do que acontece na Praça Real. Em segundo lugar, fala-nos das “*praças de cascalho*”, como o Parque Güell, que se definem como lugares de descanso com um espaço central em cascalho, mais destinado a jogos ou outras actividades, caracterizando-se assim como espaços públicos mais amenos. Por último, temos os “*oásis urbanos*”, que combinam uma diversidade de elementos, áreas verdes, áreas de cascalho e grandes superfícies de pedra, possibilitando assim uma grande variedade de usos, como acontece no Parque Joan Miró (Gehl e Gemzoe, 2002).

Deste modo, é possível constatar que o espaço público é muito mais do que as formas que o constituem, é também a vivência dos cidadãos nesse mesmo espaço, variando por isso de acordo com a sua designação (público ou privado), com a sua localização (cidade ou bairro) e ainda segundo o estatuto de quem o frequenta (residente ou cidadão comum). Deste modo, o papel do espaço público tem vindo a tornar-se cada vez mais relevante não só para a sociedade, mas também para o desenvolvimento de uma nova cultura da cidade.

### 2.2.1. O espaço público nas AUGI

O fenómeno das AUGI, definiu uma nova abordagem das periferias das cidades, caracterizadas por áreas fragmentadas, sem planeamento, que resultaram no desprezo do espaço público em prol do espaço privado.

Nestas AUGI, predominava a existência de habitação unifamiliar, onde havia uma ausência completa de relação com o espaço público devido à excessiva vontade de afirmação individual em que, predominantemente, as casas se encontravam ladeadas por muros ou gradeamentos como *“marca do domínio privado e demarcação da rua”* (Jorge, 2010: 148). As zonas de domínio público nos bairros clandestinos, ficam assim caracterizadas pelas ruas de acesso ao espaço privado, ou mesmo pelos vazios dos lotes que não foram construídos, não existindo assim aquilo que se pode denominar de espaço público, capaz de estruturar o território, bem como clarificar o tecido urbano, essencial à qualidade de vida dos residentes (Jorge, 2010).

Actualmente, ainda assistimos a este cenário nestas mesmas áreas urbanas, onde a escassez, ou por vezes ausência, de arruamentos, passeios, espaços verdes, equipamentos, rede de transportes, entre outros, obriga as pessoas a isolarem-se dentro das suas casas, ou a percorrerem grandes distâncias para irem de encontro a espaços de lazer que poderiam estar a meia dúzia de passos das suas casas.

Deste modo, o espaço público torna-se um dos factores mais afectados pelo desenvolvimento urbano clandestino, juntamente com os equipamentos de uso colectivo, dificultando por isso os processos de licenciamento destas áreas. A Lei das AUGI surge assim com o intuito de reconverter e requalificar estas áreas, com vista à sua integração urbana (Jorge, 2010).





**Fig. 12** Bairro do Casal Novo, Odivelas. (Fonte: fotografia da autora)

Isto leva-nos a perceber que, após a análise e enquadramento do fenómeno das AUGI, há uma intervenção a ser feita, capaz de mudar esta visão de bairro clandestino, onde os espaços públicos entram como um papel fundamental para a criação de uma nova vivência nestas áreas. É nestes espaços, ditos públicos, que vão surgir novas estratégias capazes de promover um território mais integrado, novos equipamentos, novas centralidades. São os espaços capazes de complementar o existente, as origens, as raízes dos bairristas, devendo por isso, *“apoiar-se em valores éticos, de liberdade, tolerância e solidariedade”* (Borja, 2000: 84).

### **2.3. Centro e Centralidade**

*“A cidade conhece-se e reconhece-se pelos seus centros. Toda a cidade é histórica, é o espaço que contém o tempo.”*  
(Borja, 2000: 79).

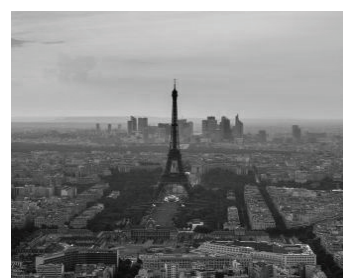
O desenvolvimento de qualquer cidade parte do seu centro, onde se encontra a sua zona histórica, o espaço que reserva as suas origens, o seu tempo. É o património, os edifícios, os vazios, os percursos, os monumentos e os símbolos que dão identidade à cidade, e só através da conservação e reconversão

destes será possível preservar a sua história e determinar a sua evolução. Deste modo será possível dinamizar a cidade, mas é nos seus centros que está a capacidade de enaltecer o seu presente e o seu futuro. A cidade foi crescendo e estendendo-se para a periferia, dando origem à criação de novos centros, que resultaram numa “*cidade de cidades*” onde “*o centro são os centros*” (Borja, 2000: 79). Esta difusão urbana configura assim uma “*estrutura multinuclear*”, que está a fazer desaparecer o centro e, por consequência, a cidade (Castells 1983: 315).

A maioria das cidades integra dois níveis de centros, um de proximidade que satisfaz as necessidades diárias, e o centro principal que fornece outro tipo de bens (Salgueiro, 1992). Segundo Beaujeu-Garnier (1983), é neste centro principal que está expresso o poder da cidade, onde se localiza o centro de negócios, o designado CBD, sendo este um dos seus elementos estruturantes. Este centro caracteriza-se por ser muito frequentado, essencialmente devido à diversidade e quantidade de actividades que incorpora, capazes de satisfazer praticamente todas as exigências da população. Na maioria das cidades modernas, o CBD sobrepõe-se ao centro, sobressaindo com os seus arranha-céus envolvidos por construções mais baixas, característica muito patente nas cidades dos Estados Unidos. Já nas cidades históricas, tal como Paris, os edifícios muito altos fixaram-se nas periferias, deixando os edifícios do centro histórico serem ocupados pelos negócios, ajudando na preservação dos mesmos (Beaujeu-Garnier, 1983). A ligação estabelecida entre os diversos centros, é dada por um sistema rodoviário que, através da organização dos seus itinerários, nos permite perceber este sistema “*policêntrico e hierarquizado*” (Augé, 2006: 59).

Contrariamente ao que acontece nas cidades onde há uma dispersão de centros, nos bairros existe apenas um centro onde

**Fig. 13. 14.** (de cima para baixo)  
CBD Nova Iorque. (Fonte: <http://whartonproperties.net/nyc-office-space/wp-content/uploads/2014/09/20140902-New-York-Aerials-011-624x375.jpg>);  
CBD Paris. (Fonte: <http://www.wallpaperup.com/119940/Eiffel-Tower-Paris-Buildings-Sunlight-Sunset.html>)





se reúnem quase todas as funções terciárias que tanto servem a população desse mesmo bairro como dos arredores (Salgueiro, 1992). São estes mesmos bairros que definem os limites da cidade, agrupando-se em torno do seu centro, centro este comum a todos eles, onde se localizam os poderes e a praça que o organiza, onde se encontram os habitantes ou ainda onde se junta a multidão em que, *“no ambiente colectivo, se diluem as emoções individuais para se fundirem numa emoção colectiva sublimada”* (Rémy e Voyé, 1994: 44).

É esta emoção colectiva que vai complementar o centro, designando-se não só como um local geográfico mas também como um conteúdo social. Deste modo, o centro não é um espaço apenas físico, mas sim a correlação de diversas actividades e funções que permitem a comunicação entre os elementos da estrutura urbana (Castells, 1983). Posto isto, *“a problemática da centralidade (...) tende a tornar-se o revelador mais seguro da concepção das relações cidade/sociedade”* (Castells, 1983: 311).

**Fig. 15.** Praça de São Marcos, Veneza. (Fonte: fotografia da autora)



Os centros são, segundo Borja (2000: 80), *“o lugar da diferença”*. Contêm diversos significados, uma variedade de funções, e um sentido integrador, constituindo-se parte relevante e identitária da cidade em que se inserem. Como refere Salgueiro (1992: 132), *“o centro é o local onde a cidade se mira e se apresenta”* ou seja, é o centro de cada cidade que as diferencia, sendo esta diferenciação relevante para o carácter competitivo e integrador do mesmo. Mas só será possível diferenciá-las através de um projecto urbano capaz de ter em conta as carências e as necessidades da população, bem como as potencialidades de cada área, segundo factores regeneradores da mesma. Há que otimizar a mobilidade e acessibilidade, dotar o território de novos eixos e “marcos” que referenciem os lugares, mas também investir na qualidade do espaço público, de modo a proporcionar

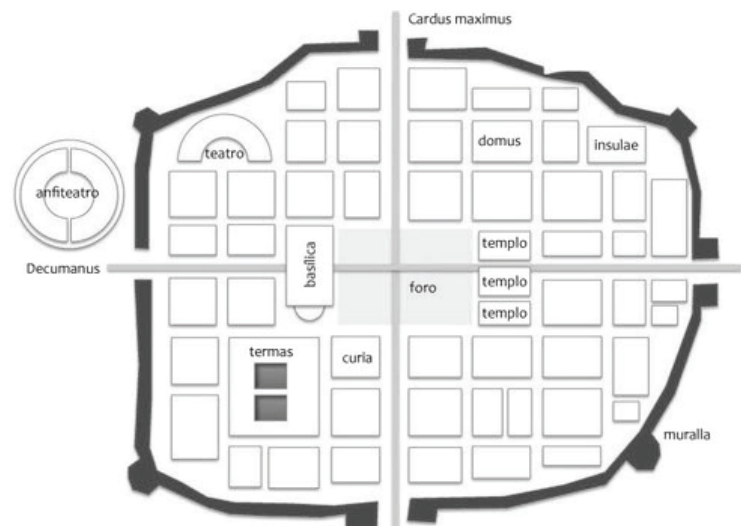
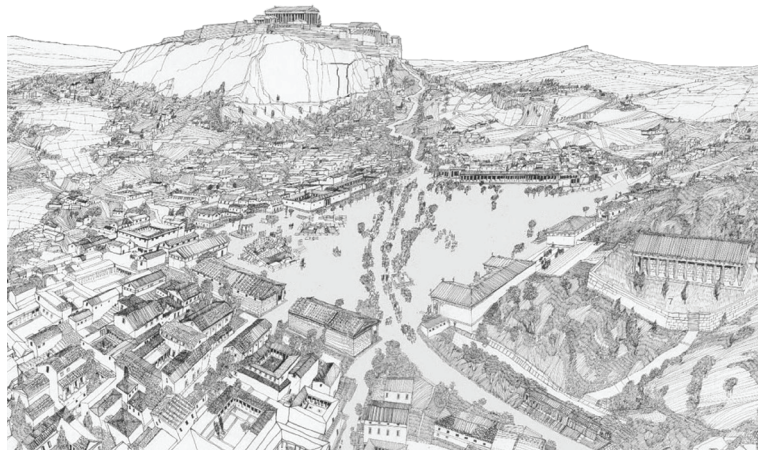
mais sentido à vida urbana (Borja, 2000).

A condição de centralidade resulta assim, não só das características físicas da cidade ou das dinâmicas dos seus centros, mas também da acção humana, isto é, da relação dos indivíduos com a cidade, da forma como a ocupam, vivem e transformam.

### 2.3.1. A igreja como elemento gerador de centralidade

Já na época clássica, os equipamentos de carácter religioso, ocupavam os pontos principais das cidades. Na cidade grega, a religião era uma das bases do funcionamento desta sociedade, servindo também de organização espacial da cidade. O centro da cidade formava-se a partir do santuário, cuja envolvente se encontrava definida pelo ágora, isto é, a praça onde coexistiam todos os habitantes. A cidade romana é estruturada através de duas vias principais (o *cardus* e o *decumanus*) onde, na sua intersecção, se encontra o fórum, isto é, o ponto central da cidade. À semelhança do que acontecia na cidade grega, era neste local que se localizavam os equipamentos principais da cidade, nomeadamente os religiosos, existindo por isso “*um forte sentido religioso no plano da cidade romana*” (Lamas, 2011: 144).

Na época medieval, após a queda do Império Romano e consequente declínio dos centros urbanos, a igreja tornou-se “*a única instituição poderosa e universal*” (Mumford, 1982: 290). A igreja dispersava-se por todas as comunidades, desde as aldeias onde apareciam as pequenas igrejas paroquiais, às cidades marcadas pela presença de uma catedral, diversas igrejas, mosteiros e santuários. A igreja tornava-se assim, o centro da vida pública, gerando o convívio de multidões e promovendo o desenvolvimento de um centro de vizinhança (Mumford, 1982).



**Fig. 16. 17. 18.** Ágora na cidade grega, com o templo à direita. (Fonte: [https://classconnection.s3.amazonaws.com/245/flashcards/1845245/png/model\\_of\\_acropolis1348448720287.png](https://classconnection.s3.amazonaws.com/245/flashcards/1845245/png/model_of_acropolis1348448720287.png)); planta da cidade romana. (Fonte: <http://u.jimdo.com/www21/o/s349b6b18afaab8c1/img/i6427f0588d9a8453/1311619042/std/image.jpg>); Catedral e praça em Siena. (Fonte: <http://footage.framepool.com/shotimg/qf/877030876-palazzo-pubblico-torre-del-mangia-piazza-del-campo-siena.jpg>)



Até aos dias de hoje, a igreja tem vindo a dispersar-se do seu centro tradicional, para as novas periferias, aludindo ao ideal da cidade medieval onde todas as comunidades tinham a sua própria igreja. Nestes pequenos aglomerados das periferias, cada povoação aspira à sua própria igreja, tornando-se o principal equipamento urbano local e definindo a centralidade do território (Pimentel, 1998). Esta ideia é reforçada por Castells (1983), ao afirmar que a igreja se assume como um elemento fundamental na definição de uma centralidade.

Deste modo, a igreja adquire um papel importante no território em que se insere, definindo não só um local de culto, mas também um espaço promotor da sociabilidade entre os residentes, onde se situa o foco do território e, conseqüentemente, a sua centralidade.

## **2.4. Equipamentos colectivos**

Abordar a temática dos equipamentos, implica perceber a sua relação com o espaço público e conseqüente relevância para a sociedade, bem como a sua importância ao nível da cidade e do bairro, como elemento estruturador e dinamizador destas áreas.

A necessidade de equipamentos e a relação destes com o espaço público, já se vem notando desde a cidade grega onde estes funcionavam como elementos complementares do espaço público, em que o conjunto de *“equipamentos de carácter comercial, cívico, cultural e religioso ocupa os pontos fulcrais das cidades e organiza as estruturas urbanas”* (Lamas, 2011: 139). Os principais equipamentos de apoio à cidade encontravam-se assim cuidados e organizados, de modo a incorporarem as diferentes funções públicas, localizando-se no espaço principal central da cidade, o ágora - “praça” (Lamas, 2011).

Do mesmo modo que na antiguidade clássica os equipamentos

ocupavam os principais pontos da cidade, nas cidades de hoje percebemos que a implantação de equipamentos é uma mais valia para a criação de novas centralidades, complementando os espaços públicos, desenvolvendo novos focos atractivos e acima de tudo, respondendo às necessidades de participação em actividades, interacção e convívio por parte da população. Assim, enquanto elementos de apoio à população capazes de atrair fluxos e por vezes a fixação das pessoas, os equipamentos podem-se caracterizar como a principal âncora do território em que se inserem, tornando-se elementos de enorme relevância para a sociedade.

Os equipamentos são elementos essenciais na estruturação do tecido urbano e social. O seu papel fundamental é satisfazer as necessidades das populações e contribuir para a evolução permanente das áreas urbanas em que se inserem, resultado do progresso tecnológico e do desenvolvimento socioeconómico. (Lobo et al., 1995). Arquitectonicamente são elementos de destaque e de referência no espaço envolvente, que deverão ter preocupações de inserção, ao mesmo tempo que potencialmente criam espaços de vivência.

Estes, definem-se como *“instalações (edificações e terrenos envolventes) destinadas à prestação de serviços às colectividades (saúde, ensino, administração, assistência social, segurança pública, protecção civil, etc.), à prestação de serviços de carácter económico (mercados, feiras, etc.) e à prática de actividades culturais, de recreio e lazer e de desporto”* (Portaria 1136/2001). Mais propriamente como *“edificações onde se localizam actividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações”* (DGOTDU, 2002: 6).

A sua localização está directamente ligada ao ordenamento do

território. Além da preocupação com o conceito arquitectónico do edifício em si, é necessário perceber a sua envolvente, acessibilidade e outras variáveis como associadas.

A forma de viver o espaço urbano é influenciada pela maneira como os equipamentos colectivos estão inseridos no território e pela facilidade de acesso pela população. É fundamental perceber os motivos de utilização dos indivíduos de um determinado local de forma a definir o tipo de equipamento que irá dar resposta às necessidades dos mesmos, sendo estes os seus potenciais utilizadores.

Deste modo, os equipamentos tornam-se cruciais para a reabilitação dos espaços públicos, podendo variar de função consoante o espaço em que se inserem. Nos centros históricos, há que ter em conta equipamentos de domínio cultural ou equipamentos universitários, ambos capazes de atrair uma grande percentagem de indivíduos, revitalizando estes mesmos centros (Borja, 2000). Segundo Salgueiro (1992), os equipamentos que estão a ganhar maior expansão, são os que se destinam à ocupação dos tempos livres, visto que a comunidade tem cada vez mais tempo de lazer e uma maior satisfação das necessidades básicas. No que diz respeito às áreas mais pequenas, como os bairros, a regeneração do espaço público deve partir da introdução de equipamentos de carácter sócio-cultural, isto é, equipamentos capazes de integrar valências de acordo com a cultura da sociedade em que se inserem, de modo a colmatar as suas carências (Borja, 2000).

Estas carências ganham maior relevância nos bairros inseridos em áreas urbanas de génese ilegal, onde a ausência de equipamentos é um problema frequente, reflectindo-se numa estrutura urbana desordenada, na ausência de uma centralidade, na inexistência de espaços públicos e consequente segregação



da população (Jorge, 2010).

Posto isto, percebemos que os equipamentos têm um impacto não só a nível físico mas sobretudo a nível social, devendo deste modo complementar os espaços públicos e colmatar as suas carências e fragilidades, procurando servir o melhor possível a comunidade.

## **2.5. Património**

Segundo a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), o conceito de património define-se segundo um “universo amplo e complexo, permanentemente presente no nosso quotidiano, (...) é indissociável da realidade socioeconómica, requerendo conhecimento, protecção e valorização” <sup>2</sup>.

Considera-se que o património, sobretudo o património imóvel, constituído por monumentos e sítios, actua no entendimento e construção da identidade e cultura, caracterizando-se por valores de memória, antiguidade, singularidade, raridade, entre outros<sup>3</sup>.

Neste sentido, a relevância atribuída aos bens culturais tem vindo a crescer, havendo uma maior exigência por parte da sociedade actual na preservação e gestão do património, alienada a um aumento da consciencialização do mesmo enquanto recurso para o desenvolvimento (Lacerda, 2001).

De certo modo, o século XX foi marcado por este novo olhar sobre os novos usos dos monumentos visto que, já em 1931 com a elaboração da carta de Atenas e, posteriormente, em 1965 com a carta de Veneza, havia uma preocupação subjacente à relação

---

<sup>2</sup> DGPC - <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio>, consultado a 30/12/2014

<sup>3</sup> DGPC - <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel>, consultado a 30/12/2014

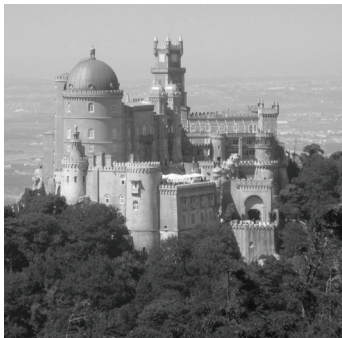
entre as novas construções e o património cultural existente (Barata, 2004). A carta de Atenas apelava assim, à criação de áreas verdes em torno dos monumentos ainda que, por vezes, implicasse destruir determinadas construções insalubres, visto serem indesejáveis à sua valorização. Deste modo, *“os vestígios do passado mergulharão numa ambiência nova, talvez inesperada, mas certamente tolerável, da qual, em todo o caso, os bairros vizinhos beneficiarão largamente”* (Pereira, 2003: 35). Na carta de Veneza, a definição do património cultural, estendeu-se à arquitectura vernacular, onde as construções modestas ganharam um novo valor cultural (Flores, 1998). Recomendava ainda a preservação da paisagem tradicional, onde se devia procurar adequar os novos usos ao património existente.

A nível nacional, estes princípios foram impostos pela Lei nº13/85, de 6 de Julho, mais conhecida como “Lei do Património”, que considera que *“o património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”*.

Salvaguardar o nosso património é, em parte, dar relevância à nossa identidade nacional. Este, deve ser assumido como um modelo, uma referência, uma âncora de qualquer território, indiciando a sua requalificação com o intuito de preservar a cultura histórica. A sua presença, é inevitavelmente considerada um marco, seja no domínio da arquitectura, da história, do paisagismo, do urbanismo, das artes plásticas, entre outras (Lapão, 2004). Importa sim, ter a sabedoria e capacidade de o conservar e restaurar, mantendo a sua identidade.

Nesta medida, o património poderá ter um papel fulcral no desenvolvimento de projectos-âncora que, ao servirem as





**Fig. 19.** Palácio Nacional da Pena, Sintra. (Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cb/Pena\\_National\\_Palace.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/cb/Pena_National_Palace.JPG))

necessidades da população possam, não só reabilitar as cidades, mas também servir como pólos de atractividade das mesmas (Alçada, 2007). Porém, é necessário ter em atenção que a envolvente de um monumento, quer seja composta por edificado quer por espaço público, é essencial na definição da sua identidade e valor patrimonial. O espaço público é alvo de constantes mutações, contudo é primordial consolidar a relação entre o monumento e a envolvente de modo a valorizar o património existente (Silva, 2010). O monumento não se restringe apenas à ocupação de um vazio urbano, serve pois de suporte ao espaço público, sendo gerador e parte integrante do mesmo. Nesta óptica, *“o monumento desempenhará um papel da maior importância como elemento autónomo e com importância própria na forma urbana”* (Lamas, 2011: 184).

Não se pretende no entanto, *“preservar um acto épico, mas sim (...) assegurar a continuidade e a sobrevivência da nossa memória”* (Flores, 1998: 17). Ou seja, o património cultural, e portanto, o monumento, não procura provocar uma experiência apenas estética, mas existencial, onde a experiência de “passagens no tempo” e “passagens no espaço”, nos obriga à abstracção do mundo físico e tridimensional, para esse outro mundo feito de memória e conhecimento, o mundo da cultura. Estas passagens funcionam como “máquinas no tempo”, capazes de nos dar uma leitura do passado, e consequente transição para o presente (Pereira, 2001). No fundo, a preservação do património pretende assegurar esta mesma transição, por um lado recuperando a qualidade urbana perdida (Flores, 1998), e por outro construindo a memória colectiva dos povos (Ferreira, 1992).

Em suma, é o reconhecimento do valor patrimonial e a preservação dos bens herdados, que permite salvaguardar e regenerar o património, com vista à sua qualificação enquanto marco iconográfico, capaz de promover o equilíbrio *“no controlo*

*de gerações e no diálogo de civilizações*” (Ferreira, 1992: 8). É de salientar que a valorização histórica, urbana e social do lugar, é crucial na reconstrução, valorização e compreensão do património.

#### 2.5.1. O Dólmen do Sítio das Pedras Grandes

O Dólmen do Sítio das Pedras Grandes, vulgarmente conhecido como Anta das Pedras Grandes, localiza-se no Bairro do Casal Novo, em Odivelas. Enquanto Monumento Nacional, deveria cumprir determinados princípios base, geralmente contíguos ao património cultural. Nesta óptica, deveria representar uma mais valia para o território onde, para além de servir de suporte ao espaço público, serviria de marco identitário de um tecido urbano desestruturado. No entanto, a Anta das Pedras Grandes, encontra-se descaracterizada, representando apenas um elemento físico no meio de um vazio urbano vedado, impedindo a aproximação à mesma. Desta forma, ao invés de ser parte integrante do território, capaz de o valorizar e requalificar, apresenta-se como elemento omissos do espaço urbano.

A valorização deste monumento decorre, sobretudo, da compreensão do seu valor histórico. Trata-se de um dos primeiros vestígios monumentais conhecidos da pré-história (CMO, 2009f), tendo sido edificado e utilizado entre o 4º e 3º milénios a.C. no período Neolítico Médio/Final<sup>4</sup>. O seu primeiro registo foi feito no final do terceiro quartel do século XIX, por um dos principais precursores da prática arqueológica em Portugal, o engenheiro e investigador Carlos Ribeiro. À data desta descoberta, o monumento encontrava-se bastante arruinado, em consequência, quer da utilização de algumas

---

<sup>4</sup> Geocaching - [http://www.geocaching.com/geocache/GC1P7XF\\_dolmen-das-pedras-grandes?guid=47230c3b-4eee-4ec7-aeb5-7100d595b5d4](http://www.geocaching.com/geocache/GC1P7XF_dolmen-das-pedras-grandes?guid=47230c3b-4eee-4ec7-aeb5-7100d595b5d4), consultado a 10/12/2014



**Fig. 20. 21. 22. 23.**  
(*de cima para baixo*) Carlos Ribeiro  
junto do Dólmen das Pedras  
Grandes, em 1920; Dólmen das  
Pedras Grandes com terreno lavrado  
junto aos esteios em 1941; Dólmen  
das Pedras Grandes em 1944;  
Dólmen das Pedras Grandes em  
2004. (Fonte: Boaventura, 2009)

das suas lajes para construções diversas, quer da utilização dos terrenos circundantes para exploração agrícola<sup>5</sup>. Segundo descreveu Carlos Ribeiro, o Dólmen das Pedras Grandes “*meio demolido conserva ainda duas grandes lajes medindo uma d’ellas dois metros acima da flor do terreno, vendo-se uma terceira que lhe pertencia, tombada para dentro da camara quebrada, talvez em consequencia da excavação que ali fizeram deixando esta pedra ao desamparo ou sem encontro*” (Ribeiro cit in Boaventura, 2009: 107-108).

Actualmente, após algumas intervenções com vista à conservação e restauro do monumento, erguem-se três esteios de grandes dimensões (cerca de três metros), dos sete que inicialmente formariam a sua planta poligonal. Estas intervenções procuraram garantir a preservação do monumento para o futuro, tendo como principal objectivo a possibilidade de ser usufruído pelos moradores locais e visitantes (Braga, 2008). No entanto, apenas a recuperação do monumento propriamente dito não se verifica suficiente, havendo a necessidade de intervir na sua área envolvente com fim à requalificação de todo o lugar, proporcionando deste modo, uma nova leitura de todo o espaço e, consequentemente, novas vivências.



**Fig. 24. 25.** (de cima para baixo)  
Remoção dos esteios tombados,  
em 2004; aspecto da anta após  
a remoção dos esteios. (Fonte:  
Boaventura, 2009)

<sup>5</sup> DGCP - <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70248>, consultado a 30/12/2014





**Fig. 26.** Dólmen do Sítio das Pedras  
Grandes em 2013 (Fonte: fotografia  
da autora)



### 3. Caso de estudo: o Bairro do Casal Novo

O conceito de bairro remete para o sentido de lugar, lugar este onde se denota uma multiplicidade de realidades sociais, culturais, históricas e arquitectónicas. Integra em si características sociais que variam consoante a identidade dos seus residentes.

No concelho de Odivelas, o Bairro do Casal Novo, outrora uma paisagem rural, constitui uma periferia urbana, sem qualquer tipo de hierarquia ou identidade. Trata-se de um lugar pouco qualificado onde se deu primazia ao loteamento excessivo, descurando assim os espaços e equipamentos públicos.

Posto isto, procedeu-se à análise do território de modo a perceber e analisar o bairro que, posteriormente, servirá de base para o desenvolvimento da proposta final.

#### 3.1. Enquadramento e inserção do bairro

##### 3.1.1 Enquadramento territorial

O Bairro do Casal Novo trata-se de uma Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), pertencente ao concelho de Odivelas, no distrito de Lisboa.

**Fig. 27.** Enquadramento do município de Odivelas na Área Metropolitana de Lisboa. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: <https://maps.google.pt/>)

O município de Odivelas encontra-se delimitado pelos concelhos de Loures a Norte, Lisboa a Sudeste, Amadora a Sudoeste e Sintra a Nor-noroeste (fig.27).





O Bairro do Casal Novo é abrangido por duas freguesias, a Norte pela freguesia de Caneças e a Sul pela freguesia de Famões, confinando a Este com a freguesia da Ramada e a Oeste com a freguesia de Casal de Cambra no concelho de Sintra (fig.28).

A Norte localiza-se o centro de Caneças que apesar de ser próximo do bairro, o declive do terreno e o atravessamento da A9 – Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL), dificultam a sua conexão, provocando assim um certo distanciamento e uma barreira entre territórios. Os restantes limites são dados pelos bairros Moinho do Beata (Caneças), Monte Verde (Caneças), Girassol (Ramada), Trigache (Famões), Casal de São Sebastião (Famões), Casal da Silveira (Famões), Casal do Bispo (Famões) e Casal de Cambra (Sintra) (fig.29).

De entre os bairros referidos, o do Casal Novo é o de maior dimensão, detendo uma área aproximada de 572 905 m<sup>2</sup>, distribuídos por 415 678 m<sup>2</sup> destinados a 1 313 lotes afectos à construção, 106 869 m<sup>2</sup> para arruamentos e 41 071 m<sup>2</sup> para equipamentos e espaços verdes, conforme o Alvará de Loteamento nº1/2005 (CMO, 2007).

**Fig. 28. 29.** (da esquerda para a direita) Vista aérea do concelho de Odivelas com as respectivas freguesias e identificação do Bairro do Casal Novo. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: <https://maps.google.pt/>); Vista aérea do Bairro do Casal Novo e bairros adjacentes. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: <https://maps.google.pt/>)





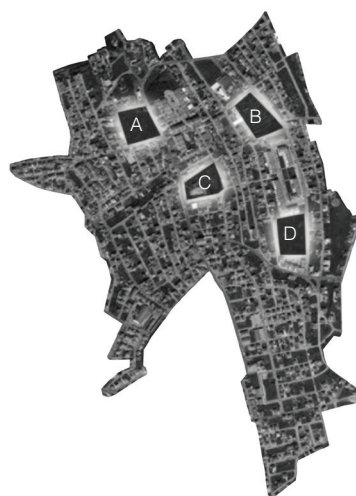
Possui ainda um núcleo arqueológico designado por “Dólmén do Sítio das Pedras Grandes”, como foi referido no capítulo anterior (ver fig.26), classificado como Monumento Nacional pelo Decreto-Lei 33587 de 27/03/1944, ratificado pelo Decreto-Lei 37450 de 16/06/1949<sup>6</sup>.

### Área de intervenção

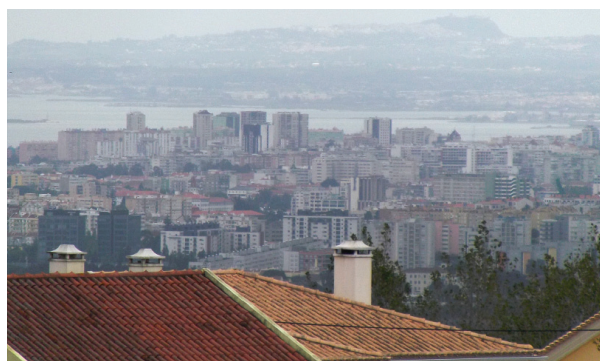
Com o intuito de requalificar o lugar, foi-nos proposto intervir em quatro terrenos devolutos do bairro (fig.30). A proposta de intervenção passará pela ocupação destes terrenos e é nesta lógica que ao fazermos a análise do território, iremos ter mais atenção aos mesmos, de modo a obter uma proposta urbana coerente e bem estruturada.

Estes quatro vazios são de extrema relevância para o bairro, visto tratar-se das únicas zonas passíveis de integrar uma nova forma de viver e habitar o mesmo. Tratam-se de terrenos por construir com áreas que rondam os 1000m<sup>2</sup> onde se propõe essencialmente equipamentos, áreas verdes e espaços públicos capazes de dar resposta às necessidades do lugar.

**Fig. 30.** Terrenos a intervir no Bairro do Casal Novo. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: <https://maps.google.pt/>)



<sup>6</sup> IGESPAR - [www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70248](http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70248), consultado a 03/10/2013



**Fig. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38.**  
(página oposta, de cima para  
baixo) Vistas do terreno A; vistas do  
terreno B; vistas do terreno C; vistas  
do terreno D (Fonte: fotografias da  
autora)

De modo a perceber as vistas das áreas de intervenção foi feito um levantamento fotográfico das mesmas.

Os terrenos A e B têm ambos vistas para Norte, onde se encontram as zonas verdes da serra de Caneças (fig.31 a 34). O terreno C para além de ser privilegiado pela presença do Dólmén do Sítio das Pedras Grandes (fig.35), detém uma vista a Oeste para a serra de Sintra onde, ao longe, se consegue vislumbrar o Palácio da Pena (fig.36). Por último, no terreno D olhando para Este, é possível avistar a cidade de Lisboa, nomeadamente o Parque das Nações, o Rio Tejo, o Estádio da Luz, as torres das Amoreiras e ainda a Margem Sul (fig.37 e 38).

### 3.1.2. Enquadramento estratégico e regulamentar

#### PROT-AML

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML) abrange os municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, sendo que para o caso do Bairro do Casal Novo, interessa-nos perceber essencialmente, as propostas e as estratégias referentes ao concelho de Odivelas.

Este plano surge após o reconhecimento de desequilíbrios ao nível da organização do território na AML, pretendendo por isso promover “a reorganização espacial, garantindo o crescimento equilibrado das actividades humanas, melhorando a qualidade de vida das populações e preservando os recursos naturais e a qualidade do ambiente” <sup>7</sup>.

---

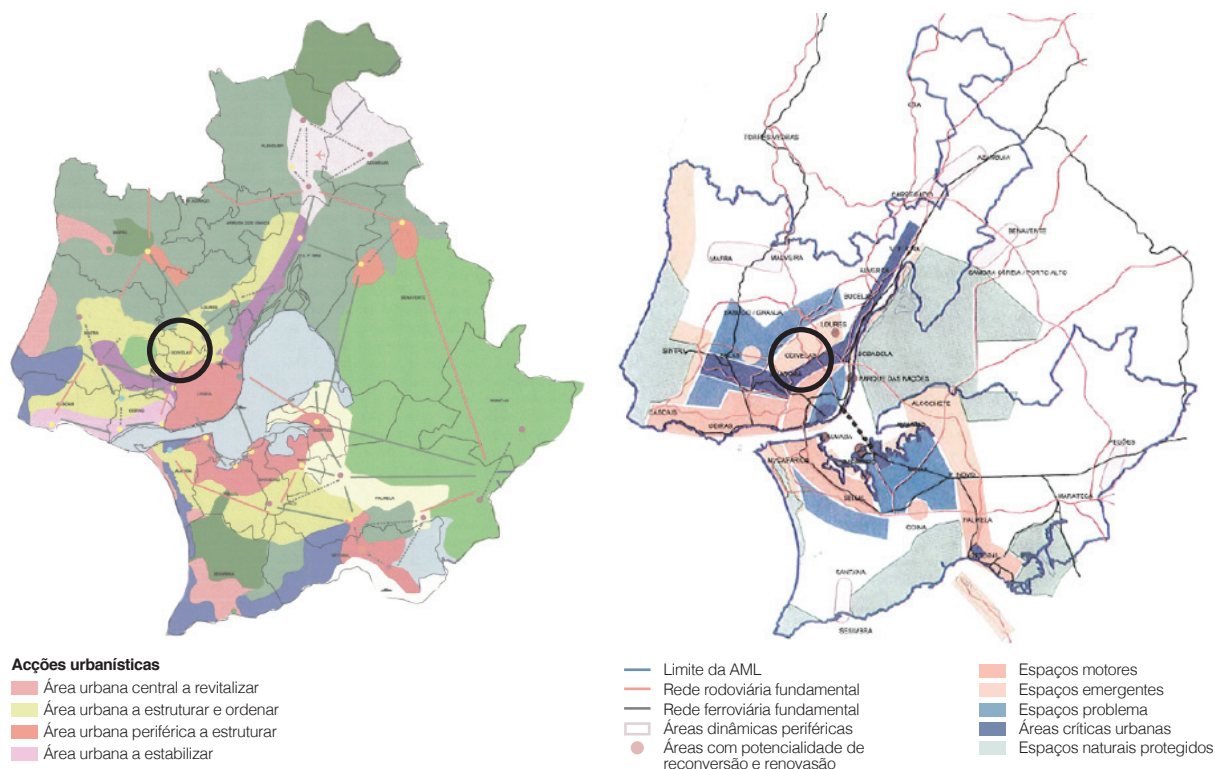
<sup>7</sup> Diário da República, I série-B – N°82 – 8 de Abril de 2002, Resolução do Concelho de Ministros n°68/2002, p.3287



Odivelas situa-se na primeira coroa da AML onde em conjunto com Algés, Amadora, Loures, Montijo e Moita, se pretende “um conjunto de pólos vocacionados para equipamentos e serviços” (CCDRLVT, 2002: 42), enquadrando-se assim nas áreas urbanas a estruturar e ordenar, como se pode verificar na figura 39.

O concelho em estudo é ainda classificado como um espaço emergente (fig.40), correspondendo assim às “áreas com potencialidades para protagonizarem transformações positivas na AML, tanto no que respeita ao desenvolvimento de funções especializadas e novos usos, como à reestruturação e qualificação urbana e ambiental de sectores importantes da estrutura metropolitana.” (CCDRLVT, 2002: 29). Ainda segundo o CCDRLVT (2002: 31), esta área compõe um conjunto de infra-estruturas rodoviárias que propiciam a reestruturação da zona, nomeadamente o desenvolvimento de novas centralidades.

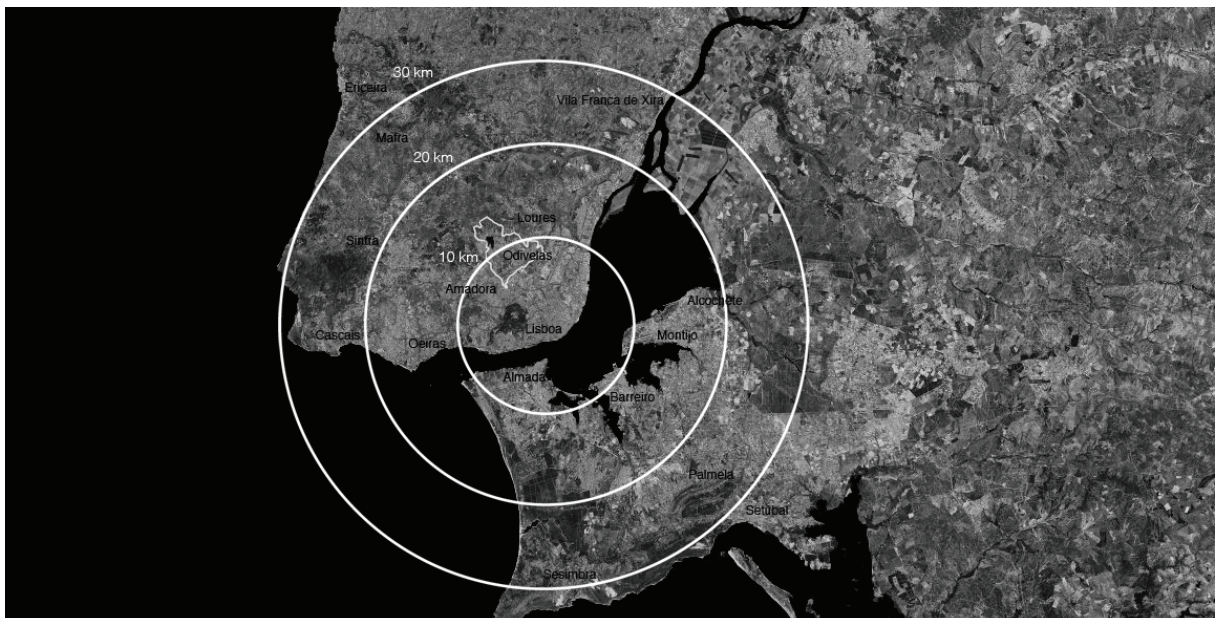
**Fig. 39. 40.** (da esquerda para a direita) Esquema do Modelo Territorial da AML. Adaptado graficamente pela autora (Fonte: CCDR LVT, PROT-AML, 2002, p.39); Esquema das dinâmicas territoriais da AML. (Fonte: CCDR LVT, PROT-AML, 2002, p.29)



O CCDRLVT (2002: 72) procurou desenvolver uma estratégia referente ao planeamento do sistema de transportes, que visa o aumento do uso do transporte colectivo, em detrimento do uso do transporte individual. Como tal, o conceito de transportes foi definido em três coroas, tomando como centro a praça do Marquês de Pombal (fig.41).

O concelho de Odivelas abrange duas coroas. Por um lado, a coroa do núcleo central, que se encontra dentro de um raio de 10 km ao centro, onde se procura privilegiar as ligações directas, a partir do desenvolvimento da rede de transportes colectivos. Por outro lado, o restante município, bem como a zona do Bairro do Casal Novo, inserem-se na coroa de transição, entre os 10 km e os 30 km, que constitui a área mais penalizada ao nível do transporte colectivo, cativando assim o uso do transporte individual (CCDRLVT, 2002: 75).

**Fig. 41.** Coroas que definem o conceito de transportes da AML a partir da Praça do Marquês de Pombal. Elaboração própria. (Fonte: CCDRLVT, PROT-AML, 2002, p.69)



## PDM - Loures

O Plano Director Municipal de Loures, foi elaborado quando este município ainda abrangia o hoje designado concelho de Odivelas. Este concelho, autonomizou-se do concelho de Loures em 1999 no entanto, ainda é regido pelo PDM de Loures, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 54/94, de 14 de julho<sup>8</sup>.

Odivelas tem vindo a desenvolver um novo PDM, de modo a resolver aspectos que se encontram desactualizados no PDM de Loures, encontrando-se ainda hoje em processo de revisão. No entanto, têm sido feitas algumas alterações no PDM actualmente em vigor, de modo a corrigir e adaptar o mesmo, à situação actual.

Relativamente ao Concelho de Odivelas, foram efectuadas dezoito alterações, das quais apenas duas são referentes ao Bairro do Casal Novo.

Em primeiro lugar, foi feita uma alteração no que diz respeito ao valores patrimoniais do concelho, classificando como monumento nacional o Dólmén das Pedras Grandes, na freguesia de Caneças<sup>9</sup>.

Por outro lado, foram feitos ajustes relativos a áreas urbanas de génese ilegal, referenciando o Bairro do Casal Novo, onde se pretende dar início ao seu processo de reconversão<sup>10</sup>.

Após a análise da carta de ordenamento do território do PDM em

---

<sup>8</sup> Câmara municipal de Odivelas - [www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/B1.htm](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/B1.htm), consultado a 10/10/2013

<sup>9</sup> Diário da República, II série – N.º140 – 18 de Junho de 1999, Servidões do património edificado e arqueológico, Artigo 20º, p.8750

<sup>10</sup> Diário da República, 2ª série – N.º82 – 28 de Abril de 2011, Município de Odivelas, Aviso nº9783/2011, Alterações ao PDM de Loures, p.18597



**Fig. 42. 43.** (de cima para baixo)  
 Carta de Ordenamento do Bairro do Casal Novo. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: CMO, PDM, 2013); proposta de equipamentos colectivos na zona do Bairro do Casal Novo. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: CMO, PDM, 2009a)

vigor, percebeu-se que os espaços urbanos do Bairro do Casal Novo estão classificados como áreas a recuperar ou legalizar, sendo que duas das futuras áreas de intervenção compreendem os espaços urbanizáveis para equipamentos e outros usos de interesse público (fig.42).

### Estudo do PDM – Odivelas

O PDM de Odivelas, tem por base uma estratégia de desenvolvimento capaz de responder às necessidades da população em diferente níveis, de modo a proporcionar-lhe uma melhor na qualidade de vida<sup>11</sup>.

Tendo em conta a área em estudo, o Bairro do Casal Novo, procurou-se perceber algumas das análises elaboradas para esta zona, nomeadamente os estudos da caracterização territorial previstos para o PDM de Odivelas.

Visto tratar-se de uma AUGI, é relevante percebermos a importância das áreas de cedência, de modo a dotar estas áreas de usos actualmente inexistentes. Como podemos observar na figura 43, o PDM de Odivelas definiu algumas zonas de cedência demonstrando que, dois dos terrenos que compõem a área de intervenção do bairro (terrenos B e D), são propícios à localização de equipamentos, considerando-se ainda como sendo áreas de interesse público.

A grande maioria dos solos do bairro, encontram-se ocupados por habitação. À partida não parece necessário introduzir novas habitações, mas a realidade é que estamos perante uma área em que predomina a habitação unifamiliar e de génese ilegal, sendo por isso crucial introduzir novas formas de habitar esta

<sup>11</sup> Câmara municipal de Odivelas - <http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/A1.htm>, consultado a 10/10/2013



zona. Ao analisarmos a figura 44, verificamos que o estudo para o PDM de Odivelas procurou então propor habitação para um dos terrenos a intervir futuramente, o designado terreno A.

Como verificamos na figura 45, uma das futuras áreas de intervenção (terreno C) que compõe o Dólmén do Sítio das Pedras Grandes, é referida no PDM de Odivelas como sendo uma zona de protecção de 50 metros, o que significa que, visto tratar-se de um Monumento Nacional, a sua área envolvente que compreenda este mesmo raio é interdita a construção que desvalorize ou que contraste com o núcleo arqueológico existente.

### 3.2. Diagnóstico do bairro

#### 3.2.1. Caracterização/evolução urbana

A análise da evolução urbana do bairro foi desenvolvida essencialmente através dos ortofotomapas do local. Esta começou por ser feita recorrendo ao ortofotomapa mais antigo que data de 1944, contudo, este não se considerou relevante tendo em conta a escassa existência de edificado no território.

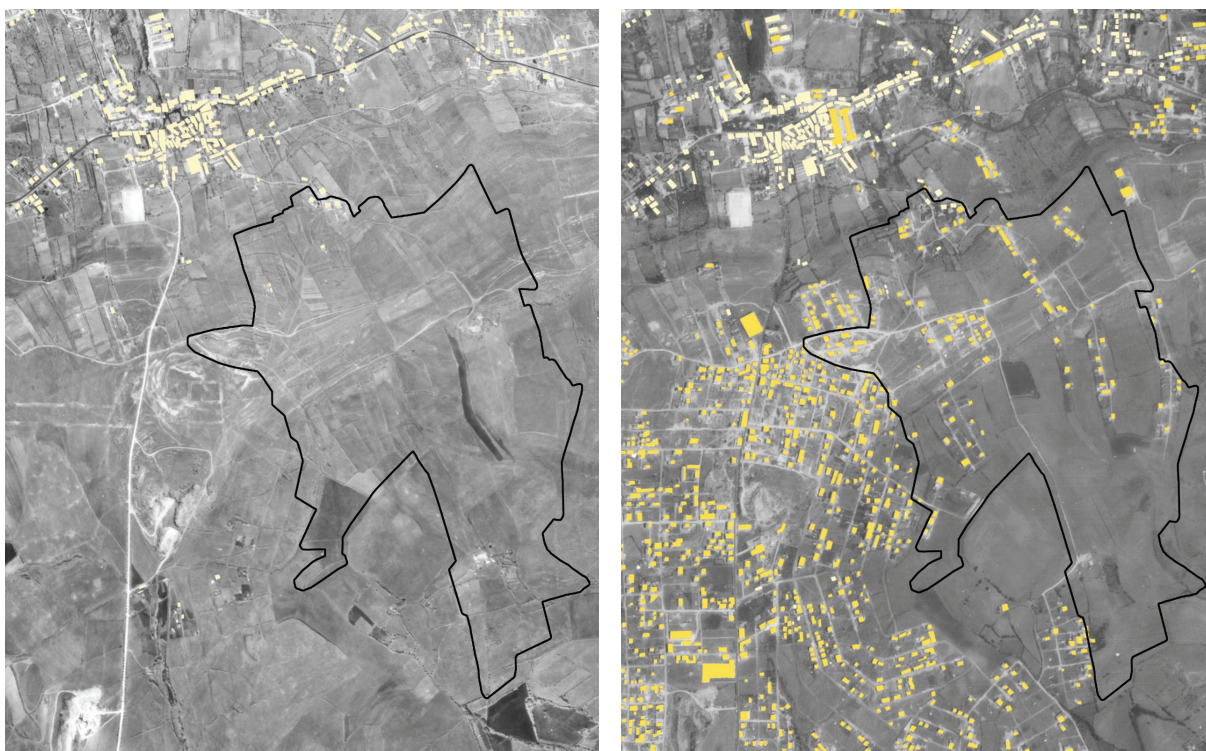
A análise incidiu essencialmente nos ortofotomapas de 1965, 1977, 1982, 1990, 1998 e 2005. Esta irá permitir uma maior compreensão da origem do bairro, bem como a densificação do mesmo em comparação com a envolvente.

Podemos constatar que no ano de 1965 (fig. 46) havia um grande aglomerado de edificado na zona de Caneças, que se desenvolveu essencialmente em torno da EN 250 (Estrada Nacional 250), que funcionava como uma radial em torno de Lisboa. Este aglomerado criou uma pequena centralidade, a partir da qual surgem pequenas ramificações pontuadas por habitações mais isoladas.



**Fig. 44. 45.** (de cima para baixo)  
Proposta de habitação na zona do Bairro do Casal Novo. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: CMO, PDM, 2009b); património arquitectónico e arqueológico. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: CMO, PDM, 2009c)





**Fig. 46. 47.** (da esquerda para a direita) Ortofotomapas de 1965 e 1977. Elaboração própria. (Fonte: CMO)

Num intervalo de 12 anos, em 1977 (fig. 47), a construção de novas edificações no centro de Caneças foi praticamente inexistente, no entanto denota-se um crescimento acentuado de edificado na zona de Casal de Cambra, que se justifica devido à venda de uma grande propriedade em parcelas, dando origem ao loteamento clandestino<sup>12</sup>. Este fenómeno começa-se a expandir para o actual Bairro do Casal Novo, surgindo assim os primeiros traços de urbanização. Percebemos por isso, que apesar de este bairro pertencer às freguesias de Caneças e Famões, a sua origem deve-se essencialmente ao desenvolvimento do bairro de Casal de Cambra, pertencente ao concelho de Sintra, visto que a existência de uma encosta entre Caneças e o Bairro do Casal Novo condicionou a expansão urbana para Este.

<sup>12</sup> Junta de freguesia de Casal de Cambra - <http://wjfcc.ecivitas.net/conteudos/templates/Estrutura.asp?articleid=122&zoneid=8&z=8&sz=0&n=1>, consultado a 5/11/2014



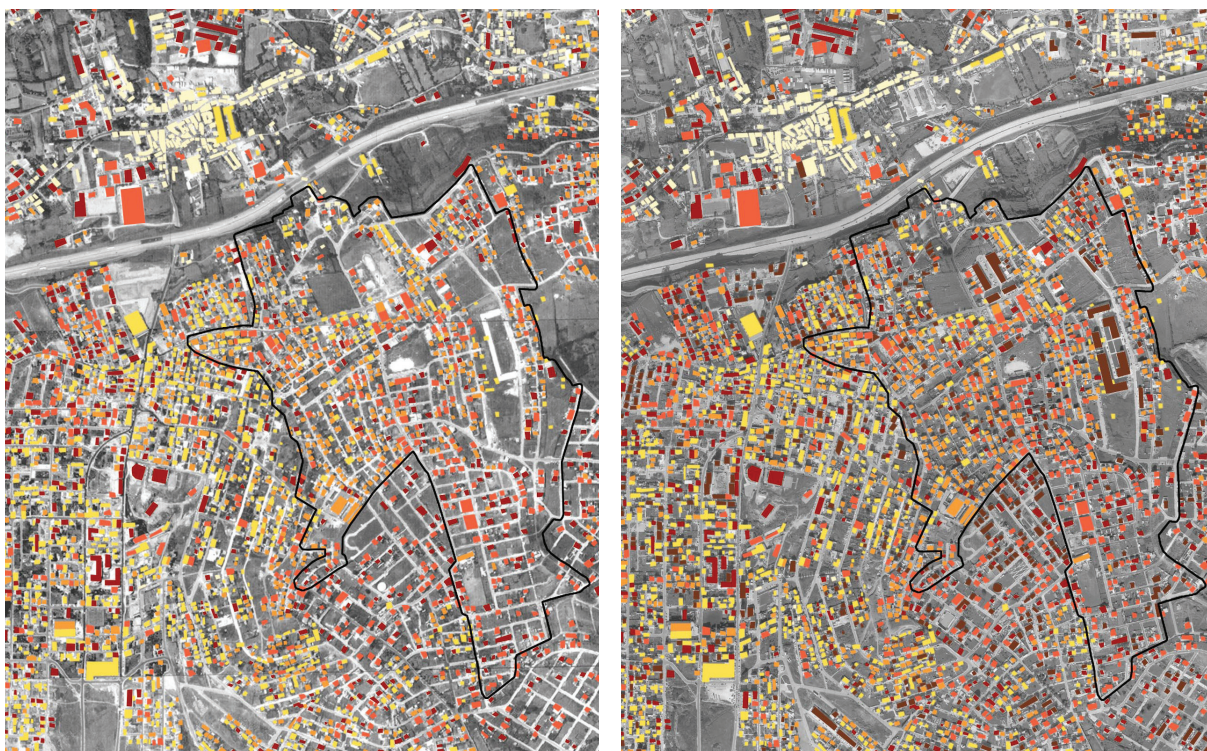
Em 1982 (fig. 48), a construção e o loteamento clandestino continuam a crescer, e é devido a esses factores que o Bairro do Casal Novo, inserido nesse sistema de crescimento, começa a ter uma densificação progressiva dos seus solos, observando um traçado urbano mais completo, desenvolvido e ortogonal.

No ano de 1990 (fig. 49), começam a surgir novas habitações nos terrenos que se encontravam vazios originando, por isso, uma maior definição do tecido urbano permitindo uma leitura mais clara dos quarteirões que constituem o bairro. É de salientar, o aparecimento do primeiro equipamento público do bairro, ainda hoje de grande relevância para o mesmo, o Jardim Infantil/Escola Primária.

Até ao final dos anos 90 (fig 50), o bairro não sofreu um grande crescimento, surgindo pontualmente algumas moradias que vieram ocupar e densificar os quarteirões já existentes. Nesta

**Fig. 48. 49.** (da esquerda para a direita) Ortofotomapas de 1982 e 1990. Elaboração própria. (Fonte: CMO)





**Fig. 50. 51.** (da esquerda para a direita) Ortofotomapas de 1998 e 2005. Elaboração própria. (Fonte: CMO)

década o território ganha um novo impacto com o atravessamento da A9 - CREL, delimitando o bairro na sua encosta Norte, vincando ainda mais a barreira física já existente.

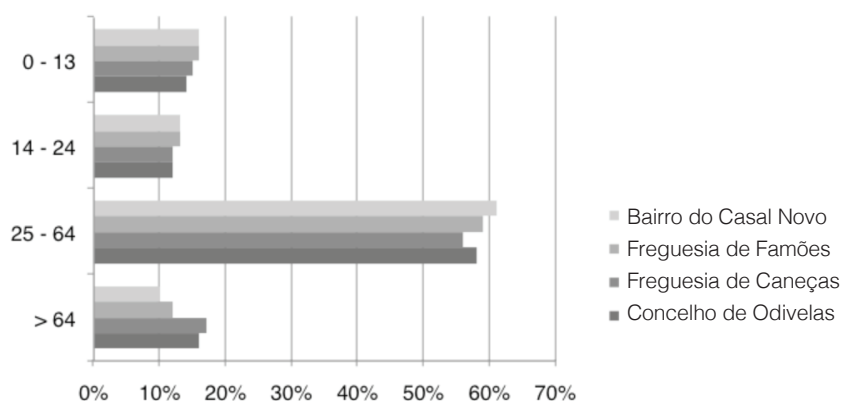
Por fim, em 2005 (fig. 51), continuamos a observar um crescimento muito ténue ao nível da habitação unifamiliar, no entanto, o que veio dar uma nova leitura ao bairro, foi o aparecimento de edifícios de habitação colectiva, até então inexistentes. Esta ocupação territorial manteve-se idêntica até os dias de hoje.

### 3.2.2. Caracterização da população e do edificado

A análise da população e do edificado do bairro foi realizada recorrendo aos dados do INE, nomeadamente aos Censos de 2011 para o concelho de Odivelas, as freguesias de Caneças e Famões e para as subsecções estatísticas onde se encontra o Bairro do Casal Novo (anexo I), tendo-se registado neste último

de 954 edifícios. Pretende-se analisar os indivíduos residentes no Bairro do Casal Novo (um total de 3532 habitantes, segundo os Censos de 2011), e respectivo edificado em comparação com as freguesias correspondentes, Caneças e Famões, e com o concelho em que está inserido, Odivelas, com o intuito de elaborar uma intervenção futura mais qualificada e enquadrada com a realidade deste território.

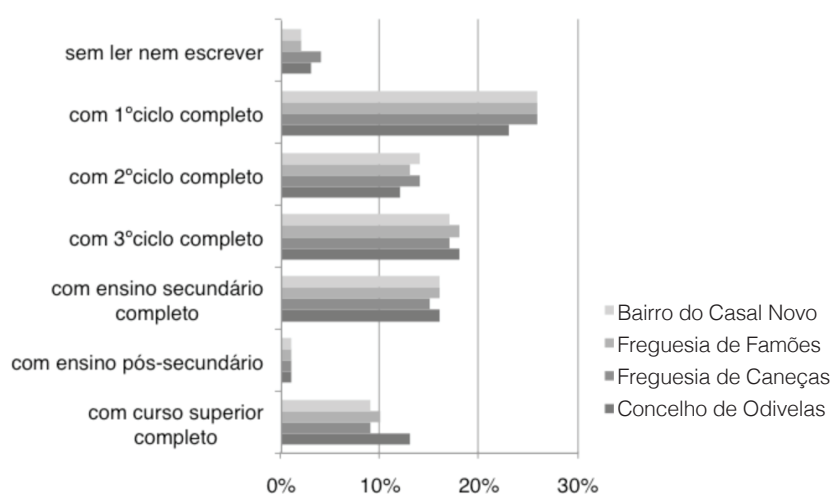
Na figura 52, considerou-se para análise quatro grupos etários distintos: crianças (0 – 13); jovens (14 – 24); adultos activos (25 – 64) e idosos (> 64). A grande maioria dos residentes do bairro (61%) apresentam-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos, sendo que as crianças e jovens compõem 16% e 13%, respectivamente, da população do bairro. Apenas uma pequena percentagem (10%) é idosa, o que nos leva a crer que estamos perante uma população pouco envelhecida. Por norma, o bairro segue os padrões das freguesias e do concelho, à excepção da população idosa que é mais elevada no concelho de Odivelas e na freguesia de Caneças.



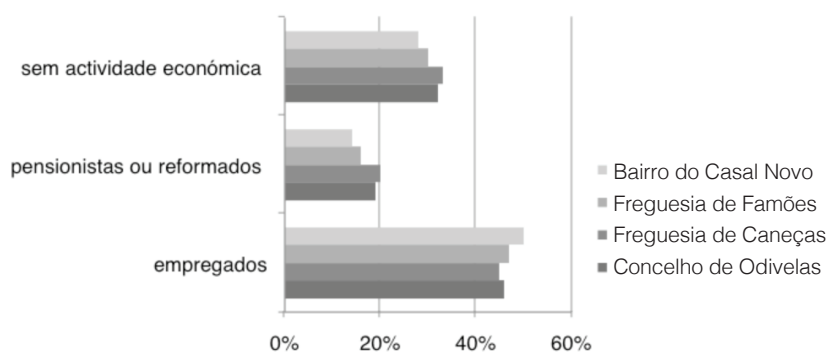
De acordo com os dados do gráfico seguinte, verifica-se que os indivíduos possuem níveis de instrução diversificados, sendo que a maioria (26%) cumpriu o 1º ciclo e apenas uma pequena percentagem (2%) é analfabeta. Somente 16% da população concluiu a escolaridade obrigatória (ensino secundário), sendo

**Fig. 52.** Idade dos indivíduos residentes. Elaboração própria. (Fonte: INE, Censos de 2011)

que só 10% apresentam um nível de instrução mais elevado tendo frequentado o ensino pós-secundário (1%) ou um curso superior (9%). Em termos gerais o bairro apresenta resultados idênticos aos das suas freguesias mas não aos do concelho de Odivelas onde se denota um nível de instrução mais elevado, com uma maior taxa de indivíduos com um curso superior completo.

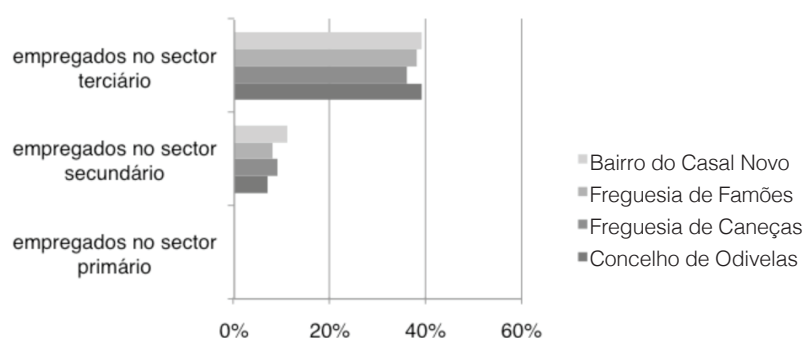


No que concerne à situação actual dos residentes, metade (50%) encontra-se empregada, sendo que 28% está sem actividade económica e 14% são pensionistas ou reformados. Ainda assim, os indivíduos residentes no bairro, em comparação com as freguesias e com o concelho, apresentam uma maior taxa de empregados e consequentemente uma menor taxa de desempregados.

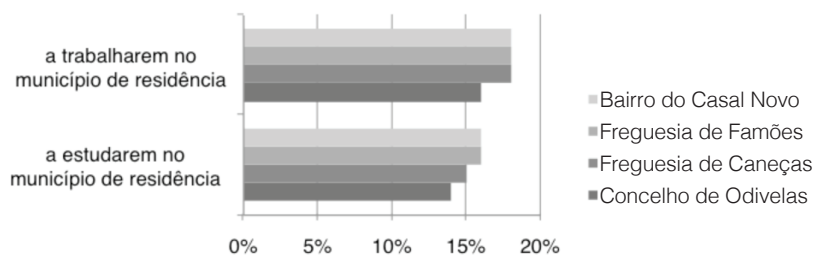


**Fig. 53. 54.** (de cima para baixo)  
Nível de escolaridade dos indivíduos residentes; situação actual dos indivíduos residentes. Elaboração própria. (Fonte: INE, Censos de 2011)

A figura 55 revela a estrutura profissional dos indivíduos, com predomínio no sector terciário (39%) e os restantes 11% no sector secundário, não existindo trabalhadores no sector primário. Estes dados aproximam-se dos valores das freguesias e do concelho, havendo uma certa homogeneidade entre estes.



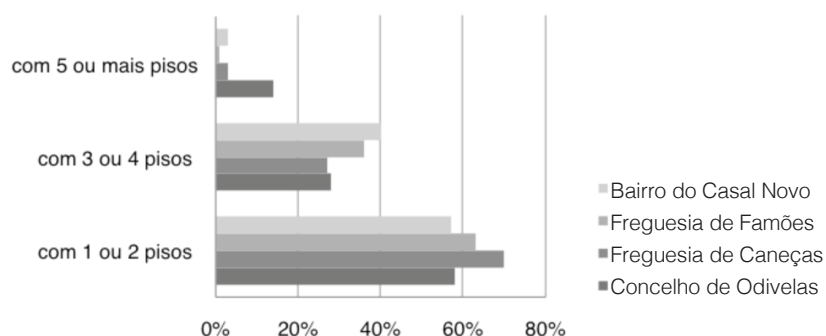
Quanto ao local de trabalho, dos 50% de indivíduos do bairro, analisados anteriormente, que se encontram empregados, apenas 18% trabalham no município de residência, tal como acontece nas respectivas freguesias, percebendo-se assim que a maioria dos indivíduos empregados trabalham fora do município de residência, situação que é ainda mais marcada no município de Odivelas.



Dos 21% de indivíduos do bairro que se encontram a estudar (anexo I), 16% estudam no município de residência, o que significa que apenas uma pequena percentagem se desloca para fora do mesmo para estudar. Já em Caneças e Odivelas, a percentagem de deslocações para fora aumenta ligeiramente.

**Fig. 55. 56.** (de cima para baixo)  
Sector de emprego dos indivíduos residentes; indivíduos residentes que estudam ou trabalham no Município de Residência. Elaboração própria. Elaboração própria. (Fonte: INE, Censos de 2011)

Quanto ao número de pisos dos edifícios verifica-se que no bairro, assim como nas freguesias, os edifícios de 5 ou mais pisos são escassos variando entre 1% e 3%, o que não acontece no município de Odivelas onde 14% do edificado apresenta estas mesmas características. Os edifícios de 3 ou 4 pisos são mais predominantes no bairro, comparativamente com as freguesias e concelho, detendo 40% de edificado com estas características. Verifica-se portanto que os edifícios predominantes são os de 1 ou 2 pisos, com uma percentagem no bairro de 57%, aproximando-se dos valores de Odivelas com 58%. Caneças encontra-se assim destacada, com 70% do edificado com 1 ou 2 pisos.



### 3.2.3. Morfologia Urbana

A análise morfológica do bairro irá permitir uma maior compreensão do seu traçado urbano, das suas formas e funções variadas. Segundo Lamas (2011: 38), *“a morfologia urbana é a disciplina que estuda o objecto – a forma urbana – nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo”*. Ou seja, este estudo terá em conta os “elementos morfológicos do espaço urbano” que permitirão clarificar a leitura do território e, posteriormente, desenvolver propostas mais adequadas para o tecido urbano. Estes elementos integram o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado da rua, a praça, o monumento, a árvore, a vegetação e o mobiliário urbano (Lamas, 2011).

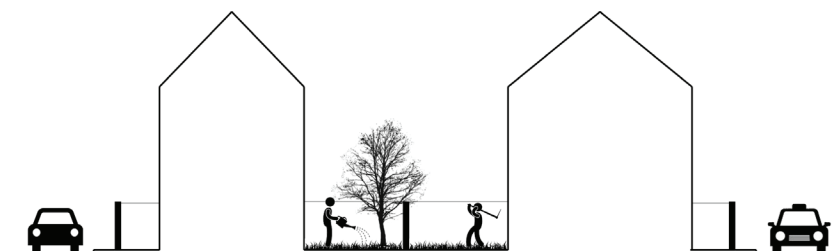
**Fig. 57.** Número de pisos dos edifícios. Elaboração própria. (Fonte: INE, Censos de 2011)



### Malha e traçado

Apesar do crescimento acelerado a que o bairro foi sujeito verifica-se que, de certo modo, a malha do seu tecido urbano foi planeada, como podemos verificar nos ortofotomapas analisados anteriormente. Verifica-se o planeamento de quarteirões, que procuravam dar resposta à acentuada procura de lotes para a construção de habitações que se fazia sentir na zona, sobretudo durante os anos 70 e 80.

Estes quarteirões são caracterizados pela sua horizontalidade (fig.58), estratégia frequentemente utilizada na construção de moradias unifamiliares, sendo que contêm uma casa com uma frente de rua e um logradouro, que faz face a um outro mantendo a mesma lógica de inserção no território (fig.59).



### Ocupação/disposição do edificado

Actualmente, o bairro apresenta uma densidade do edificado de apenas 50%, o que significa que a outra metade se encontra disponível para a inserção de novas construções (fig.60). Esta densidade faz-se notar essencialmente pela presença de moradias unifamiliares que vêm reforçar a ideia de baixa densidade do bairro. Grande parte deste edificado tem uma altura média de 7,5m (2 pisos, mais sótão), sendo que uma pequena percentagem, referente a edifícios de habitação colectiva, apresenta uma altura média de 11 m (3 e 4 pisos).



**Fig. 58. 59. 60.** (de cima para baixo, da esquerda para a direita) Planta dos quarteirões do Bairro do Casal Novo. Elaboração própria. (Fonte: CMO); esquema de um quarteirão do Bairro do Casal Novo. Elaboração própria; Densidade de edificado no Bairro do Casal Novo. Elaboração própria. (Fonte: CMO)



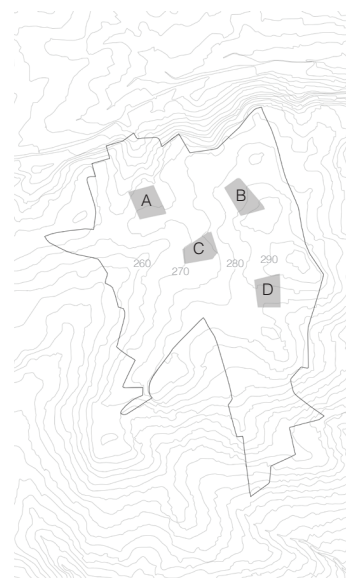
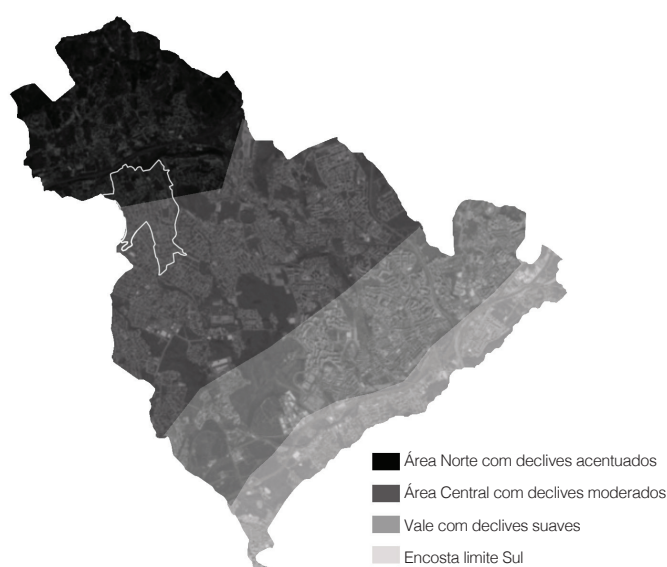
Após uma análise mais cuidada da ocupação dos lotes, percebemos que a presença da moradia e respectivo logradouro, anteriormente abordados é, geralmente, complementada por um pequeno anexo utilizado como garagem (fig.61). Estes lotes encontram-se ladeados por muros criando, assim, uma barreira física entre o espaço público e privado. Esta ocupação, até às suas extremidades, veio prejudicar a via pública visto que os passeios, quando existem, são estreitos e quase intransitáveis, não foram planeados estacionamentos e não existe qualquer mobiliário urbano, praças ou espaços verdes que promovam a vivência do espaço público (fig.62).



**Fig. 61. 62.** *(de cima para baixo)*  
Uma das habitações com anexo do  
Bairro do Casal Novo; uma das ruas  
do Bairro do Casal Novo. (Fonte:  
Fotografia da autora)

## Altimetria

Para a elaboração da proposta urbana no Bairro do Casal Novo, foi necessário estudar a sua altimetria. A zona Norte é caracterizada por declives acentuados e a zona Sul por declives moderados (fig.63), percebendo-se assim que o bairro se encontra no topo de uma colina, atingindo uma altitude máxima de 295 metros.



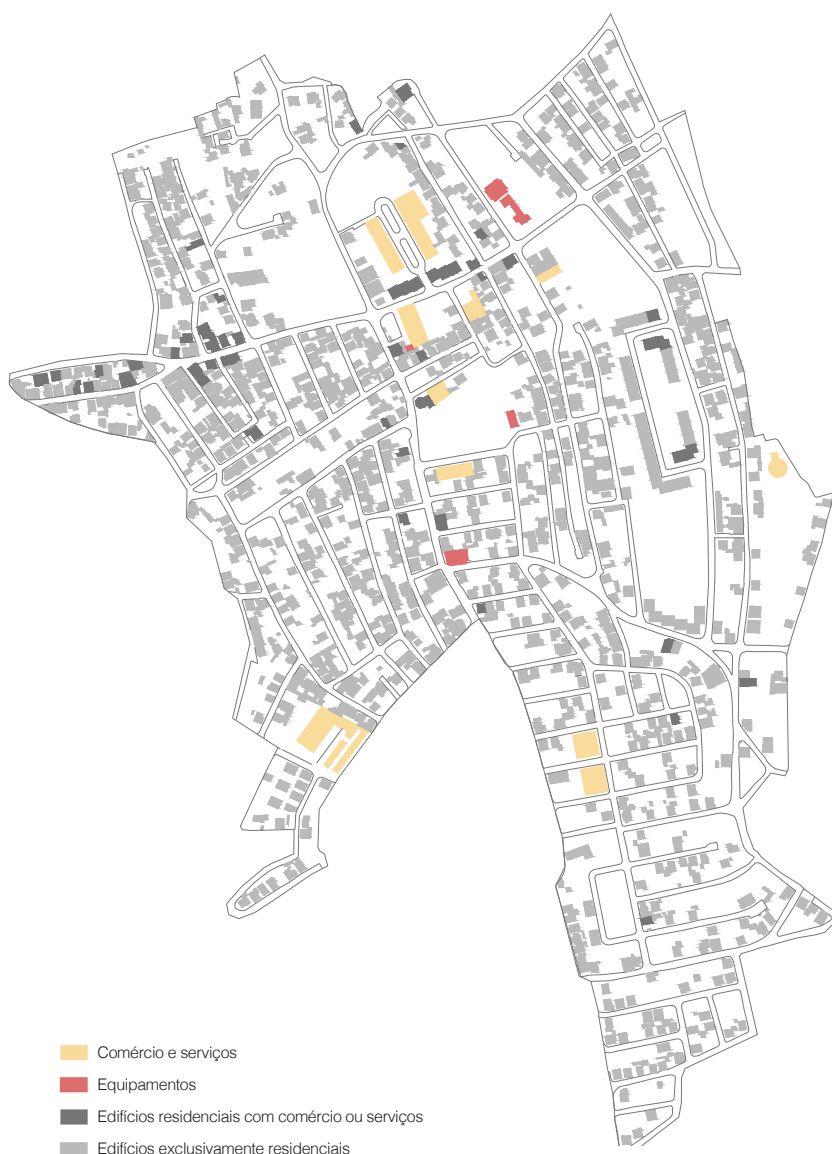
O terreno A varia entre as cotas 266 e 272, tendo por isso um declive de 5% a pender para Norte. Com a mesma orientação, o terreno B tem 6% de declive, onde a cota mais baixa ronda os 282 metros e a mais alta 290 metros. Por fim, os terrenos C e D apresentam 7% de declive, sendo que o primeiro varia entre as cotas 268 e 278, pendendo para Oeste, e o segundo entre as cotas 280 e 290, com inclinação para Sul (fig.64).

O estudo da altimetria do bairro permitiu perceber os diferentes declives das áreas a intervir de modo a realizar propostas mais coerentes, capazes de superar desníveis por vezes muito acentuados.

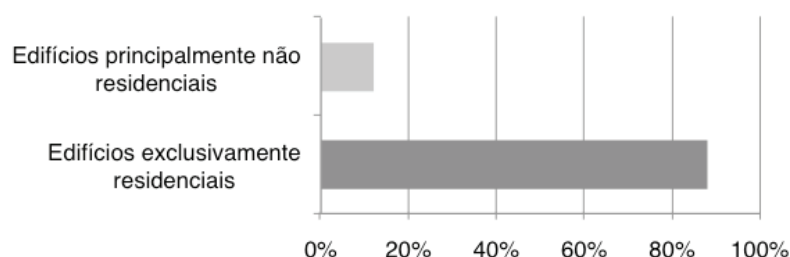
**Fig. 63. 64.** (da esquerda para a direita) Tipos geomorfológicos presentes no concelho de Odivelas. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: CMO, PDM, 2009d: 37); planta do Bairro do Casal Novo com a altimetria e identificação dos terrenos a intervir. Elaboração própria. (Fonte: CMO)

### 3.2.4. Equipamentos, comércio e serviços

O Bairro do Casal Novo contém apenas 3 equipamentos que dão resposta às necessidades mínimas da população: a pequena capela pré-fabricada; a escola básica e o infantário. É ainda pontuado por pequenos comércios e serviços, que surgem predominantemente no piso térreo dos edifícios residenciais encontrando-se, por isso, distribuídos ao longo do bairro (fig.65).



A figura abaixo, permite-nos perceber que a grande maioria dos edifícios presentes no bairro são exclusivamente residenciais, sendo que apenas uma pequena percentagem articula habitação e outras funções.



**Fig. 66.** Usos dos edifícios no Bairro do Casal Novo. Elaboração própria. (Fonte: INE, Censos de 2011)

O facto de o bairro depender essencialmente do centro de Caneças ou de Casal de Cambra, justifica-se devido ao défice de equipamentos, capazes de servir a população. Como vimos, as suas funções encontram-se dispersas e desorganizadas, necessitando por isso da criação de novos equipamentos, capazes de unir e dinamizar o mesmo.

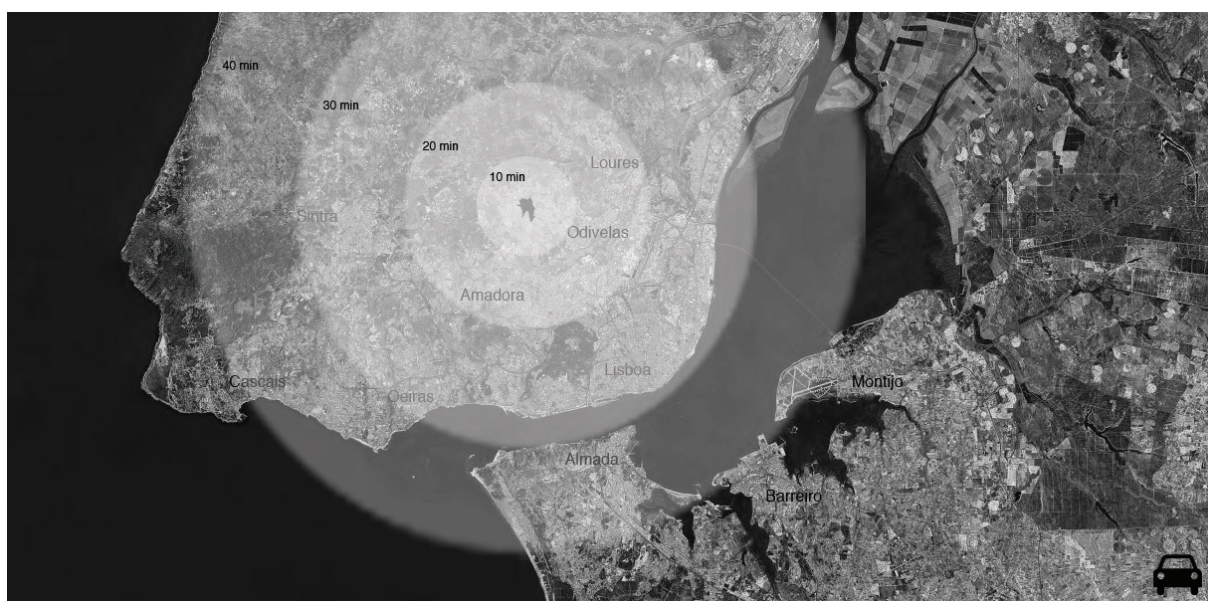
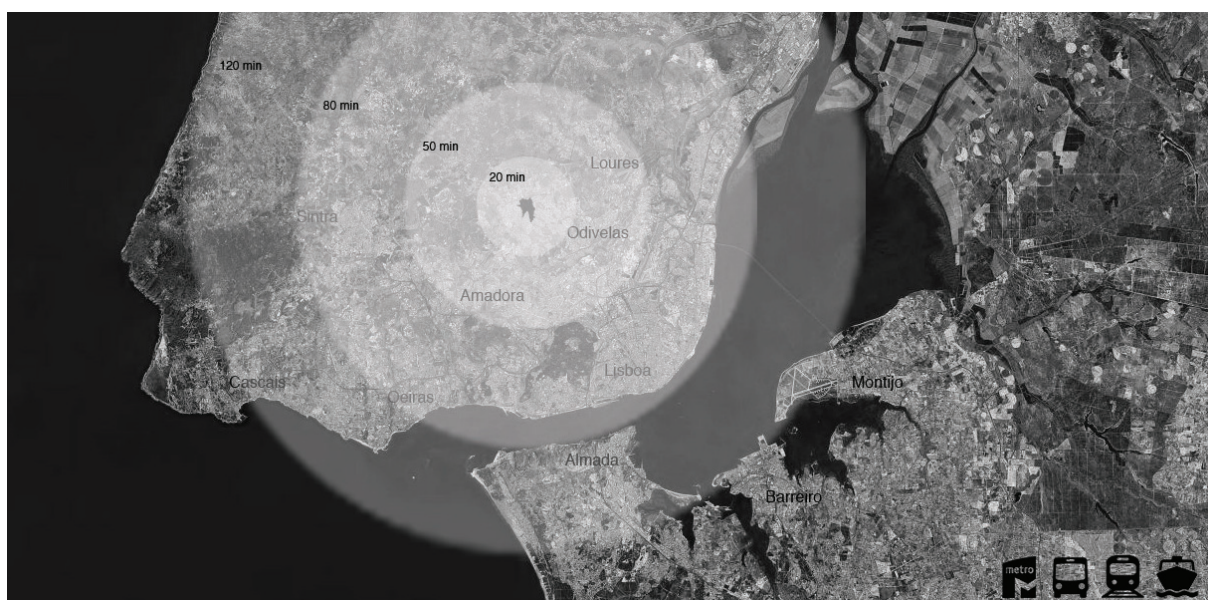
### 3.2.5. Mobilidade e acessibilidade

O bairro apresenta uma localização geográfica pouco favorável não só em relação às várias centralidades do município como foi referido anteriormente, mas também ao nível da acessibilidade às mesmas.

O facto de estarmos perante uma área urbana de génese ilegal, justifica esta mobilidade e acessibilidade urbanas deficitárias. Trata-se de uma matriz urbana definida pela transformação do terreno em parcelas (mais tarde em lotes), sem qualquer tipo de planeamento prévio, não apresentando por isso um bom conjunto de infra-estruturas capazes de fazer ligação às vias estruturantes principais que envolvem o concelho de Odivelas. Existe ainda uma cobertura deficitária de transportes públicos (fig.67), o que gera uma grande dependência da viatura privada (fig.68).



**Fig. 67. 68.** Tempo de deslocação do Bairro do Casal Novo à sua envolvente utilizando transportes públicos; tempo de deslocação do Bairro do Casal Novo à sua envolvente utilizando viatura própria. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: <https://maps.google.pt/>)



Ao observarmos a figura 69, percebemos que apesar de grandes vias estruturantes, nomeadamente a CREL, passarem perto do bairro, não têm nenhuma ligação directa com o mesmo, obrigando por isso ao recurso de outras vias de menor relevância.

A figura 70, permite-nos perceber de que forma se encontram hierarquizadas as vias que compõem o bairro, sendo este atravessado por duas vias de primeira ordem e por duas vias de segunda ordem, que posteriormente dão acesso às principais vias do concelho de Odivelas, anteriormente referidas.



**Fig. 69. 70.** Vias principais do concelho de Odivelas. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: <http://www.cm-odivelas.pt/index.php/acessibilidades>); Vias principais do Bairro do Casal Novo. Elaboração própria. (Fonte: CMO, PDM, 2009e)






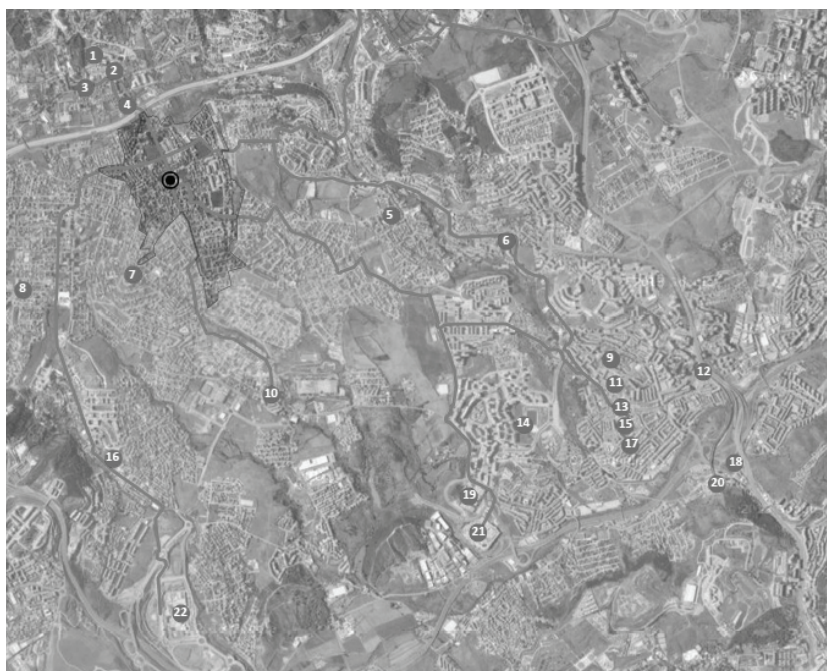
**Tabela 1.** Distâncias do Bairro do Casal Novo aos principais equipamentos do território. Elaboração própria. (Fonte: <https://maps.google.pt/>)

**Fig. 71.** Percursos do Bairro do Casal Novo para os equipamentos do território. Adaptado graficamente pela autora. (Fonte: <https://maps.google.pt/>)

- 1 - Centro de Saúde, Caneças
- 2 - Correios, Caneças
- 3 - Junta de Freguesia de Caneças
- 4 - Mercado de Caneças
- 5 - Correios, Ramada
- 6 - Junta de Freguesia da Ramada
- 7 - Centro de Saúde, Famões
- 8 - Mercado de Casal de Cambra
- 9 - Piscina Municipal de Odivelas
- 10 - Junta de Freguesia de Famões
- 11 - Biblioteca Municipal, Odivelas
- 12 - Metro de Odivelas
- 13 - Câmara Municipal de Odivelas
- 14 - Pavilhão Multiusos de Odivelas
- 15 - Centro de Exposições, Odivelas
- 16 - Jardim Botânico de Famões
- 17 - Mercado Municipal de Odivelas
- 18 - Teatro da Malaposta
- 19 - Cemitério de Caneças
- 20 - Metro Sr. Roubado
- 21 - C.C. Strada, Odivelas
- 22 - C.C. Dolce Vita Tejo, Amadora

É ainda relevante percebermos a acessibilidade aos equipamentos e serviços mais relevantes, visto que a população do bairro depende destes (fig.71). Neste sentido, foi feita uma análise dos percursos e distâncias percorridas até estes pontos, com o uso do veículo privado, a pé ou de transportes públicos, concluindo-se que os equipamentos e serviços de maior relevância, nunca se encontram a mais de 6 km do bairro (tabela 1).

						
	km	min	km	min	km	min
Hospital Beatriz Ângelo - Loures	5,6	11	5,1	63	12	39
Centro de Saúde de Caneças	1,5	5	1,5	18	1,5	7
Centro de Saúde de Famões	1,1	3	1,1	13	1,1	5
Câmara Municipal de Odivelas	4,5	10	4,4	48	5,5	30
Junta de Freguesia de Caneças	1,1	4	1,1	13	1,3	6
Junta de Freguesia de Famões	2,2	6	2,2	22	2,5	9
Dolce Vita Tejo - Amadora	4,7	9	4	44	5,5	15
Strada Outlet - Odivelas	4,7	9	4,1	46	5,3	13



### **3.3. Análise dos inquéritos por questionário à população do bairro**

De modo a complementar a análise do território, procurou-se perceber a posição dos habitantes em relação à área de estudo, por conseguinte, foram elaborados inquéritos por questionário aos moradores do Bairro do Casal Novo, de modo a perceber as suas necessidades e expectativas, visto que foi a pensar nos mesmos que o projecto emergiu. A elaboração dos inquéritos prende-se assim ao facto de procurarmos obter indicações que estes nos poderiam fornecer, com valências a incorporar na componente projectual.

#### **3.3.1. Metodologia**

Os questionários foram feitos no âmbito da turma (ver anexo II) aproveitando para colocar no mesmo questionário, perguntas que abrangessem diferentes temas para os vários trabalhos. Neste sentido, a elaboração, realização e recolha dos questionários foi elaborada em conjunto, sendo que o tratamento e análise dos dados foram feitos individualmente, não analisando todas as questões, mas apenas as que se consideraram pertinentes tendo em conta a intervenção a ser feita. Foram elaborados 100 inquéritos, dos quais foram considerados 72, sendo que os restantes não foram apurados devido ao seu preenchimento inadequado. Os questionários foram distribuídos pela escola primária do bairro, em cafés e outros realizados pessoalmente, permitindo um contacto mais directo com os moradores.

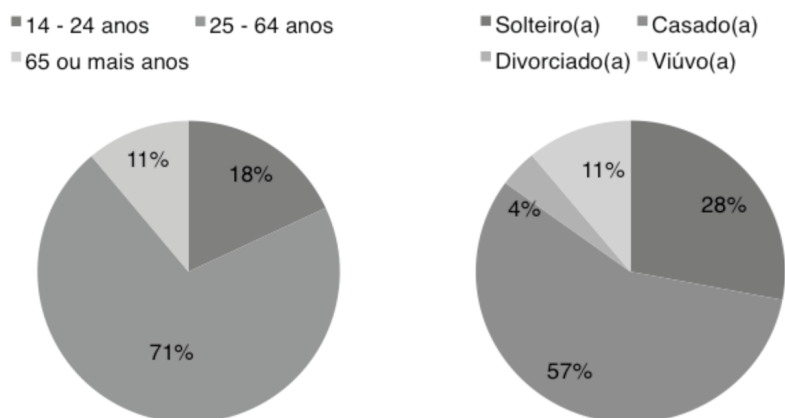
#### **3.3.2. Caracterização da amostra**

Dos 72 inquiridos, a população activa é a que predomina, sendo elevada a quantidade de residentes com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos. A população jovem e idosa assume assim uma menor relevância (fig. 72).



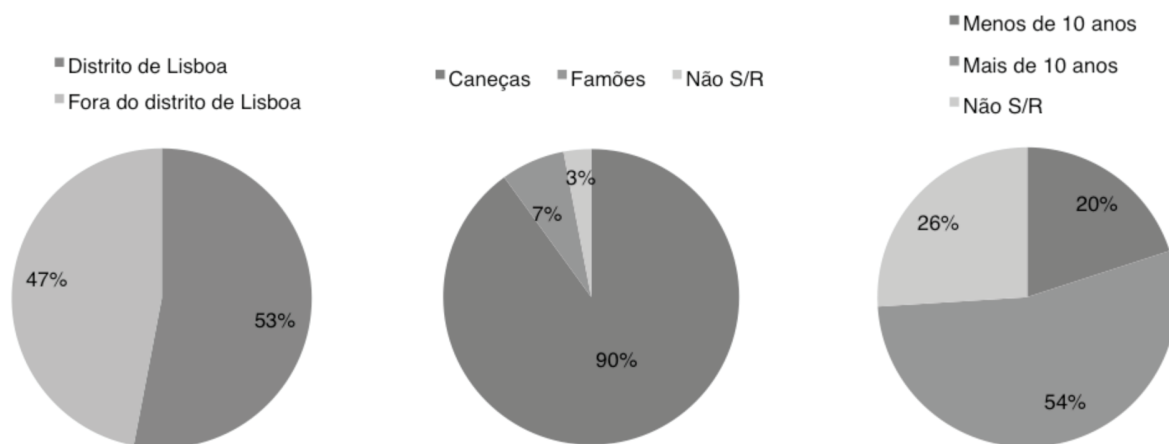
**Fig. 72. 73. 74. 75. 76.** (da esquerda para a direita, de cima para baixo)  
Estrutura etária da população inquirida; estado civil; naturalidade; freguesia de residência; anos de residência no bairro. Elaboração própria. (Fonte: INE, Censos 2011)

No que diz respeito ao estado civil, mais de metade são casados denotando-se uma percentagem muito reduzida de indivíduos divorciados (fig. 73).



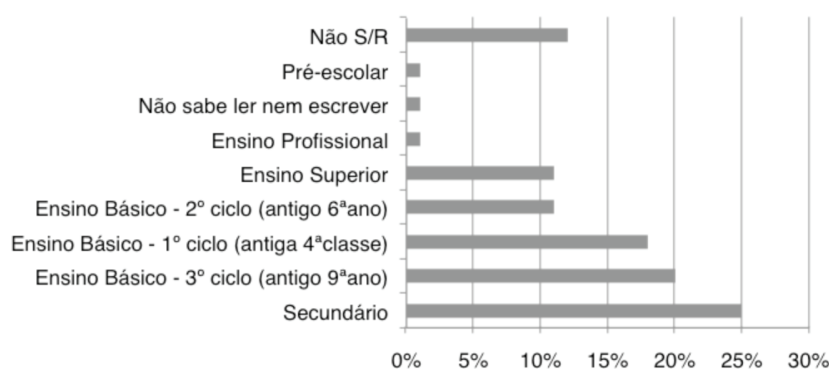
No que diz respeito à naturalidade, pouco mais de metade (53%) da população inquirida é natural do distrito de Lisboa, sendo que os restantes provêm de outras áreas.

O facto de os terrenos para a área de intervenção se localizarem na zona do bairro pertencente à freguesia de Caneças, fez com que inquiríssemos pessoas nesta mesma área, obtendo assim 90% de inquiridos a residir nesta freguesia e apenas 7% na freguesia de Famões. Da amostra da população, mais de metade vive no bairro há mais de 10 anos, o que pressupõe a existência

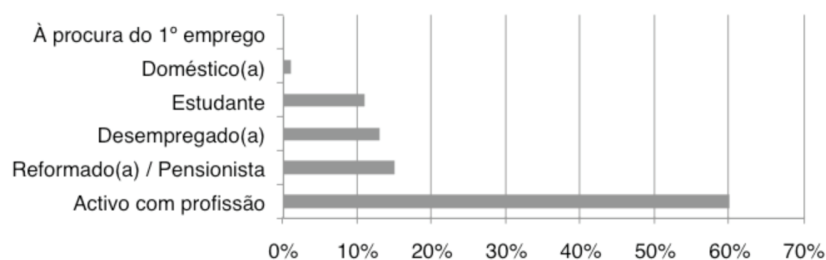


Na amostra da população inquirida, existe um equilíbrio entre os agregados familiares com 1 ou 2 pessoas e os de 3 ou 4 pessoas, 46% e 44% respectivamente, sendo que apenas 10% compõe famílias numerosas, com 5 ou mais pessoas.

Os níveis de instrução da amostra são razoáveis, sendo que a percentagem de analfabetos é praticamente inexistente e cerca de 12% frequentou o ensino profissional ou superior, existindo uma boa percentagem (25%) de inquiridos com o actual nível de escolaridade obrigatória, o 12º ano.



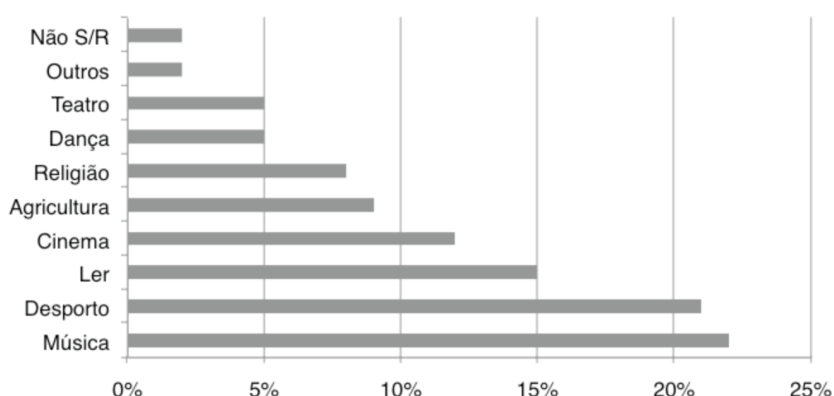
No que se refere à condição perante a actividade económica, verifica-se que mais de metade dos inquiridos (60%) são activos com profissão, sendo que os restantes se distribuem por estudantes, pensionistas, domésticos(as) ou desempregados(as). Estes resultados são reflexo da estrutura etária da amostra adquirida, onde predominam os indivíduos de idade activa.



**Fig. 77. 78. 79.** (de cima para baixo)  
Famílias por número de elementos;  
nível de escolaridade da população  
inquirida; condição perante  
actividade económica. Elaboração  
própria. (Fonte: INE, Censos 2011)

### 3.3.3. Caracterização das necessidades e expectativas dos inquiridos

Os interesses da população são bastante vagos, verificando-se que os mais relevantes para os inquiridos são a música e o desporto. Com menos relevância que os anteriores, vem a leitura e o cinema, seguindo-se a agricultura e a religião. As diversas opções deram origem a resultados dispersos, resultando numa multiplicidade de interesses por parte dos inquiridos.

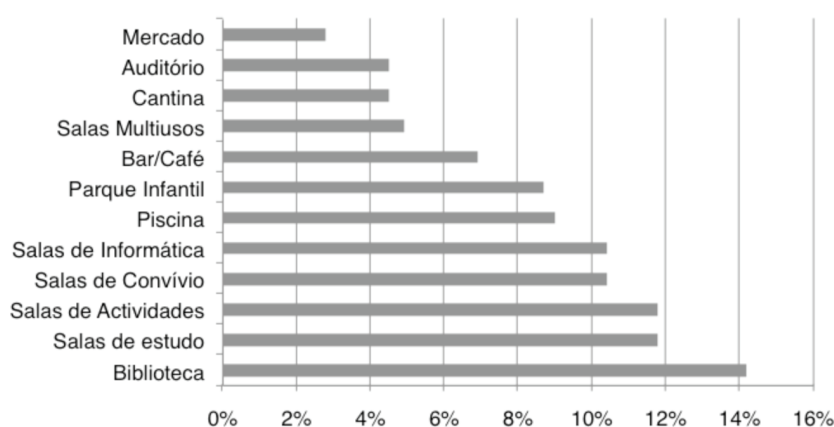


A grande maioria da amostra dos residentes não exerce nenhuma actividade no bairro, sendo este resultado reflexo da escassez de actividades. Isto remete-nos para uma fragilidade deste território, que nos obrigará a perceber que tipo de actividades poderão responder às necessidades dos inquiridos.

**Fig. 80. 81.** *(de cima para baixo)*  
Principais interesses da população inquirida; actividades em que participa no bairro. Elaboração própria. (Fonte: inquéritos à população)



No que diz respeito às valências que a população inquirida gostaria de ter num centro comunitário/cívico, conclui-se que existe preferência por uma biblioteca, salas de estudo, de actividades, de informática e de convívio, ganhando menor relevância a criação de um mercado.

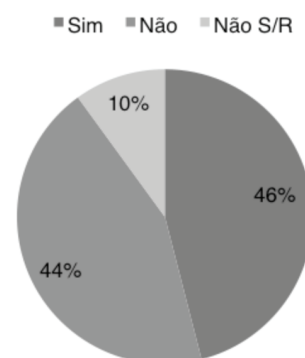
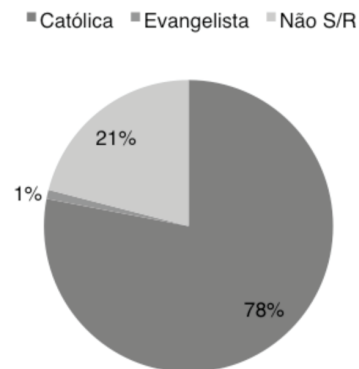
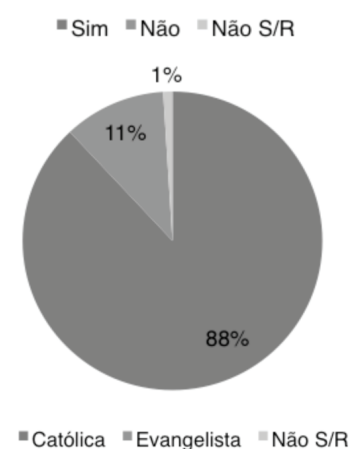


A necessidade de espaços públicos no bairro é uma constante, visto que apenas 11% dos inquiridos não considera relevante a inserção de áreas verdes, largos ou praças, sendo que 88% acha necessária a criação destes espaços.

A grande maioria da amostra da população do bairro indica ser católica, o que pressupõe que para a maioria da população poderá ser importante substituir a capela pré-fabricada existente por uma outra com as devidas condições.

Posto isto, os inquiridos foram questionados acerca da necessidade de criação de uma capela mortuária associada à igreja, onde 46 % considera a sua construção relevante. É de salientar que numa conversa informal com o padre da paróquia este elucidou-nos acerca da importância da construção de uma capela mortuária visto que a única existente no centro de Caneças não responde às necessidades da população.

**Fig. 82. 83. 84. 85.** (da esquerda para a direita, de cima para baixo) Valências num centro comunitário/cívico; necessidade de espaços públicos; religião dos inquiridos; necessidade de uma capela mortuária associada à igreja. Elaboração própria. (Fonte: inquéritos à população)



#### 3.3.4. Síntese conclusiva

O inquérito por questionário foi uma mais valia para a compreensão das intenções de projecto, clarificando que equipamentos, serviços, espaços públicos, ou outros apoios podem complementar o lugar. O papel do arquitecto prevê assim o estudo dos comportamentos, vontades e ambições da sociedade, em concordância com o desenho e execução do objecto arquitectónico, criando um equilíbrio e uma relação entre a obra e a sociedade.

“Para além da sua preparação especializada – e porque ele é homem antes de arquitecto – que ele procure conhecer não apenas os problemas dos seus mais directos colaboradores, mas os do homem em geral. Que a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo.” (Távora, 2006: 74-75)

### **3.4. Diagnóstico SWOT**

De modo a perceber melhor a estratégia de requalificação do Bairro do Casal Novo, foi feito um diagnóstico SWOT, onde se pretende compreender os pontos fortes de modo a aproveitar as oportunidades para atingir os objectivos e, por outro lado, identificar as fraquezas a fim de encontrar as ameaças que poderão funcionar como obstáculos aos objectivos previstos.

Esta análise incidirá assim em dois pontos: um primeiro de diagnóstico da situação existente e um segundo de diagnóstico prospectivo, já direccionado para os objectivos.

Servirá assim de síntese daquilo que se reconhece como sendo necessário ultrapassar bem como do que se considera valorizado, servindo posteriormente de base para a reestruturação do território.

### Pontos fortes ou potencialidades

- o solo e a habitação têm preços mais acessíveis nestes espaços suburbanos menos prestigiados e de menor qualidade urbanística
- proximidade a eixos estruturantes que fazem a ligação à cidade de Lisboa (IC16, IC17 e IC22)
- Monumento Nacional (Dólmen do Sítio das Pedras Grandes)
- relação cidade-campo. Aproveitamento pela população dos espaços vazios para cultivo de hortas
- pequenas indústrias e comércio local com pequenos cafés e restaurantes
- forte identidade cultural com datas festivas próprias como a Festa em Honra da Nossa Senhora da Esperança em Setembro
- o facto de se encontrar no topo de uma colina permite ter vistas privilegiadas para diferentes pontos do distrito de Lisboa, nomeadamente para a serra de Caneças a Norte, para a serra de Sintra e Palácio de Sintra respectivamente a Oeste e por fim a Este é possível observar a cidade de Lisboa, nomeadamente o Parque das Nações, o rio Tejo, o Estádio da Luz, as torres das Amoreiras, a serra de Monsanto e ainda a Margem Sul
- significativa percentagem de população activa determinando uma população pouco envelhecida
- espaço urbano sossegado que apresenta uma certa homogeneidade social na qual a população é maioritariamente portuguesa partilhando da mesma cultura, não criando assim conflitos entre raças ou culturas que são por vezes motivo de insegurança ou discriminação em determinadas áreas
- esta AUGI está a adquirir um novo “estatuto” devido ao seu processo de legalização praticamente finalizado
- existência de espaços vazios caracterizados por grandes parcelas de terrenos devolutos, permitindo uma intervenção futura sem expropriações
- proximidade à freguesia de Caneças permite o usufruto de equipamentos, serviços e espaços públicos inexistentes no bairro, tais como: capela mortuária, jardins, largos, escola secundária, centro de saúde, mercado, correios, entre outros

### Oportunidades

- existência de uma associação de moradores do bairro empenhada na legalização das habitações e na qualificação do bairro através da inserção de novos equipamentos
- existência de espaço vazios caracterizados por grandes parcelas de terrenos devolutos, permitindo uma intervenção futura sem expropriações
- qualificação das áreas urbanas com a criação de emprego local, nomeadamente na gestão e manutenção dos espaços públicos, dos equipamentos e serviços colectivos de bairro, ou através da instalação de pequenas unidades produtivas, de comércio e serviços
- requalificação do território através da inserção de equipamentos e renovação dos espaços públicos de modo a contribuir para um bem-estar social e qualidade de vida dos residentes, promovendo laços de vizinhança
- mudar a imagem do bairro actualmente isento de identidade, através da inserção de referências espaciais tais como equipamentos ou espaços públicos que numa área como esta servirão de elementos âncora no território
- vontade da Câmara Municipal de Odivelas em estudar o local, com vista à sua requalificação melhorando os espaços públicos e as suas acessibilidades
- valorização do Monumento Nacional existente a partir de uma intervenção ponderada, exaltando as suas qualidades históricas e respectivo enquadramento paisagístico
- aposta na formação dos residentes a diferentes níveis: cultural, cívico, religioso, entre outros, respeitando os seus interesses



### Pontos fracos ou fragilidades

- proximidade à A9-CREL que funciona como barreira, tanto física como visual, entre o bairro e o centro de Caneças, dificultando os acessos sobretudo pedonais ao centro desta freguesia, não existindo qualquer tipo de ligação deste eixo viário estruturante com bairro ou com as imediações do mesmo
- hierarquia viária desordenada, onde a rede rodoviária não satisfaz uma boa mobilidade e acessibilidade aos eixos viários principais, ainda que se encontre próximo destes
- topografia do terreno bastante irregular que dificulta o acesso ao centro de Caneças
- défice de espaços públicos, obrigando a deslocação da população para outras áreas capazes de satisfazer as suas necessidades de lazer
- défice de equipamentos colectivos, nomeadamente centro religioso, desportivo e social (ATL, apoio a idosos, ...)
- carência a nível de serviços públicos e outro tipo de serviços
- condições de mobilidade precárias com transportes públicos e acessos ao centro da cidade deficientes, obrigando o uso de transporte individual
- deficientes condições de circulação pedonal, como passeios, por vezes inexistentes, dando-se primazia ao automóvel
- algumas habitações ainda por legalizar
- ausência de zonas de sociabilidade, devido à inexistência de espaços públicos tais como: largos, praças ou espaços verdes
- tipologias habitacionais pouco diversificadas, onde predomina a habitação unifamiliar, descurando da habitação colectiva
- escassez e deficientes condições de estacionamento, obrigando ao estacionamento dos veículos nos passeios, dificultando a mobilidade dentro do bairro tanto para os veículos como para os residentes
- actividades económicas instaladas em espaços exíguos, por vezes em conflito com a habitação
- inexistência de centralidades capazes de atribuir uma identidade ao bairro, devido a uma estrutura urbana deficiente e à inexistência de equipamentos e espaços públicos

- inexistência de centralidades capazes de atribuir uma identidade ao bairro, devido a uma estrutura urbana deficiente e à inexistência de equipamentos e espaços públicos estruturadores do território
- dependência do centro de Caneças e de Casal de Cambra ao nível de equipamentos e serviços

### Ameaças

- falta de relacionamento entre a população, que assume uma posição muito individualista, não criando relações de vizinhança
- as entidades competentes têm dificuldade em tomar em conta aspirações e problemas dos habitantes e de os interpretar nos seus projectos, concebendo projectos não adaptados
- bairro com estigma de dormitório
- inexistência de políticas, programas, planos e projectos aos vários níveis, por parte das entidades gestoras que promovam, o desenvolvimento integrado e estruturado numa visão estratégica a longo prazo
- futuras intervenções condicionadas a uma lógica de custos controlados devido à escassez de recursos financeiros
- os residentes estão conformados com a situação actual, tomando atitudes de desalento e acomodação, desacreditando por isso na criação de um “novo” bairro, com um futuro melhor
- possíveis intervenções que possam vir a desvalorizar o Monumento Nacional existente de grande relevância não só para o bairro como para todo o território nacional
- saída da população para áreas que conferem melhores condições a nível de transportes, de acessos e de apoios como equipamentos e serviços

Com o diagnóstico SWOT, obtêm-se assim objectivos gerais e específicos a atingir, tais como a requalificação do território, sendo que a partir destes mesmos objectivos se elaboram estratégias, programa de acções, planos e projectos com vista à concretização dos objectivos reduzindo as ameaças e tirando partido das oportunidades para diminuir os pontos fracos e reforçar os pontos fortes.



## 4. COMPONENTE PROJECTUAL

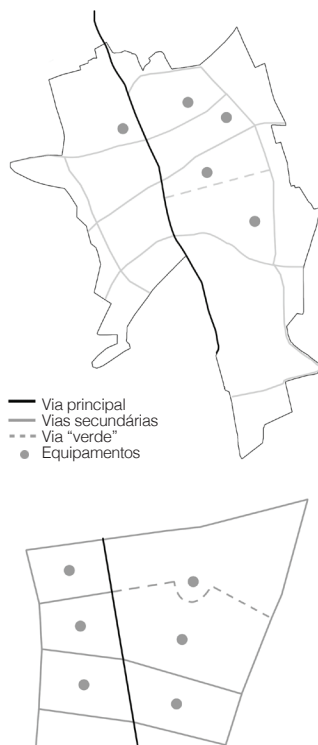
### 4.1. Proposta e programa de intervenção

A análise e proposta de intervenção ao nível urbano e arquitectónico passará por intervir na dinamização e requalificação do Bairro do Casal Novo, em Odivelas, que actualmente se apresenta descaracterizado e mal estruturado. Tem como principais intenções, desenvolver um novo plano urbano, tirando partido das pré-existências, por um lado, e por outro, dotar este bairro de equipamentos e espaços públicos, proporcionando a fixação e integração da população.

Assim, após uma análise cuidada do território e da identificação dos principais problemas e potencialidades deste bairro, redesenhou-se a matriz urbana definida pelas habitações clandestinas, predominantemente unifamiliares, que atribuem ao lugar o carácter de área urbana de génese ilegal. Criou-se, assim, diversos núcleos que, articulados entre si, assumem um papel fundamental na formação, transformação e estruturação do espaço urbano. Estamos então, perante a partilha das condições de centralidade entre estes mesmos núcleos, que será enfatizada através da inserção de equipamentos estruturadores do território, à semelhança do que Faria da Costa projectou para o Bairro de Alvalade (anexo III). A comparação entre um bairro que foi implantado de raiz, por especialistas, com um bairro que se auto-implantou, reforça a distância a que as AUGI estão dos padrões destes bairros, ajudando-nos a perceber quais as estratégias e metodologias a aplicar na sua reconversão.

Deste modo, através da análise das necessidades da população, propôs-se a criação de um centro habitacional (terreno A), um centro multiusos (terreno B), um centro religioso/comunitário (terreno C) e um centro desportivo (terreno D), interligados entre si através de percursos viários e pedonais de curta distância (fig. 88).

**Fig. 86. 87.** (de cima para baixo)  
Esquema dos núcleos propostos  
para o Bairro do Casal Novo;  
esquema dos núcleos do Bairro de  
Alvalade. Elaboração própria



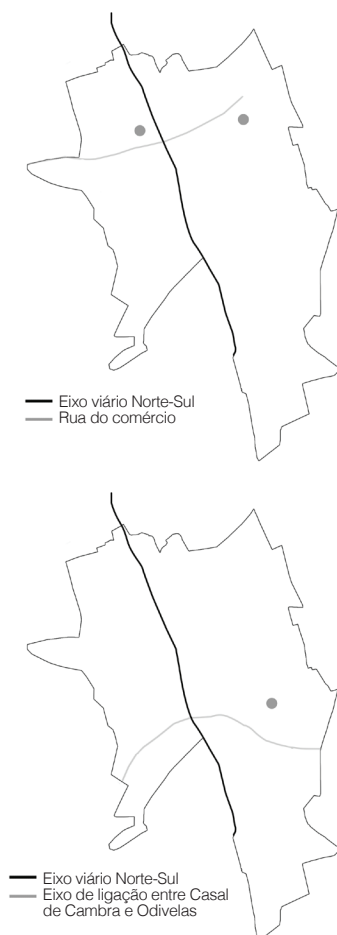
Todos estes terrenos têm em comum, a forma como os seus diferentes edifícios se posicionam, de modo a criar um espaço acolhedor, virado para dentro, criando pequenas praças que servem como refúgio para uma população que se encontra integrada num espaço público descaracterizado e mal estruturado (fig. 89). O objectivo é transformar estes espaços num lugar que proporcione a fixação e a integração da população no mesmo, promovendo a coexistência social.

Visto que estamos na presença de um bairro de pequenas dimensões, onde apesar de as pessoas se deslocarem essencialmente a pé, praticamente não existem passeios ou percursos pedonais, procurou-se articular os três equipamentos propostos (centro multiusos, centro desportivo e centro religioso/comunitário), através da criação de novos caminhos destinados ao peão. Optou-se por elevar ao nível do passeio, o pavimento das ruas que fazem a ligação entre os diferentes equipamentos, facilitando assim a sua correlação. Estes percursos, formam uma passagem pedonal e viária, acompanhada por áreas verdes, que permitirá à população continuar a aceder às suas casas com o carro, mas atribuindo um novo carácter ao espaço, de maior conforto e liberdade para a população que se desloca a pé.

O centro habitacional, encontra-se na intersecção da rua do comércio do bairro com o eixo viário principal do mesmo, que o atravessa de Norte a Sul, fazendo a ligação de Caneças à Amadora, respectivamente (fig. 90). Propõe-se, então, um conjunto habitacional em “U”, aberto para a zona comercial, complementado por hortas urbanas e um grande pátio onde se poderão desenvolver mercados ao ar livre. A sua localização justifica-se pelos bons acessos e pela proximidade a outros edifícios de habitação colectiva, que são raros no bairro, desenvolvendo-se assim uma nova forma de habitar um bairro onde predomina a habitação unifamiliar.



**Fig. 88. 89.** (de cima para baixo)  
Áreas de intervenção com respectivos usos; planta do edifício proposto. Elaboração própria. (Fonte: CMO)



Ainda adjacente à rua do comércio, mas um pouco mais a Este e na proximidade da escola primária já existente, propõe-se desenvolver um centro multiusos (fig. 90), onde se irão incorporar edifícios com valências inexistentes no bairro. Esta área será então composta por três grandes edifícios: um primeiro de apoio ao núcleo escolar que compõe um ATL (actividades de tempos livres), associado também a ateliers de pintura, música, dança, etc.; um segundo que funcionasse como centro administrativo do bairro, constituído essencialmente pela associação de moradores; e por fim, um terceiro, que constituísse um centro de dia onde os idosos pudessem praticar actividades que promovessem o convívio entre os mesmos, reduzindo o isolamento que se faz sentir nos dias de hoje. Todos estes edifícios teriam em comum uma pequena praça, hortas urbanas e espaços verdes associados a um jardim infantil.

Um pouco mais a Sul, encontramos a zona à qual se destinou o centro desportivo do bairro (fig. 91). Este complexo seria composto por dois edifícios associados a uma pequena praça onde teríamos por um lado, um pavilhão multiusos que possibilitasse a prática de desportos como taekwondo, futsal, entre outros, e por outro lado, um edifício que compusesse uma pequena piscina complementada por um clube de ténis e uma área de cafetaria.

É na zona mais central do bairro, que encontramos um terreno de extrema relevância para o mesmo, demarcado pela existência de um núcleo arqueológico, o Dólmene do Sítio das Pedras Grandes. Devido a esta pré-existência, e à proximidade ao eixo viário principal (Norte-Sul) este terreno ganha uma identidade diferente dos restantes.

**Fig. 90. 91.** (de cima para baixo)  
Esquema dos eixos viários adjacentes aos terrenos A e B; esquema dos eixos viários adjacentes ao terreno D. Elaboração própria.

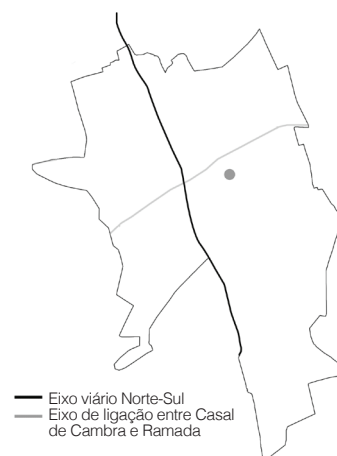
De modo a enfatizar esta identidade e centralidade, propõe-se a criação de um eixo viário de primeira ordem adjacente ao

terreno e perpendicular ao eixo existente Norte-Sul (fig. 92). Este mesmo eixo, reforça o carácter central deste espaço visto que, por um lado, é um eixo estruturador do território, fazendo a ligação entre Casal de Cambra e a Ramada, e por outro, intersecta-se, ao centro, com o eixo Norte-Sul do bairro. Assim sendo, este terreno torna-se o ponto fulcral do bairro, devido não só ao fluxo viário adjacente, mas também ao fluxo pedonal, reforçando a ideia de um espaço central. Isto remete-nos para a organização da cidade romana, onde tínhamos dois eixos de maior dimensão, estruturadores do território e perpendiculares entre si, isto é, os eixos *cardus* (Norte-Sul) e *decumanus* (Este-Oeste) onde, na sua intercepção, se encontrava o forum (praça), constituído essencialmente pelo poder político e religioso.

Este terreno compõe ainda, uma pequena capela pré-fabricada que, por sua vez, vem descaracterizar o património existente. Posto isto, tendo em conta as pré-existências e o significado do lugar, o terreno da Anta é o que ganha maior destaque, sendo por isso a área que se considerou de maior relevância desenvolver na componente projectual, procurando construir um núcleo religioso e comunitário de raiz, capaz de valorizar o monumento existente.

A proposta para este terreno, prevê a inclusão de uma nova igreja, um centro paroquial e um centro comunitário que poderão promover a convivência entre a população e facilitar o acesso a actividades associadas aos mesmos, que anteriormente não existiam, reforçando assim o carácter central, de reflexão, aprendizagem e convívio deste espaço.

A primeira acção foi a delimitação do núcleo arqueológico de modo a valorizar/evidenciar o mesmo, visto que se reconheceu a importância do seu enquadramento paisagístico.



**Fig. 92.** Esquema dos eixos viários adjacentes ao terreno C. Elaboração própria.





**Fig. 93. 94. 95.** Cromleque dos Almendres, Évora; Anta das Pedras Grandes, Bairro do Casal Novo; vista do Palácio da Pena a partir do terreno da anta. (Fonte: fotografias da autora)

Ao contrário do que acontece no Cromleque dos Almendres, em Évora (fig. 93), onde este monumento megalítico se encontra isolado no topo de uma encosta suave e perante uma paisagem típica alentejana, onde prevalece o horizonte aberto e amplo, ao visitarmos a Anta das Pedras Grandes defrontamo-nos com uma paisagem suburbana, cujo enquadramento é feito por vivendas e armazéns, que “absorvem” a presença da mesma (fig. 94).

Apesar disto, se olharmos a Poente, a partir do ponto mais alto do terreno, que pende e afunila de Este para Oeste, conseguimos observar ao fundo, e por entre as frestas das velhas moradias, a serra de Sintra lá no alto e consequentemente o Palácio da Pena (fig. 95). Esta parcela de paisagem foi crucial para a definição de um eixo visual que atravessa o terreno, intersectando estes dois marcos histórico-culturais: a Anta e o Palácio.

Um dos pontos fundamentais da proposta é o respeito pelo distanciamento dos novos edifícios à Anta, visto que estamos perante uma zona geral de protecção que deverá compreender um raio de cinquenta metros em torno da mesma<sup>13</sup>. Tal não será possível na zona Este do terreno, visto que o raio compreende, actualmente, moradias unifamiliares, procurando-se por isso, criar uma barreira entre estes dois espaços, de modo a que a Anta possa ser valorizada e contemplada em pleno.

### A praça

A presença da Anta, notável património histórico, definiu assim a natureza da intervenção. A proposta, surge como resposta às condições anteriormente referidas, criando-se uma grande praça à cota da Anta, como exaltação do monumento, sobrelevando o terreno a Poente, originando por isso uma barreira física com

<sup>13</sup> Diário da República, 1ª série – N° 206 – 23 de Outubro de 2009, zonas de protecção, Artigo 37º, p.7982

o eixo principal Norte-Sul do bairro. Esta mesma barreira, será quebrada pela criação de uma grande escadaria compreendida entre a igreja (a Sul) e o centro paroquial (a Norte), ligeiramente recuada em relação a estes dois volumes, criando um pequeno pátio que dá acesso, por um lado, ao centro paroquial, e por outro, ao adro da igreja. Ao cimo desta escadaria e olhando de Oeste para Este, observamos a Anta em primeiro plano, seguida do centro comunitário que compõe a barreira descrita anteriormente, composta por diferentes planos e “filtros”, que funcionam como o remate do terreno que faz a transição do bairro para a praça (fig. 96).



Estes volumes procuram “abraçar” a praça e a Anta (fig. 97), exaltando o seu valor e definindo uma forma semelhante a um “U”, tal como Siza Vieira desenvolve no conjunto religioso de Marco de Canaveses (fig. 98) (anexo III), criando o adro da igreja que, aqui é ampliado, convertendo-se numa grande praça.

A praça apresenta três grandes acessos: a escadaria principal a Oeste, uma entrada a Norte localizada entre o centro paroquial



**Fig. 96. 97. 98** (de cima para baixo, da esquerda para a direita) Vista do eixo principal Norte-Sul para a praça; vista aérea da praça. Elaboração própria; vista aérea do conjunto religioso de Marco de Canaveses, Siza Vieira. (Fonte: <http://ultimasreportagens.com/ultimas.php>)



e o centro comunitário, e uma terceira a Sul localizada entre a igreja e o centro comunitário.

Visto que a praça incorpora a Anta, era essencial manter o máximo possível a integridade do solo a que estes núcleos arqueológicos estão habitualmente contíguos, mas sem prejudicar a vivência deste espaço por parte da população. Como tal, em analogia ao que Gonçalo Byrne projectou para o Pátio das Escolas em Coimbra (fig. 99) (anexo III), procurou-se delinear os percursos principais que estabelecem a relação entre os diversos volumes, reforçando a ligação entre os mesmos e pavimentando apenas estes caminhos com pedra lioz, mantendo a restante área da praça mais orgânica, com uma camada de gravilha fina, salvaguardando, assim, a forte relação terra-Anta.

Devido à envolvente existente, foi de extrema relevância trabalhar os edifícios virados para o interior da praça, tornando-a não só um espaço de passagem, mas também de permanência.

#### A igreja

A igreja, disposta longitudinalmente ao longo do limite Sul do terreno, compõe-se por um volume maciço em betão, que converge de Oeste para Este, definindo duas frentes de rua. A entrada principal faz-se a Este, a partir de um elemento de excepção na praça, um vazio (fig. 100), que se alinha com o percurso pedonal de ligação aos restantes equipamentos do bairro, dirigindo as pessoas que descem a rua, para a escadaria que nos conduz ao vazio da praça, o adro da igreja, à semelhança do que Oscar Niemeyer explorou na entrada para a Catedral de Brasília (fig. 101).

Este é um espaço mais recolhido, menos exposto, que estabelece a distância em relação à estrada e que nos conduz à entrada da igreja e à entrada para a capela mortuária, feita a

**Fig. 99** Pátio das escolas, Gonçalo Byrne. (Fonte: fotografia da autora)

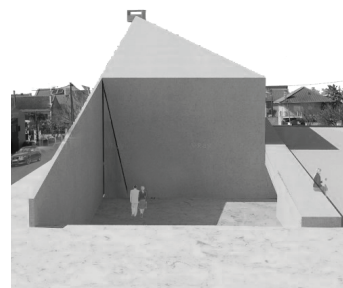


partir da continuação do adro por debaixo da praça, originando um espaço exterior coberto, mais sombrio, que se articula como sendo o “negativo” da igreja.

Tratam-se de espaços diferentes: por um lado o volume da igreja que se ergue acima da cota da praça; e por outro lado temos a capela mortuária, recolhida por debaixo da mesma, que ao contrário da geometria da igreja, converge de Este para Oeste, funcionando como duas peças de puzzle que se encaixam.

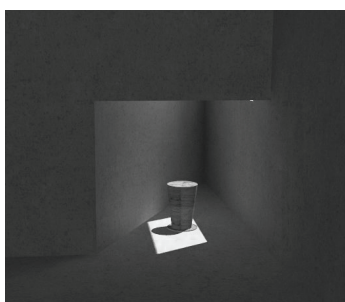
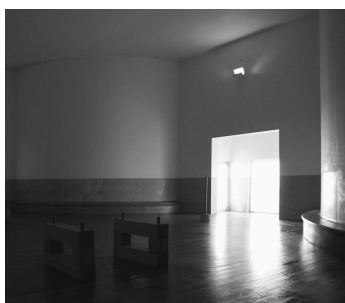
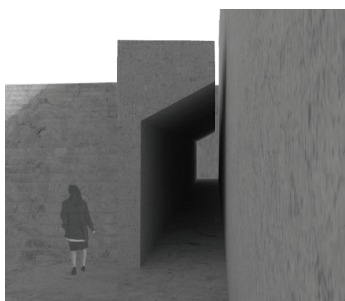
Era importante evidenciar a presença da igreja, como tal, além de se erguer o seu volume acima da praça para que esta se fizesse notar, elevou-se o ponto de intersecção das duas frentes de rua, onde se localiza o altar, enfatizando a sua presença e marcando uma certa identidade. Os sinos assumem uma presença notável, ao encaixar neste ponto mais elevado, tornando-se no elemento de excepção, que quebra a volumetria maciça da igreja. A sua configuração remete para o sino projectado por Le Corbusier no convento La Tourette (fig. 102). No fundo este elemento vem colmatar a fragilidade aparente da cobertura que se eleva em forma pontiaguda e sobretudo reforçar a identidade deste edifício sagrado. O facto de a cobertura pender na direcção da Anta, vem reforçar a sua relevância.

Houve a necessidade de criar uma entrada secundária tanto para a igreja como para a capela mortuária, visto que não seria viável o acesso apenas por escadas, e de forma a facilitar também o acesso à população proveniente da zona Oeste do bairro. Deste modo, foi desenhado um corredor entre a escadaria principal e a igreja que permite o acesso directo ao adro e consequentemente à área exterior de acesso à capela mortuária (fig. 103). Esta passagem é pontuada por uma fresta de luz que atravessa todo o seu comprimento, criada por um afastamento de vinte centímetros entre o banco que define a sua cobertura e a igreja.



**Fig. 100. 101. 102.** (de cima para baixo) Vista da entrada para igreja e respectivo adro; vista da entrada para a Catedral de Brasília, Niemeyer (Fonte: <http://i.olhares.com/data/big/237/2373415.jpg>); vista dos sinos do convento La Tourette, Le Corbusier. (Fonte: <http://www.utopies-realisees.com/data/modules/diaporama/3/395.jpg>)





**Fig. 103. 104. 105.** (de cima para baixo) Vista da entrada secundária para o adro; capela mortuária da Igreja de Santa Maria, Siza Vieira (Fonte: fotografia da autora); vista da pia baptismal

O muro que divide o corredor, da capela mortuária, é pontuado por pequenos vãos verticais, que procuram dotar a o interior da capela de uma luz difusa e filtrada, remetendo-nos para o que Siza explorou na capela mortuária da Igreja de Santa Maria (fig. 104) (anexo III).

Ao chegarmos ao adro da igreja, deparamo-nos com uma grande porta, de dez metros de altura, que convida a entrada a um espaço intimista e escuro, pontuado apenas pela luz proveniente da porta, quando esta se encontra aberta, ou pelas frestas da mesma, quando fechada. Este espaço pressupõe o silêncio e a reflexão, de modo a criar uma transição do mundo exterior para o mundo sagrado, levando-nos a um sentimento de descoberta aquando da entrada na nave principal.

A entrada para o local de culto, rege-se segundo um recuo na fachada dando origem por um lado à pia baptismal (à esquerda) e por outro, à entrada secundária (à direita), sendo a entrada principal utilizada apenas em ocasiões especiais.

A entrada secundária é marcada por um pé-direito mais baixo, dado por um mezanino, destinado à colocação do órgão de apoio ao coro, evocando o simbolismo do coro alto. Este, procura criar uma entrada mais abrigada e intimista, seguida de uma sensação de abertura e descoberta quando se ultrapassam os seus limites.

O baptistério, localizado perto da entrada, procura anunciar o início do caminho a percorrer pela comunidade cristã, reforçando o sacramento baptismal, enquanto sacramento de incorporação na igreja. É inundado por uma entrada de luz natural, onde a pedra lioz dá forma à pia, que afunila em direcção ao chão, deixando escorrer pelas suas bordas a água do baptismo, onde o correr da água afirma o silêncio e a pureza do local (fig. 105).

A assembleia, com o pavimento em madeira e capacidade para 250 lugares sentados, é caracterizada pelo pé-direito que se eleva na direcção do altar, e que culmina no vértice que aponta para o céu, onde se localiza o sino, no exterior, direccionando todas as atenções para o mesmo. As paredes Norte e Sul da igreja, caracterizam-se pela sua espessura e inclinação, sendo que a Norte temos um muro maciço e opaco, enquanto que a Sul, este maciço é interrompido por seis janelões verticais recuados. Estes vãos, surgem como analogia às grandes janelas do estilo gótico, procurando acentuar a verticalidade da construção, e proporcionar uma maior iluminação no interior. As entradas de luz são dispostas alternadamente, com diferentes alturas e distâncias, desvanecendo à medida que se aproximam do altar, de modo a enfatizar a entrada de luz proveniente de um maior vão, que banha o presbitério, representando o Divino.

Ao percorrermos a nave central, deparamo-nos com dois altares, o altar principal (à esquerda) e um outro mais pequeno (à direita) para as celebrações diárias, elevados dois degraus acima da assembleia e divididos por um volume triangular que aponta para o vértice e que integra a sacristia, dois confessionários e ainda a estátua da Nossa Senhora da Esperança, pontuada por um rasgo de luz artificial. Este elemento atinge apenas uma altitude máxima de sete metros, permitindo uma leitura total da fachada da zona de celebração, que varia entre os dez e os vinte metros de altura, sendo vincada pelo relevo de uma cruz que a atravessa de ponta a ponta, enfatizada por luz artificial.

Os elementos que compõe o presbitério, nomeadamente o ambão, o sacrário, a cruz, a sede presidencial e a credência, são essencialmente trabalhados em madeira, à excepção do altar que se destaca pela sua composição em pedra lioz, por se tratar do elemento central, congregador da celebração, onde se focam as atenções dos fiéis e onde é proclamada a palavra de





**Fig. 106. 107.** Capela da reconciliação, Rudolf Reitermann e Peter Sassenroth. (Fonte: fotografia da autora); capela de Bruder Klaus, Zumthor. (Fonte: <http://www.archidose.org/Blog/zumthor2.jpg>)

Deus. A utilização da pedra clara simboliza a pureza, a perfeição e, portanto, o sagrado.

Procurou-se então trabalhar no espaço interior da igreja diferentes intensidades de luz, bem como o contraste entre o pavimento em madeira e as paredes e tecto em betão aparente, caracterizado pela sua textura rugosa e tonalidade clara, à semelhança do que acontece na capela da reconciliação, em Berlim, projectada pelos arquitectos Rudolf Reitermann e Peter Sassenroth (fig. 106), ou ainda como na capela de Bruder Klaus projectada por Peter Zumthor (fig. 107) (anexo III).

#### O centro paroquial

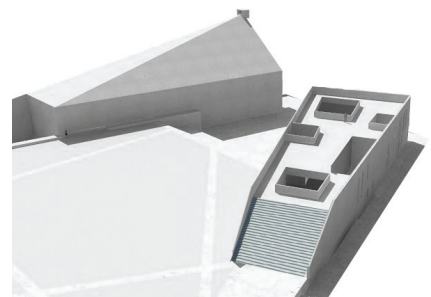
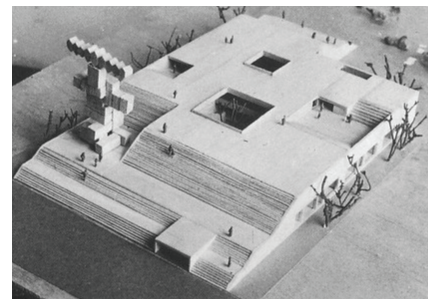
O centro paroquial, apresenta uma forma semelhante à igreja, apresentando a mesma materialidade, betão à vista, e convergindo também de Este para Oeste, fazendo com que estes dois volumes, agregados à escada monumental, funcionem como um leque que se abre na direcção da Anta.

A sua cobertura, acessível através da praça por uma grande escadaria que nos relembra a casa Malaparte de Adalberto Libera (fig. 108), é perfurada por diversos pátios que iluminam e dinamizam o interior do centro paroquial, contendo ainda um pequeno anfiteatro ao ar livre, que poderá servir como espaço de lazer dos visitantes ou como extensão da sala multiusos existente no interior do edifício. Esta dinâmica entre escadarias, cheios e vazios, foi inspirada aquando da observação do projecto de Charles Correa, para o Pavilhão da Índia, nunca construído (fig. 109). A cobertura é ladeada por muros com um metro e vinte de altura, procurando distanciar o olhar do observador da envolvente próxima, realçando a visualização do horizonte, e portanto da serra de Sintra e respectivo palácio. A escadaria de acesso à cobertura, dá-nos novamente a percepção de um

que a pender na direcção da Anta, complementa a ideia já evidenciada pelo volume da igreja, valorizando mutuamente estes três elementos. O facto de a cobertura do centro paroquial ser acessível, realça o contraste com a cobertura da igreja que se mantém sagrada e inacessível (fig. 110).

Ao invés do que acontece com a igreja, cujo acesso principal é feito de cima para baixo, aqui acedemos ao edifício pelo pequeno pátio, ao fundo da escada monumental, ao nível do eixo viário principal (Norte-Sul). A entrada é feita directamente para o grande pátio, onde se localizam as escadas de acesso ao piso superior. É no piso térreo que se localiza a recepção, uma pequena cafetaria, algumas salas de estudo e uma outra de convívio e, por fim, um pequeno auditório, revestido a madeira, com a particularidade de possuir um amplo vão por trás do palco, direccionado para o pátio, à semelhança do que acontece no auditório da Gulbenkian (fig. 111). Todo o piso, é intercalado por pátios que permitem o contacto com o exterior, sendo que os espaços de transição entre estes e os espaços interiores, são feitos através de uma ampla galeria que pretende ser mais do que um mero local de passagem, funcionando como um espaço de permanência e convívio. Estas temáticas remetem-nos para o conceito explorado por Charles Correa no Gandhi Ashram Memorial Museum (fig. 112).

O mesmo acontece no piso superior, mas incorporando dois novos pátios. Este piso integra as salas de catequese, uma pequena sala de informática, um gabinete, uma pequena biblioteca e, por fim, uma sala multiusos com a possibilidade de se ampliar para o exterior. Ao contrário do que acontece no exterior e nos espaços de transição cuja materialidade é o betão aparente, nos espaços interiores, as paredes e tecto são revestidos a branco de modo a proporcionar uma maior luminosidade, já o pavimento é revestido a madeira, garantindo um maior conforto.



**Fig. 108. 109. 110. 111. 112.** (*de cima para baixo*) Casa Malaparte, Adalberto Libera. (Fonte: <http://www.alvaroportela.es/blog/wp-content/uploads/2013/04/16-malaparte.jpg>); pavilhão da Índia. (Fonte: <http://intranet.ehai-cva.com/uploads/img/>), Charles Correa; vista do centro paroquial; auditorio Gulbenkian. (Fonte: <http://www.gulbenkian.pt/Institucional/en/Activities/Auditorium?a=2186>); Gandhi Ashram Memorial Museum, Charles Correa. (Fonte: <http://server.uia-architectes.org/image/JPEG/medorb.JPG>)

Tal como a igreja, a fachada que aparece no campo visual da Anta é caracterizada por um plano simples e opaco, de modo a não tirar relevância a este monumento. Posto isto, é essencialmente através dos pátios que a luz entra no edifício onde, apenas na fachada Norte surgem pequenos vãos que complementam a iluminação interior. É de salientar, a presença de um pequeno rasgo na fachada Sul, que orienta a nossa visão para o Palácio da Pena.

### O centro comunitário

Como já foi referido, a extremidade nascente do terreno tem por objectivo fazer a transição da praça para as moradias existentes na proximidade, de modo a que, quem sobe a escadaria principal, se foque apenas no essencial, a Anta, sem perder a visão por entre as moradias que, de certa forma, absorvem a sua presença.

Foram então criados os tais “filtros”, que procuram responder à geometria já imposta, que “abraça” a Anta. Em primeiro plano temos duas áreas verdes, que rematam os cantos Este do terreno, onde a intersecção destes dois espaços, é quebrada pela existência de um edifício, paralelo à escadaria, denominado de centro comunitário. (fig. 113)

O estudo da fachada do centro comunitário foi de elevada importância no sentido de funcionar como um outro filtro, para que não evidenciasse a proximidade desta zona do terreno à Anta, tornando-a mais distante.



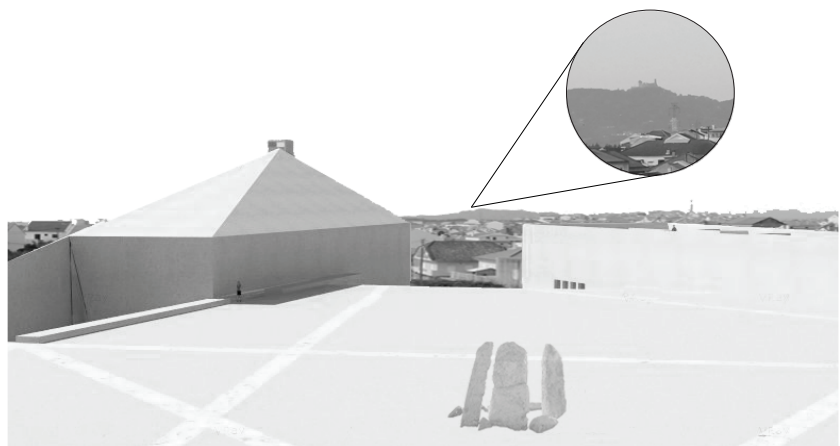
**Fig. 113.** Vista do centro comunitário

Este volume foi então revestido por uma cortina de vidro que, sendo altamente reflexiva, permite a camuflagem do volume na envolvente, desmaterializando a sua presença e prolongando visualmente a paisagem. O volume procura fundir-se nos espaços verdes, ensombrado pelo plano vegetal das copas das árvores nas extremidades, deixando apenas a descoberto a área da fachada que se encontra no alinhamento da Anta, reflectindo a mesma e favorecendo o seu enquadramento paisagístico.

Deste modo, o vidro adquire uma dupla funcionalidade onde funcionando como elemento transparente que permite a entrada de luz para o interior do edifício, e como um elemento reflector, capaz dar uma nova leitura do espaço público.

Este edifício, complementado a nível programático pelo centro paroquial, contempla apenas uma cozinha comunitária, capaz de fornecer refeições mais económicas à população, e ainda um espaço de cafetaria com uma pequena esplanada, cujo objectivo é proporcionar um espaço agradável destinado à permanência da população.

O centro comunitário reserva-se assim para a ampla praça, igreja e centro paroquial, que no efeito perspectico acentua uma forte relação visual com a anta e o Palácio da Pena.



**Fig. 114.** Vista a partir do centro comunitário com o enquadramento da anta e respectivo Palácio da Pena





## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de espaços públicos e equipamentos nas áreas urbanas de génese ilegal, só por si não resolvem as carências destes territórios. Há que ter em conta uma perspectiva global, das aspirações da população bem como da adequação do programa proposto relativamente à área em que se insere, promovendo assim espaços habitáveis e activos, de convívio entre a população. Embora as AUGI sejam normalmente entendidas como espaços descaracterizados e mal estruturados, é possível dotá-las de uma nova interpretação, de uma nova leitura, tendo por base a reorganização da sua malha urbana, a criação de espaços de domínio público, a introdução de equipamentos e valorização das suas potencialidades, ou seja, a sua qualificação. Não se devem tratar apenas de sítios para “pernoitar”, mas também lugares para serem vividos e partilhados.

No caso do Bairro do Casal Novo, assume-se que a criação de um núcleo religioso e comunitário, com diversas valências, poderá promover a convivência entre grupos sociais e culturais distintos, e ainda facilitar o acesso a diversas actividades associadas à igreja, centro paroquial e comunitário, que actualmente não existem, e que de certa forma poderão atribuir a este espaço um carácter central, de reflexão, aprendizagem e convívio, congregando assim as necessidades e usos, essenciais à fixação, união e vivência da população no mesmo.

Falar destas áreas, significa falar de um espaço para as pessoas, e que procure responder às suas ambições. Nós, enquanto arquitectos, devemos propor muito mais do um mero objecto arquitectónico, devemos também construir cultura, identidade, sociabilidade, mas acima de tudo, qualidade de vida.

Em modo de conclusão, reflectindo sobre as temáticas tratadas, pretende-se chamar a atenção para este fenómeno decorrente nas AUGI, com o intuito de alertar e sensibilizar as entidades gestoras destes territórios, bem como os arquitectos e urbanistas, para futuras intervenções mais qualificadas e integradas. É essencial e impreterível aproximar estas áreas o máximo possível das grandes cidades, de forma a que funcionem como uma extensão e parte integrante das mesmas, e não como subúrbios.



## BILIOGRAFIA

Alçada, Margarida (2007) "Editorial" Monumentos. 27.

Arendt, Hannah (1958) *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press.

Augé, Marc (2006) *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Venda Nova: Editora 90°.

Barata, Maria (2004) "A salvaguarda dos bens culturais e o ordenamento do território: um passado e um futuro" *Estudos/ Património*. 6, 12-19.

Beaujeu-Garnier, Jacqueline (1983) *Geografia urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Boaventura, Rui (2009) *As Antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de doutoramento: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Bógus, Lúcia; Raposo, Isabel; Pasternak, Suzana (2010) *Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal-Brasil*. São Paulo: EDUC.

Borja, Jordi (2000) "Fazer Cidade na Cidade Actual. Centros e Espaços Públicos como Oportunidades" in Brandão, Pedro e Remesar, Antoni (coord.) *Espaço Público e Interdisciplinaridade*. Lisboa: Centro Português de Design, 79-89.

Braga, Pedro (2008) "Intervenção de Conservação e Restauro realizada na Anta das Pedras Grandes (Odivelas)" *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 1, 55-60.

Brandão, Pedro e Remesar, Antoni (2000) *Espaço Público e Interdisciplinaridade*. Lisboa: Centro Português de Design.

Castells, Manuel (1983) *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castro, Alexandra (2002) “Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos” *Cidades – Comunidades e Territórios*. 5, 53-66.

Cullen, Gordon (2009) *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70.

Curtis, William (2008) *Arquitectura moderna desde 1900*. Porto Alegre: Bookman.

DGOTDU: Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2002) *Normas para a programação e caracterização de equipamentos colectivos*. Lisboa: DGOTDU.

Ferreira, António et al. (1985), *Perfil Social e Estratégias do Clandestino: estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE.

Ferreira, Carlos (1992) *Restauro dos Monumentos Históricos*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

Flores, Joaquim (1998) “ “Património”. Do Monumento ao Território” in Couceiro, João (coord.) *Urbanidade e Património*. Lisboa: IGAPHE, 11-17.

Gehl, Jan; Gemzoe, Lars (2002) *Novos espaços urbanos*. Barcelona: Gustavo Gili.

Gonçalves, Jorge; Alves, Carla; Silva, Fernando (2010) “Do ilegal ao formal: percursos para a reconversão urbana das áreas urbanas de gênese ilegal em Lisboa” in Bógus, Lúcia; Raposo, Isabel; Pasternak, Suzana (orgs.) *Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal-Brasil*. São Paulo: EDUC, 161-191.

Graff, Philippe (1996) "Approche analytique de l'espace public urbain contemporain" L'Espace Public dans la Ville Méditerranéenne. 2, 153-159.

Indovina, Francesco (2002) "O espaço público: tópicos sobre a sua mudança" Cidades – Comunidades e Territórios. 5, 119-123.

Jorge, Sílvia (2010) "Qualificação do espaço público de loteamentos de gênese ilegal na grande área metropolitana de Lisboa" in Bógus, Lúcia; Raposo, Isabel; Pasternak, Suzana (orgs.) Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal-Brasil. São Paulo: EDUC, 143-159.

Lacerda, Manuel (2001) "Interpretação de monumentos e sítios" Estudos/Património. 1, 5.

Lamas, José (2011) Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lapão, Manuel (2004) "Vínculo ao interesse público" Estudos/Património. 6, 5-11.

Lefebvre, Henri (2009) O direito à cidade. São Paulo: Centauro.

Lévy, Albert (1997) Explorer l'espace public. Paris: PIR-Villes/ CNRS.

Lobo, Manuel; Pardal, Sidónio; Correia, Paulo; Lobo, Margarida (1995) Normas urbanísticas. Princípios e conceitos fundamentais. Vol. 1 (2ª edição). Lisboa: DGOTDU, UTL.

Lynch, Kevin (2011) A Imagem da Cidade. Lisboa: Edições 70.

Malheiros, Jorge (2011) "Bairros clandestinos, migrações e mobilidade – reflexões breves e levantar de questões" in Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Projectos para a legalização de um sonho, Actas da Conferência, 13 e 14 de Março de 2009. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, Departamento de Requalificação Urbana, 65-76.

Mendes, Maria; Ferreira, Carlos; Sá, Teresa; Crespo, José (2012.) A Cidade entre Bairros. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Miles, Malcom (2001) Para além do espaço público. Lisboa: Água Forte.

Mumford, Lewis (1982) A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

Pereira, Paulo (2001) " "Lugares de passagem" e o resgate do tempo" Estudos/Património. 1, 6-16

Pereira, Paulo (2003) "Intervenções arquitectónicas recentes no património edificado" Jornal Arquitectos. 213, 14-21.

Pimentel, Diogo (1998) "A igreja como equipamento urbano" Novas Igrejas de Vários Tempos. Lisboa: Rei dos Livros, 67-77.

Pipard, Olivier; Grané, Jean (2001) "L'expérience de l'observation en bureau d'études" in Toussaint, Jean-Yves; Zimmermann, Monique (coord.) User, observer, programmer et fabriquer l'espace public. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 135-139.

Portas, Nuno et al. (2007) Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Raposo, Isabel (2010) “Reconversão de territórios de génese ilegal na grande área metropolitana de Lisboa (GAML)” in Bógus, Lúcia; Raposo, Isabel; Pasternak, Suzana (orgs.) Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal-Brasil. São Paulo: EDUC, 83-123.

Raposo, Isabel (2012) “Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção” in Mendes, Maria; Ferreira, Carlos; Sá, Teresa; Crespo, José (coords.) A Cidade entre Bairros. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 107-119.

Raposo, Isabel; Rolo, Helena (2011) “Reconversão de loteamentos de génese ilegal na Área Metropolitana de Lisboa: enquadramento, tipos de situações e modelos territoriais” in Áreas Urbanas de Génese Ilegal, projectos para a legalização de um sonho, Actas da Conferência, 13 e 14 de Março de 2009. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, Departamento de Requalificação Urbana, 131-145.

Remy, Jean; Voyé, Liliane (1994) A cidade: rumo a uma nova definição?. Porto: Edições Afrontamento.

Ribeiro, Carlos (1880) Estudos Prehistoricos em Portugal: Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II - Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas. Lisboa: Typographia da Academia.

Salgueiro, Teresa (1992) A cidade em Portugal: uma geografia urbana. Porto: Edições Afrontamento.

Silva, Fernando Nunes; Pereira, Margarida (1986) “Ilusões e Desilusões das Periferias na Área Metropolitana de Lisboa” Sociedade e Território. 5, 14-24.

Silva, Helena; Santos, André (2011) Álvaro Siza Vieira. Vila do Conde: Quidnovi.

Silva, José (2010) O Monumento e o Lugar. Relação entre o espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea. Tese de mestrado: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Siza, Álvaro (1998) Imaginar a evidência. Lisboa: Edições 70.

Távora, Fernando (2006) Da organização do espaço. Porto: FAUP publicações.

Toussaint, Jean-Yves; Zimmermann, Monique (2001) User, observer, programmer et fabriquer l'espace public. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.

#### Documentos electrónicos

Câmara Municipal de Odivelas (2007) Relatório "Operação bairro limpo". Odivelas: GTPIDA.

Disponível em: [http://www.cm-odivelas.pt/anexos/areas\\_intervencao/fiscalizacao/documentos\\_old/Relatório%20Operação%20Bairro%20Limpo.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/anexos/areas_intervencao/fiscalizacao/documentos_old/Relatório%20Operação%20Bairro%20Limpo.pdf)

Consultado a: 29/10/2014

Câmara Municipal de Odivelas (2009a) Carta de equipamentos colectivos. Odivelas: DPEDE.

Disponível em: [http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/Vol\\_4\\_2/V4.2\\_VIII\\_PL01\\_EquipColectivos.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/Vol_4_2/V4.2_VIII_PL01_EquipColectivos.pdf)

Consultado a: 05/07/2014

Câmara Municipal de Odivelas (2009b) Carta de habitação. Odivelas: DPEDE.

Disponível em: [http://www.cm-odivelas.pt/anexos/areas\\_intervencao/urbanismo/discussao\\_publica\\_pdm/5\\_3\\_2/4.2.6.PL13%20-%20Planta%20da%20Habita%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/anexos/areas_intervencao/urbanismo/discussao_publica_pdm/5_3_2/4.2.6.PL13%20-%20Planta%20da%20Habita%C3%A7%C3%A3o.pdf)

Consultado a: 05/07/2014

Câmara Municipal de Odivelas (2009c) Carta do património arquitectónico e arqueológico. Odivelas: DPEDE.

Disponível em: [http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/PLANTA\\_GERAL\\_20090706.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/PLANTA_GERAL_20090706.pdf)

Consultado a: 05/07/2014

Câmara Municipal de Odivelas (2009d) Caracterização biofísica. Odivelas: CMO.

Disponível em: [http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/vol\\_4\\_1/v4.1\\_i\\_caracterizacaobiofisica.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/vol_4_1/v4.1_i_caracterizacaobiofisica.pdf)

Consultado a: 16/11/2014

Câmara Municipal de Odivelas (2009e) Carta de redes viárias. Odivelas: DPEDE.

Disponível em: [http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/Vol\\_4\\_3/V4\\_3\\_XIII\\_PL21\\_SistViario.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/Vol_4_3/V4_3_XIII_PL21_SistViario.pdf)

Consultado a: 05/07/2014

Câmara Municipal de Odivelas (2009f) Património arquitectónico e arqueológico. Odivelas: CMO.

Disponível em: [http://www.cm-odivelas.pt/anexos/areas\\_intervencao/urbanismo/discussao\\_publica\\_pdm/5\\_3\\_2/4.2.9%20-%20Património%20Arquitetónico%20e%20Arqueológico.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/anexos/areas_intervencao/urbanismo/discussao_publica_pdm/5_3_2/4.2.9%20-%20Património%20Arquitetónico%20e%20Arqueológico.pdf)

Consultado a: 30/12/2014

Câmara Municipal de Odivelas (2013) Carta de ordenamento. Odivelas: DGOU.

Disponível em: [http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/R/Carta\\_Ordenamento\\_25000\\_pub\\_2013\\_10\\_22.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/anexos/R/Carta_Ordenamento_25000_pub_2013_10_22.pdf)

Consultado a: 29/10/2014

CMO: Câmara Municipal de Odivelas “Linhas de orientação estratégica”.

Disponível em: <http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/A1.htm>

Consultado a: 10/10/2013

CMO: Câmara Municipal de Odivelas “Gestão do plano director municipal em vigor”.

Disponível em: [www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/B1.htm](http://www.cm-odivelas.pt/extras/pdm/B1.htm)

Consultado a: 10/10/2013

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002) PROT-AML: Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. Lisboa: CCDR LVT.

Disponível em: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/plano-regional-de-ordenamento-do-territorio-da-area-metropolitana-de-lisboa/54.htm>

Consultado a: 30/10/2014

DGPC: Direcção-Geral do Património Cultural “Património”

Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio>

Consultado a: 30/12/2014

DGPC: Direcção-Geral do Património Cultural “Património imóvel”

Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel>

Consultado a: 30/12/2014

IGESPAR: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico “Dólmen do Sítio das Pedras Grandes”.

Disponível em: [www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70248](http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70248)

Consultado a: 03/10/2014

INE: Instituto Nacional de Estatística (2011) Recenseamento Geral da População. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

Disponível em: <http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml>

Consultado a: 02/04/2014

Junta de Freguesia de Casal de Cambra “A Freguesia”.

Diponível em: <http://wjfcc.ecivitas.net/conteudos/templates/Estrutura.asp?articleid=122&zoneid=8&z=8&sz=0&n=1>

Consultado a: 05/11/2014

### Legislação

Diário da República, II série – N°140 – 18 de Junho de 1999, Servidões do património edificado e arqueológico, Artigo 20º, p.8750

Diário da República, I série-B – N°82 – 8 de Abril de 2002, Resolução do Concelho de Ministros nº68/2002, p.3287

Diário da República, 1ª série – N° 206 – 23 de Outubro de 2009, zonas de protecção, Artigo 37º, p.7982

Diário da República, 2ª série – N°82 – 28 de Abril de 2011, Município de Odivelas, Aviso nº9783/2011, Alterações ao PDM de Loures, p.18597

Lei nº13/85 de 6 de Julho. Diário da República nº153 – Série I. Lisboa.

Lei nº 91/95 de 2 de Setembro. Diário da República nº203 – 1ª série. Lisboa

Portaria 1136/2001, de 25 de Setembro – Parâmetros de dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva.





# ANEXOS

<b>ANEXO I - DADOS DO INE, CENSOS DE 2011</b>	103
Indivíduos residentes	103
Edificado	103
<b>ANEXO II - INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO À POPULAÇÃO DO BAIRRO DO CASAL NOVO</b>	105
Resultados	111
<b>ANEXO III - PROJECTOS DE REFERÊNCIA</b>	121
<b>ANEXO IV - PARTE DO PROCESSO DE TRABALHO</b>	131
Maquetes e renderização	
<b>ANEXO V - PEÇAS DESENHADAS</b>	143



# ANEXO I - DADOS DO INE, CENSOS DE 2011

INDIVÍDUOS RESIDENTES				
	Odivelas	Caneças	Famões	Bairro do Casal Novo
<b>Idades</b>				
0 – 13	14%	15%	16%	16%
14 – 24	12%	12%	13%	13%
25 – 64	58%	56%	59%	61%
> 64	16%	17%	12%	10%
<b>Escolaridade</b>				
Sem ler nem escrever	3%	4%	2%	2%
Com 1º ciclo completo	23%	26%	26%	26%
Com 2º ciclo completo	12%	14%	13%	14%
Com 3º ciclo completo	18%	17%	18%	17%
Com ensino secundário completo	16%	15%	16%	16%
Com ensino pós-secundário	1%	1%	1%	1%
Com curso superior completo	13%	9%	10%	9%
<b>Situação actual</b>				
Empregados	46%	45%	47%	50%
Pensionistas ou reformados	19%	20%	16%	14%
Sem actividade económica	32%	33%	30%	28%
<b>Sector de emprego</b>				
Empregados no sector primário	0%	0%	0%	0%
Empregados no sector secundário	7%	9%	8%	11%
Empregados no sector terciário	39%	36%	38%	39%
<b>Estudam ou trabalham no município de residência</b>				
A estudarem no município de residência	14%	15%	16%	16%
A trabalharem no município de residência	16%	18%	18%	18%
EDIFICADO				
<b>Utilização</b>				
Exclusivamente residenciais	87%	92%	95%	88%
Principalmente não residenciais	12%	8%	5%	12%
Principalmente residenciais	1%	1%	0%	0%
<b>Quantidade de pisos</b>				
Com 1 ou 2 pisos	58%	70%	63%	57%
Com 3 ou 4 pisos	28%	27%	36%	40%
Com 5 ou mais pisos	14%	3%	1%	3%

Tabela 3. Indivíduos residentes e edificado do Bairro do Casal Novo. (Fonte: Dados do INE, Censos de 2011)



# ANEXO II - INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO À POPULAÇÃO DO BAIRRO DO CASAL NOVO

REDESENHAR E REQUALIFICAR O LUGAR – O BAIRRO NA CIDADE

## INQUÉRITO AOS RESIDENTES NO BAIRRO CASAL NOVO

Somos um grupo de estudantes Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e estamos a desenvolver presentemente o nosso Projecto Final de Mestrado.

O tema do projecto é “O Bairro na Cidade” e tem por objectivo a reurbanização do bairro Casal Novo enquanto bairro. Para tal é necessária uma percepção junto da população daquilo que são as carências do bairro bem como os seus pontos mais fortes. Os dados recolhidos serão tratados apenas no âmbito deste estudo e de forma agregada, não havendo a identificação do respondente. O inquérito é anónimo e manterá a confidencialidade das informações prestadas.

Solicitamos e agradecemos imenso a sua colaboração.

### CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

1. Idade: \_\_\_\_ 14 a 24 \_\_\_\_ 25 a 64 \_\_\_\_ 65 ou mais
2. Sexo: \_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_ Masculino
3. Nacionalidade: \_\_\_\_ Portuguesa \_\_\_\_ Estrangeira De que país? \_\_\_\_\_
4. Onde nasceu? (indique a localidade) \_\_\_\_\_
5. Estado Civil: Solteiro(a) \_\_\_\_ União de Facto \_\_\_\_ Casado(a) \_\_\_\_ Separado(a) \_\_\_\_ Divorciado(a) \_\_\_\_ Viúvo(a) \_\_\_\_
6. Em que Freguesia reside? Caneças \_\_\_\_ Famões \_\_\_\_ Há quanto tempo? \_\_\_\_\_
7. Quantas pessoas tem o seu agregado familiar? \_\_\_\_ Idades? \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_
8. Indique o seu nível de escolaridade. (Assinale com um x)  
\_\_\_\_ Não sabe ler nem escrever \_\_\_\_ Pré-escolar  
\_\_\_\_ Ensino Básico – 1º ciclo (antiga 4ª classe) \_\_\_\_ Ensino Básico - 2º ciclo (antigo 6º ano)  
\_\_\_\_ Ensino Básico – 3º ciclo (antigo 9ºano) \_\_\_\_ Secundário (antigo 12º ano) \_\_\_\_ Curso médio/profissional \_\_\_\_ Bacharelato  
\_\_\_\_ Licenciatura \_\_\_\_ Mestrado \_\_\_\_ Doutoramento

9. Tem filhos? \_\_\_\_ Sim \_\_\_\_ Não 9.1. Quantos filhos tem? \_\_\_\_\_

9.2. Se respondeu sim à pergunta anterior, indique o nº de filhos que vivem consigo:

\_\_\_\_\_

10. Qual a sua condição perante a actividade económica? (Assinale com um x)

\_\_\_\_ Activo com profissão \_\_\_\_ Desempregado(a) \_\_\_\_ À procura do 1º emprego

\_\_\_\_ Doméstico(a) \_\_\_\_ Reformado(a)/Pensionista \_\_\_\_ Estudante

10.1. Se se encontra Desempregado(a) indique há quanto tempo. \_\_\_\_\_

Se se encontra à procura do 1º emprego indique há quanto tempo. \_\_\_\_\_

11. Qual a sua profissão? (No caso de estar desempregado ou reformado indique a última profissão)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. Quais são os seus principais interesses?

\_\_\_\_ Religião \_\_\_\_ Desporto \_\_\_\_ Agricultura \_\_\_\_ Dança \_\_\_\_ Teatro \_\_\_\_ Cinema \_\_\_\_ Ver  
televisão \_\_\_\_ Ler \_\_\_\_ Música

\_\_\_\_ Outro. Qual(ais)? \_\_\_\_\_

## **VIVÊNCIA NO BAIRRO**

13. Neste momento, está a viver ou residir num alojamento que é: (Assinale com um x)

\_\_\_\_ Arrendado no mercado privado formal

\_\_\_\_ Arrendado no mercado informal

\_\_\_\_ Público (arrendamento social, que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar)

\_\_\_\_ Subarrendado (partes da casa; quartos)

\_\_\_\_ Próprio (do qual é proprietário/a) – mercado formal

\_\_\_\_ Próprio (do qual é proprietário/a) – mercado informal/clandestino

\_\_\_\_ Casa de amigos (não paga renda)

\_\_\_\_ Outra situação (especificar) \_\_\_\_\_

14. Trabalha/estuda no bairro? (Assinale com um x)

\_\_\_\_ Sim \_\_\_\_ Não

Se não, em que concelho? \_\_\_\_\_

15. Quanto tempo demora, em média, a chegar ao seu local de trabalho ou estudo?

\_\_\_\_ Até 15 minutos \_\_\_\_ 16-30 minutos \_\_\_\_ 31-60 minutos \_\_\_\_ 61-90 minutos \_\_\_\_ Mais de 91 minutos

16. Qual o principal meio de transporte que utiliza na sua deslocação casa-trabalho ou casa-local de estudo?

A pé \_\_\_\_ Automóvel ligeiro \_\_\_\_ Transportes colectivos Qual/Quais?

\_\_\_\_\_

Motociclo \_\_\_\_ Bicicleta \_\_\_\_ Outro? Qual? \_\_\_\_\_

(indique o transporte que utiliza para percorrer maior parte da distância)

17. Em que actividades participa no seu bairro? (Assinale com um x; pode assinalar mais do que uma opção)

\_\_\_\_ Voluntariado (solidariedade social)

\_\_\_\_ Actividades Desportivas

\_\_\_\_ Actividades Religiosas

\_\_\_\_ Actividades culturais

\_\_\_\_ Escutismo

\_\_\_\_ Outra (s). Qual (ais)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Nenhuma

18. Faz parte de alguma associação ou grupo sediado no bairro? (Assinale com um x)

Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_

Se sim, qual? \_\_\_\_\_



## NECESSIDADES NO BAIRRO

19. Que equipamentos e/ou actividades necessita no bairro (indique os 5 mais relevantes)

<input type="checkbox"/> Centro de dia	<input type="checkbox"/> Jardim de Infância
<input type="checkbox"/> Área Desportiva	<input type="checkbox"/> Posto Médico
<input type="checkbox"/> Centro de Saúde	<input type="checkbox"/> Correio
<input type="checkbox"/> Mercado	<input type="checkbox"/> Hortas Comunitárias
<input type="checkbox"/> Igreja / Centro Paroquial	<input type="checkbox"/> Biblioteca
<input type="checkbox"/> Centro Comunitário / Cívico	<input type="checkbox"/> Farmácia
<input type="checkbox"/> Teatro	<input type="checkbox"/> Outro
<input type="checkbox"/> Cinema	Qual(ais)? _____

20. Que tipo de valências gostaria que tivesse o Centro Comunitário/Cívico? (Selecione as 5 que considera mais importantes)

<input type="checkbox"/> Biblioteca	<input type="checkbox"/> Salas de Informática
<input type="checkbox"/> Salas de estudo	<input type="checkbox"/> Parque Infantil
<input type="checkbox"/> Bar/Café	<input type="checkbox"/> Salas de Actividades (Folclore, Dança, Yoga, etc.)
<input type="checkbox"/> Mercado	<input type="checkbox"/> Cantina
<input type="checkbox"/> Auditório	<input type="checkbox"/> Piscina
<input type="checkbox"/> Salas Multiusos	<input type="checkbox"/> Outras Quais?
<input type="checkbox"/> Salas de Convívio	_____

21. Sente necessidade de Espaços Públicos no bairro (áreas verdes, largos e praças)?

☐ Sim ☐ Não

22. Tem Horta?

☐ Sim ☐ Não

Se não, gostava de ter? \_\_\_\_\_

23. Durante o fim de semana permanece no bairro?

☐ Sim Onde? Em casa ☐ Outro local? Qual? \_\_\_\_\_

☐ Não Porquê? \_\_\_\_\_

24. Actualmente pertence a alguma religião, se sim, qual? (Se não, passe a próxima pergunta)

\_\_\_ Católica

\_\_\_ Hindu

\_\_\_ Judaica

\_\_\_ Outra Cristã. Qual?

\_\_\_ Islâmica

\_\_\_\_\_

\_\_\_ Protestante

\_\_\_ Outra não Cristã.

Qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_ Evangelista

25. Considera necessário a construção de uma capela mortuária (associada à igreja)?

\_\_\_ Sim \_\_\_ Não

26. Sem contar com ocasiões especiais (como Casamentos e funerais) com que frequência é que participa em serviços religiosos?

\_\_\_ Todos os dias

\_\_\_ Mais de uma vez por semana

\_\_\_ Uma vez por semana

\_\_\_ Pelo menos uma vez por mês

\_\_\_ Apenas em dias santos

\_\_\_ Nunca

### PERCEPÇÕES SOBRE (O) BAIRRO

Como avalia o seu gosto pelo bairro? (Assinale com um x. Escala de 1 a 5, em que 1 é o valor mínimo e o 5, o máximo)

\_\_\_ 1 \_\_\_ 2 \_\_\_ 3 \_\_\_ 4 \_\_\_ 5 Porquê? \_\_\_\_\_

Sinto-me um membro deste bairro

☐ ☐ ☐

Participo em actividades recreativas no bairro

☐ ☐ ☐

Se quiser posso colaborar com o que se passa no meu bairro

Sinto-me seguro no bairro

☐ ☐ ☐

Tenho laços de amizade com os outros habitantes do bairro.

☐ ☐ ☐

As pessoas ajudam-se umas às outras

☐ ☐ ☐

As pessoas conhecem-se umas às outras

☐ ☐ ☐

Discordo

Não concordo  
nem discordo

Concordo

	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo
<b>Na sua opinião, o que contribui para a valorização de um Bairro é:</b>			
A Arquitectura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A História do lugar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser antigo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser um bairro tradicional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A relação entre os habitantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
“Ter tudo”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Toda a gente se conhecer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O comércio tradicional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As pessoas (vizinhos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O reconhecimento de uma centralidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diversas raças / culturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A mesma raça / cultura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Segurança			
Existência de espaços públicos			

	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo
<b>Como se sente em relação ao seu bairro?</b>			
Consigo obter o que necessito neste bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Divirto-me no bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aprendo no bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinto-me um membro deste bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participo em actividades recreativas no bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se quiser posso colaborar com o que se passa no meu bairro			
Sinto-me seguro no bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho laços de amizade com os outros habitantes do bairro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As pessoas ajudam-se umas às outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As pessoas conhecem-se umas às outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo
<b>Classifique a sua relação com os vizinhos.</b>			
Conhece os seus vizinhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversa frequentemente com as pessoas do bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversa com algumas pessoas mas não estabelece laços de amizade com ninguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem laços de amizade com algumas pessoas do seu bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não conversa com ninguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.

# RESULTADOS

CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO		
	Nº de pessoas	Percentagem
<b>1. Idade</b>		
14 – 24	13	18%
25 – 64	51	71%
65 ou mais	8	11%
<b>2. Sexo</b>		
Masculino	37	51%
Feminino	35	49%
<b>3. Nacionalidade</b>		
Portuguesa	70	97%
Estrangeira	2	3%
<b>4. Onde Nasceu</b>		
Distrito de Lisboa	38	53%
Fora do distrito de Lisboa	34	47%
<b>5. Estado Civil</b>		
Casado(a)	41	57%
Solteiro(a)	20	28%
Viúvo(a)	8	11%
Divorciado(a)	3	4%
<b>6. Em que freguesia reside</b>		
Caneças	65	90%
Famões	5	7%
Não S/R	2	3%
<b>Há quanto tempo</b>		
Menos de 10 anos	14	20%
Mais de 10 anos	39	54%
Não S/R	19	26%
<b>7. Quantas pessoas tem o seu agregado familiar</b>		
1 ou 2 pessoas	33	46%
3 ou 4 pessoas	32	44%
5 ou mais pessoas	7	10%
<b>Idades</b>		
0 – 13	20	10%
14 – 24	52	26%
25 – 64	107	54%
65 ou mais	19	10%

**Tabela 3.** Resultados dos inquéritos por questionário. (Fonte: Inquéritos por questionário à população)

	Nº de pessoas	Percentagem
<b>8. Indique o seu nível de escolaridade</b>		
Não sabe ler nem escrever	1	1%
Pré-escolar	1	1%
Ensino Básico - 1º ciclo (antiga 4ª classe)	13	18
Ensino Básico - 2º ciclo (antigo 6º ano)	8	11%
Ensino Básico - 3º ciclo (antigo 9º ano)	14	20%
Secundário	18	25%
Ensino Profissional	1	1%
Ensino Superior	8	11%
<b>9. Tem filhos</b>		
Sim	47	65%
Não	24	34%
Não S/R	1	1%
<b>9.1. Quantos filhos tem</b>		
1	14	30%
2	27	57%
3	4	9%
4	2	4%
<b>9.2. Se respondeu sim à pergunta anterior, indique o nº de filhos que vivem consigo</b>		
1	17	36%
2	12	26%
3	4	9%
Nenhum	8	17%
Não S/R	6	13%
<b>10. Qual a sua condição perante a actividade económica</b>		
Activo com profissão	43	60%
Reformado(a) / Pensionista	11	15%
Desempregado(a)	9	13%
Estudante	8	11%
Doméstico(a)	1	1%
À procura do 1º emprego	0	0%
<b>10.1. Se se encontra Desempregado(a), indique à quanto tempo</b>		
1 ano	3	33%
3 anos	1	11%
5 anos	3	33%
Não S/R	2	22%

	Nº de pessoas	Percentagem
<b>12. Quais são os seus principais interesses</b>		
Música	41	22%
Desporto	39	21%
Ler	29	15%
Cinema	22	12%
Agricultura	17	9%
Religião	15	8%
Dança	10	5%
Teatro	10	5%
Outros	4	2%
Não S/R	3	2%
<b>VIVÊNCIA DO BAIRRO</b>		
<b>13. Neste momento, está a viver ou a residir num alojamento que é</b>		
Arrendado no mercado privado formal	12	17%
Arrendado no mercado informal	2	3%
Público (arrendamento social, que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar)	0	0%
Subarrendado (partes da casa; quartos)	0	0%
Próprio (do qual é proprietário/a) – mercado formal	48	67%
Próprio (do qual é proprietário/a) – mercado informal/clandestino	6	8%
Casa de amigos (não paga renda)	0	0%
Outra situação (especificar)	1	1%
Não S/R	3	4%
<b>14. Trabalha/estuda no bairro</b>		
Sim	23	32%
Não	41	57%
Não S/R	8	11%
<b>Se não, em que concelho</b>		
Odivelas	7	17%
Sintra	2	5%
Loures	1	2%
Lisboa	17	41%
Amadora	1	2%
Mafra	1	2%
Não S/R	12	29%

	Nº de pessoas	Percentagem
<b>15. Quanto tempo demora, em média, a chegar ao seu local de trabalho ou estudo</b>		
Até 15 minutos	29	57%
15-60 minutos	14	27%
Mais de 60 min	4	8%
Não S/R	4	8%
<b>16. Qual o principal meio de transporte que utiliza na sua deslocação casa-trabalho ou casa-local de estudo</b>		
A pé	13	25%
Automóvel ligeiro	30	59%
Transportes colectivos	6	12%
Não S/R	2	4%
<b>17. Em que actividades participa no seu bairro</b>		
Voluntariado (solidariedade social)	3	4%
Actividades Desportivas	4	5%
Actividades Religiosas	4	5%
Actividades Culturais	2	3%
Escutismo	1	1%
Outras	4	5%
Nenhuma	51	69%
Não S/R	5	7%
<b>18. Faz parte de alguma associação ou grupo sedado no bairro</b>		
Sim	7	10%
Não	60	83%
Não S/R	5	7%
<b>Se sim, qual?</b>		
Associação de Moradores	5	62,5%
Comissão de Festas	1	12,5%
Clube Desportivo	1	12,5%
Grupo de Escoteiros	1	12,5%



NECESSIDADES NO BAIRRO		
	Nº de pessoas	Percentagem
<b>19. Que equipamentos e/ou actividades necessita no bairro (indique os 5 mais relevantes)</b>		
Centro de dia	34	13%
Área Desportiva	45	18%
Centro de Saúde	18	7%
Mercado	10	4%
Igreja / Centro Paroquial	15	6%
Centro Comunitário / Cívico	29	11%
Teatro	6	2%
Cinema	3	1%
Jardim de Infância	17	7%
Posto Médico	16	6%
Correio	19	7%
Hortas Comunitárias	17	7%
Biblioteca	24	9%
Farmácia	3	1%
<b>20. Que tipo de valências gostaria que tivesse o Centro Comunitário/Cívico (5 mais importantes)</b>		
Biblioteca	41	14%
Salas de estudo	34	12%
Bar/Café	20	7%
Mercado	8	3%
Auditório	13	5%
Salas Multiusos	14	5%
Salas de Convívio	30	10%
Salas de Informática	30	10%
Parque Infantil	25	9%
Salas de Actividades (Folclore, Dança, Yoga, etc.)	34	12%
Cantina	13	5%
Piscina	26	9%

	Nº de pessoas	Percentagem
<b>21. Sente necessidade de Espaços Públicos no bairro (áreas verdes, largos e praças)</b>		
Sim	63	88%
Não	8	11%
Não S/R	1	1%
<b>22. Tem Horta</b>		
Sim	35	49%
Não	34	47%
Não S/R	3	4%
<b>Se não, gostava de ter</b>		
Sim	15	44%
Não	13	38%
Não S/R	6	18%
<b>23. Durante o fim de semana permanece no bairro</b>		
Sim	48	67%
Não	15	21%
Não S/R	9	12%
<b>Se sim, onde</b>		
Casa	36	75%
Café	3	6%
Trabalho	1	2%
Rua	1	2%
Não S/R	7	15%
<b>Se não, porquê</b>		
Trabalho	2	13%
Lazer	13	87%
<b>24. Actualmente pertence a alguma religião, se sim, qual (Se não, passe a próxima pergunta)</b>		
Católica	56	78%
Evangelista	1	1%
Não S/R	15	21%
<b>25. Considera necessário a construção de uma capela mortuária (associada à igreja)</b>		
Sim	33	46%
Não	32	44%
Não S/R	7	10%

	Nº de pessoas	Porcentagem
<b>26. Sem contar com ocasiões especiais (como Casamentos e funerais) com que frequência é que participa em serviços religiosos</b>		
Todos os dias	0	0%
Mais de uma vez por semana	2	3%
Uma vez por semana	12	17%
Pelo menos uma vez por mês	7	10%
Apenas em dias santos	19	26%
Nunca	28	39%
Não S/R	4	5%
<b>PERCEPÇÕES SOBRE (O) BAIRRO</b>		
<b>27. Como avalia o seu gosto pelo bairro (Assinale com um x. Escala de 1 a 5, em que 1 é o valor mínimo e o 5, o máximo)</b>		
1	4	5%
2	7	10%
3	17	24%
4	23	32%
5	14	19%
Não S/R	7	10%

PERCEPÇÕES SOBRE (O) BAIRRO				
	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Não S/R
<b>Para si um Bairro ideal é</b>				
Um conjunto de edifícios da mesma época	33%	17%	25%	25%
Um conjunto de ruas da mesma freguesia	38%	19%	18%	25%
Um dormitório	67%	15%	7%	11%
Um espaço urbano onde existem relações familiares	6%	10%	63%	22%
Um espaço urbano onde existe comércio tradicional	6%	10%	61%	24%
Um espaço urbano que “tem tudo”	6%	14%	63%	18%
Um espaço onde as pessoas se conhecem e se entrecorrem	1%	8%	69%	21%
<b>Na sua opinião, o que contribui para a valorização de um Bairro é</b>				
A Arquitectura	14%	18%	57%	11%
A História do lugar	6%	18%	64%	13%
Ser antigo	25%	35%	26%	14%
Ser um bairro tradicional	11%	13%	60%	17%
A relação entre os habitantes	0%	6%	79%	15%
“Ter tudo”	3%	19%	65%	13%
Toda a gente se conhecer	10%	21%	54%	15%
O comércio tradicional	3%	11%	69%	17%
As pessoas (vizinhos)	3%	10%	71%	17%
O reconhecimento de uma centralidade	11%	21%	51%	17%
Diversas raças / culturas	14%	26%	44%	15%
A mesma raça / cultura	32%	33%	19%	15%
Segurança	3%	0%	86%	11%
Existência de espaços públicos	1%	3%	82%	14%

	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Não S/R
<b>Como se sente em relação ao seu bairro</b>				
Consigo obter o que necessito neste bairro	47%	17%	17%	19%
Divirto-me no bairro	32%	22%	29%	17%
Aprendo no bairro	46%	14%	22%	18%
Sinto-me um membro deste bairro	15%	13%	54%	18%
Participo em actividades recreativas no bairro	51%	10%	19%	19%
Se quiser posso colaborar com o que se passa no meu bairro	18%	14%	47%	21%
Sinto-me seguro no bairro	3%	18%	68%	11%
Tenho laços de amizade com os outros habitantes do bairro.	6%	6%	69%	19%
As pessoas ajudam-se umas às outras	21%	14%	51%	14%
As pessoas conhecem-se umas às outras	3%	10%	71%	17%
<b>Classifique a sua relação com os vizinhos</b>				
Conhece os seus vizinhos	4%	8%	81%	7%
Conversa frequentemente com as pessoas do bairro	8%	15%	60%	17%
Conversa com algumas pessoas mas não estabelece laços de amizade com ninguém	39%	14%	33%	14%
Tem laços de amizade com algumas pessoas do seu bairro	13%	4%	71%	13%
Não conversa com ninguém	72%	3%	3%	22%



## ANEXO III - PROJECTOS DE REFERÊNCIA

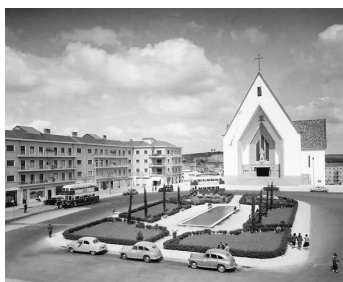
### O bairro de Alvalade

Data: 1945-1949

Localização: Lisboa, Portugal

Arquitectura: Faria da Costa

O bairro de Alvalade, surge no âmbito da expansão de Lisboa, cujo objectivo era criar novas centralidades na periferia, que combinassem habitação, serviços e novas estruturas de circulação. Deste modo, Faria da Costa desenvolve o plano de Alvalade, onde concilia os princípios do urbanismo moderno com o modelo tradicional, no qual, prevalece uma organização distributiva das funções e dos equipamentos. Este, encontra-se organizado em células habitacionais, complementadas no seu centro por equipamentos, capazes de servir as necessidades diárias da população. A organização do bairro, rege-se através de uma hierarquização viária que delimita cada célula onde, à medida que nos aproximamos do seu interior, se denota um controlo da intensidade da circulação viária, em prol da circulação pedonal. Na intersecção das grandes vias surgem praças e outros espaços relevantes, enquanto que o interior dos quarteirões é definido por um espaço destinado ao uso colectivo onde se localizam áreas verdes, equipamentos, zonas de lazer entre outras áreas destinadas às relações de vizinhança e ao estacionamento (Lamas, 2011). A Igreja assume-se como o elemento que estrutura o eixo viário principal, a denominada Avenida da Igreja, demarcada pelos grandes passeios arborizados e pelo comércio e serviços, também predominantes noutras vias.



**Fig. 115. 116.** (de cima para baixo) Plano de urbanização de Alvalade, Faria da Costa. (Fonte: <http://s6.photobucket.com/user/antoniobaptistacoelho/media/03-1.jpg.html>); igreja de Alvalade. (Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=563620&page=25>)

Alvalade designa assim um papel importante no que poderá ser um bairro devidamente organizado e estruturado, segundo uma multiplicidade de usos e funções, capazes de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos habitantes.



## Qualificação do espaço público dos bairros Pio XII e Contumil

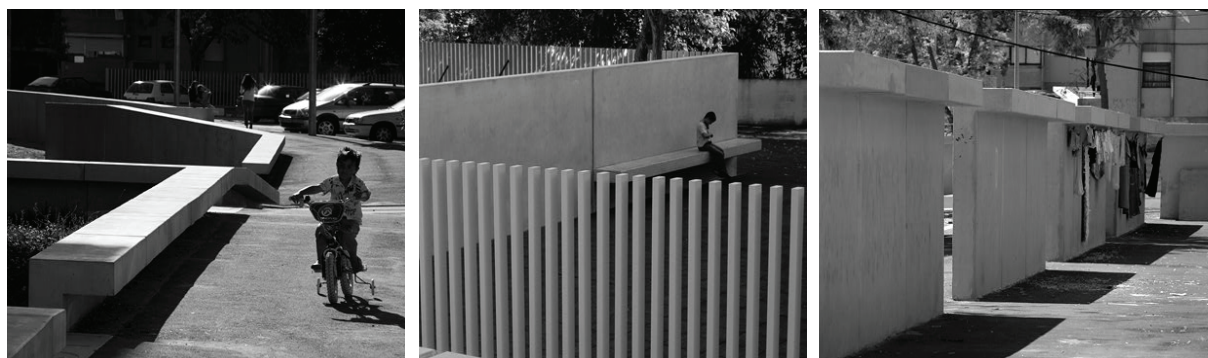
Data: 2007-2008

Localização: Porto, Portugal

Arquitectura: Menos é Mais – arquitectos associados

Os bairros Pio XII e Contumil, enquanto bairros sociais, encontram carências sobretudo ao nível dos espaços públicos. Nesta óptica, a intervenção nestas áreas procurou reestruturar e redefinir os percursos pedonais e viários, melhorar as acessibilidades e criar novas áreas de estacionamento, reordenando assim todo o bairro. Foram desenhados muros, bancos, degraus, rampas, entre outros elementos em betão pré-fabricado, com o intuito de uniformizar a linguagem do bairro, atribuindo-lhe um carácter mais dinâmico, capaz de promover diversos tipos de actividades, bem como a coexistência social entre os residentes<sup>14</sup>.

Esta intervenção leva-nos a perceber que o tratamento do espaço público pode passar pela inserção de pequenos elementos de mobiliário urbano, capazes de qualificar o território e fixar os residentes no mesmo.



**Fig. 117. 118. 119.** Qualificação do espaço público dos bairros Pio XII e Contumil, Menos é mais arquitectos. (Fonte: [http://www.menosemais.com/pt\\_index.html](http://www.menosemais.com/pt_index.html))

<sup>14</sup> Menos é mais - [http://www.menosemais.com/pt\\_index.html](http://www.menosemais.com/pt_index.html). Consultado a 28/11/2013

## Requalificação do Pátio das Escolas

Data: 2009-2010

Localização: Coimbra, Portugal

Arquitectura: Gonçalo Byrne

O Pátio do antigo Paço Real da Alta de Coimbra, para onde no séc. XVI se transfere a Universidade Portuguesa, apresenta-se como um espaço de referência arquitectónica de toda a Academia de Coimbra<sup>15</sup>.

A requalificação deste espaço, actual Pátio das Escolas, passou pela definição de uma série de linhas de lajeado em pedra que faziam a ligação visual entre os principais pontos de interesse, deixando o restante pavimento coberto por uma camada de gravilha fina. Tornou-se assim um espaço para o peão, que possibilita a sua adaptação a diversas situações, nomeadamente de interesse cultural e turístico. O projecto procurou assim realçar a singularidade deste espaço de referência arquitectónica assegurando, por um lado, a leitura da memória histórica dos edifícios que o delimitam, por outro, um espaço versátil e contemporâneo, com um carácter mais acolhedor e confortável.



**Fig. 120. 121. 122.**

Requalificação do Pátio das Escolas,  
Byrne (Fonte: fotografias da autora)

<sup>15</sup> CMC - <http://www.cm-coimbra.pt/dmdocuments/17%20FP%20Patio%20Universidade.pdf>. Consultado a 15/12/2014

## Gandhi Ashram Memorial Museum

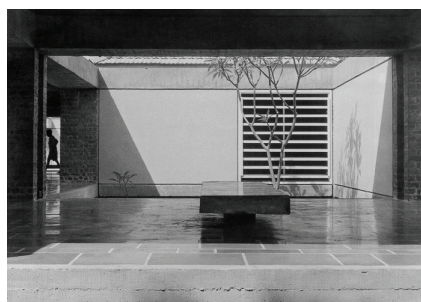
Data: 1958-1963

Localização: Ahmedabad, Índia

Arquitetura: Charles Correa

O Gandhi Ashram Memorial Museum, não se apresenta como um único espaço, mas antes a conjugação de diferentes espaços, que lhe atribuem um carácter multifuncional. O edifício não pretendia ser extravagante ou imponente, apresentava antes uma escala simples e humilde. A relação entre os espaços interiores e exteriores é notável, pela criação de diversos espaços de transição, que procuram ser mais do que meras zonas de passagem, funcionando também como áreas de lazer, meditação ou convívio. Com o intuito de dinamizar estes espaços, o edifício foi projectado como um labirinto de pátios, caminhos sombreados e pequenos pavilhões, onde se procura favorecer o fluxo de ar e uma tranquilidade na comunicação social (Curtis, 2008).

**Fig. 120. 121. 122.** Gandhi Ashram Memorial Museum, Charles Correa.  
(Fonte: <http://static.squarespace.com/static/5006b0dec4aa3dba7738e777/t/51c02666e4b0e7a2ae95dcf6/1371547240583/gandhi-ashram-r270313-1.jpg?format=750w>; [http://www.bdonline.co.uk/Pictures/web/k/d/d/Gandhi-Ashram-\\_636.jpg](http://www.bdonline.co.uk/Pictures/web/k/d/d/Gandhi-Ashram-_636.jpg); [http://gandhiashramsabarmati.org/images/ashramevents/photogallery/hall\\_1397132611.jpg](http://gandhiashramsabarmati.org/images/ashramevents/photogallery/hall_1397132611.jpg))





## Capela de Notre-Dame-du-Haut

Data: 1950-1954

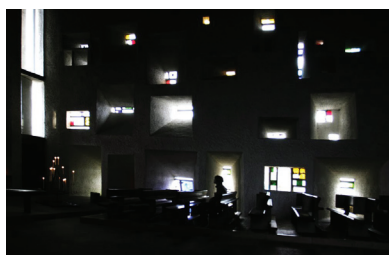
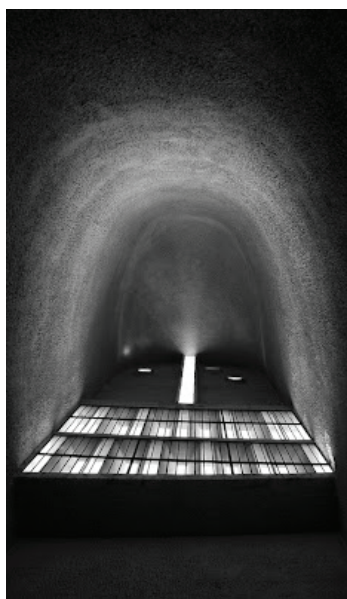
Localização: Ronchamp, França

Arquitetura: Le Corbusier

**Fig. 123. 124 125.**

Capela de Notre-Dame-du-Haut,  
Le Corbusier (Fonte: [http://2.bp.blogspot.com/-b-cNtXrkA8k/T-vwoLP4cil/AAAAAAAAARs8/b\\_UeVeTYOhI/s400/](http://2.bp.blogspot.com/-b-cNtXrkA8k/T-vwoLP4cil/AAAAAAAAARs8/b_UeVeTYOhI/s400/); [http://4.bp.blogspot.com/\\_e\\_vSrda-YB4/SwsITuK4qzI/AAAAAAAAAfg/](http://4.bp.blogspot.com/_e_vSrda-YB4/SwsITuK4qzI/AAAAAAAAAfg/); [http://s3.amazonaws.com/europaconcorsi/project\\_images/3162101/Chapelle\\_Notre\\_Dame\\_Du\\_Haut\\_large.jpg](http://s3.amazonaws.com/europaconcorsi/project_images/3162101/Chapelle_Notre_Dame_Du_Haut_large.jpg))

A Capela de Notre-Dame-du-Haut, encontra-se no topo de uma colina, envolvida por vales e vegetação. Era intenção do arquitecto, explorar formas orgânicas, onde a cobertura tem como ideia de concepção uma carapaça de caranguejo, que se eleva no sentido do altar, com um ângulo acentuado e uma curvatura complexa. Esta, com uma tonalidade escura, apoia-se nas paredes de betão revestidas a branco onde, na sua junção, surge uma fresta de luz, atribuindo-lhe uma leitura de elemento flutuante, leve e oco aquando da observação feita através do interior, ao invés de uma leitura sólida e pesada obtida do exterior. O edifício tem uma forma genericamente rectangular com eixo longitudinal no sentido Poente/Nascente, sendo configurado por quatro paredes grossas, convexas e inclinadas, que conformam as quatro fachadas. Estas, apresentam-se perfuradas aleatoriamente por vãos de várias dimensões e cores, atribuindo ao espaço interior uma complexidade lumínica inesperada. O espaço interior é ainda complementado pela luz zenital proveniente das três torres das capelas menores, reforçando o papel da luz como elemento determinante na leitura global do interior da capela. Todo o trabalho de escalas, texturas, luz e cor é para ser visto como um todo, sendo essencial na definição do carácter formal da capela (Curtis, 2008).



## Igreja de Santa Maria

Data: 1994-1996

Localização: Marco de Canaveses, Portugal

Arquitectura: Álvaro Siza Vieira

A Igreja de Santa Maria, é apenas parte do complexo paroquial de Marco de Canaveses, que previa a construção não só da Igreja, mas também de uma capela mortuária, um auditório, uma escola de catequese e a residência paroquial.

O local de implantação do projecto, apresentava algumas adversidades, nomeadamente, a proximidade a uma avenida muito movimentada e, uma grande diferença de cotas. Estas características dão o mote para a construção da igreja a um patamar elevado, criando um espaço mais recatado e protegido do tráfego urbano. Neste nível, convergem os edifícios religiosos, definindo um adro central em forma de “U”, no qual a igreja se assume como um elemento de excepção e destaque. Deste modo, a igreja eleva-se sobre um embasamento definido pela capela mortuária, que funciona como a fundação da própria igreja, e consequente claustro que faz a transição entre esta e a estrada.

A entrada recuada da igreja enfatiza a presença de duas torres da mesma altura, a do campanário (à direita) e a do baptistério (à esquerda), sendo caracterizada pela grande porta de 10 metros de altura face a uma altitude total da igreja de, aproximadamente, 18 metros. O espaço da igreja é caracterizado pela sua simetria e axialidade, pontuado pelas formas convexas da abside, que procuram realçar a relação entre os objectos e os movimentos da celebração.

A iluminação natural, é um dos aspectos mais relevantes e complexos desta obra. Ao nível da igreja temos, por um lado,



**Fig. 126. 127. 128. 129.** (de cima para baixo) Vista da fachada do altar da igreja; vista da entrada principal da igreja, com escala humana (1,80m); vista do pátio de acesso à capela mortuária; porta da igreja e respectivas torres. (Fonte: fotografias da autora)



**Fig. 130. 131. 132. 133. 134.**  
*(de cima para baixo, da esquerda para a direita)* Baptistério; luz zenital do baptistério; átrio de acesso à capela mortuária; vista geral da entrada da igreja; vista geral da assembleia e do presbitério. (Fonte: fotografias da autora)

temos uma janela baixa e comprida (a sudeste), que permite a vista para o vale de Marco de Canaveses, quando estamos sentados na assembleia, e a vista para a estrada quando se percorre a nave. Por outro lado, a luz das três grandes janelas colocadas rente ao tecto, ao logo da parede curva (a noroeste) invade a grande nave. Por último, duas aberturas por trás do altar, são assinaladas por uma luz difusa, filtrada por uma alta chaminé, dando um sentido de elevação.

Já em baixo, ao nível da capela mortuária, foi criada uma sequência de espaços, desde o claustro, seguido de uma galeria que apresenta à esquerda uma janela vertical que se contrapõe com a horizontal existente ao nível da assembleia e, de seguida, ao entrarmos na capela mortuária, deparamo-nos com a continuação da chaminé de luz, que ilumina o altar no nível superior, onde se rasgam os vãos que permitem a vista do claustro.



## **Capela de Bruder Klaus**

Data: 2007

Localização: Mechernich, Alemanha

Arquitetura: Peter Zumthor

A capela rural de Bruder Klaus, assume-se como um marco isolado num vasto campo de trigo. É definida por uma volumetria exterior austera, crua e reticulada, que se assume como um elemento vertical em contraste com a horizontalidade do terreno. O seu interior revela um espaço mais intimista e místico, que pressupõe silêncio e reflexão por parte dos visitantes.

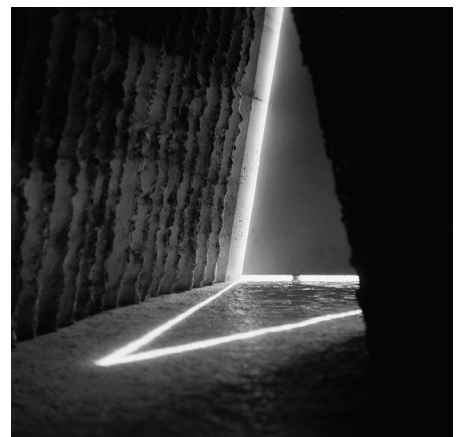
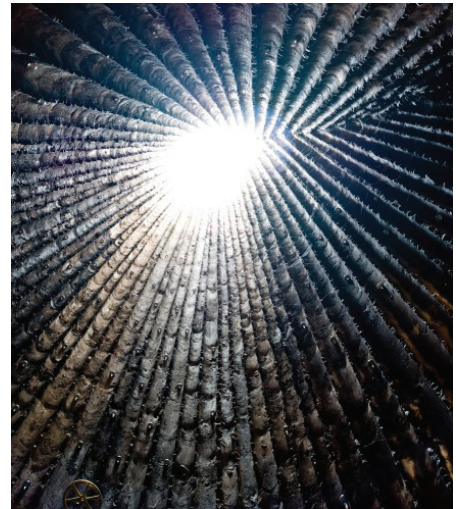
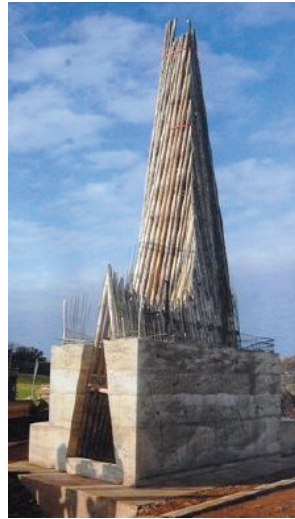
O método utilizado na construção da capela define um dos aspectos mais interessantes da mesma. Começou pela definição do seu interior com troncos de árvores dispostos em forma de tenda, sendo posteriormente elaborada uma estrutura de aço que definiu a forma exterior. Definidas as cofragens (interior e exterior), procedeu-se ao enchimento de betão por camadas. Por fim, a estrutura de troncos foi incendiada, atribuindo às paredes interiores uma tonalidade escura e uma textura rugosa e ondulada. A tonalidade carbonizada das paredes interiores, enfatiza a abertura a céu aberto deixada na cobertura, através da qual a chuva e a luz solar penetram, proporcionando uma experiência única.

Esta obra de Zumthor, destaca-se assim pela sua singularidade, onde foram explorados os elementos básicos, ar, água, terra e fogo, unificados pela luz e pelo som.

---

<sup>16</sup> Archdaily - <http://www.archdaily.com/106352/bruder-klaus-field-chapel-peter-zumthor/>. Consultado a 05/06/2014

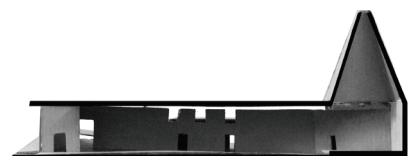
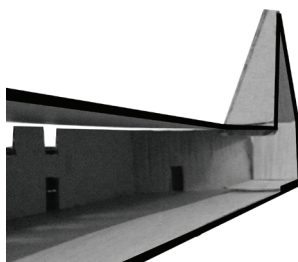
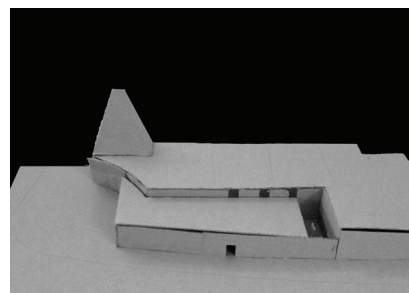
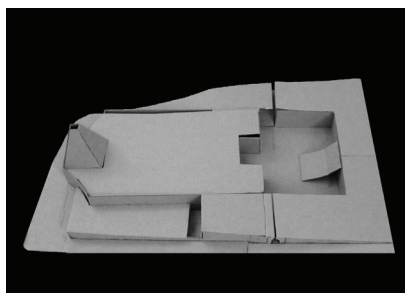
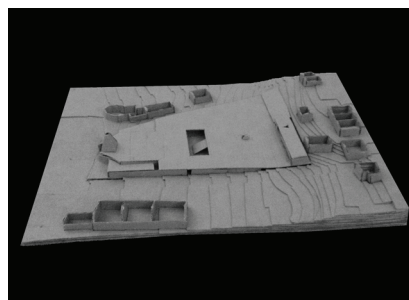
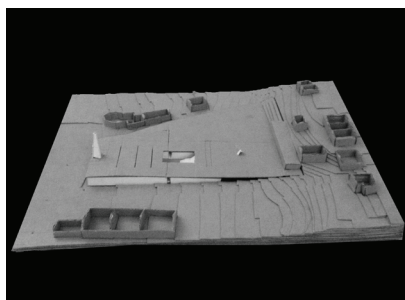
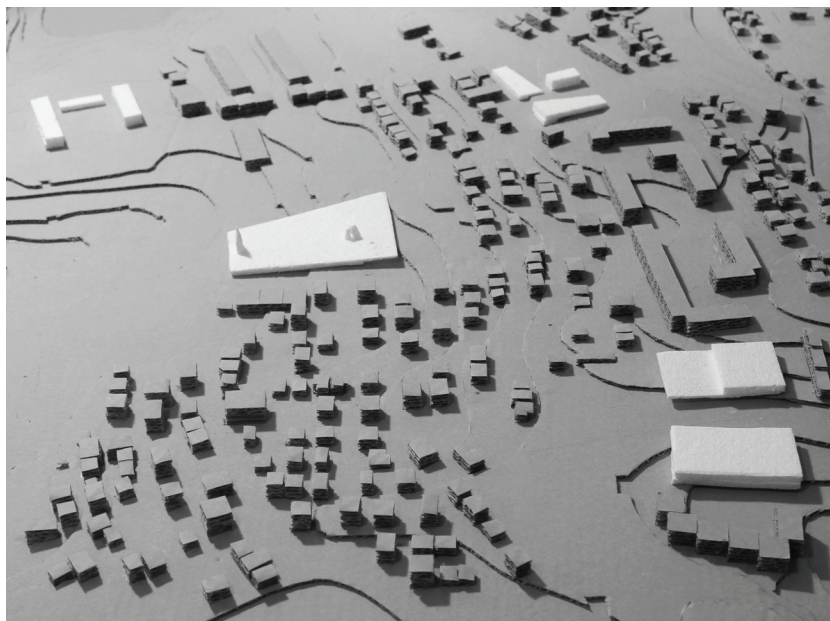


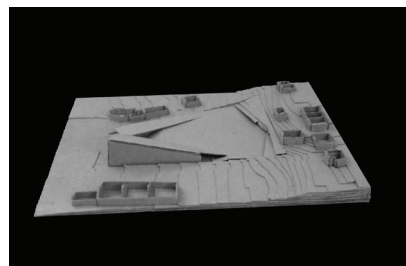
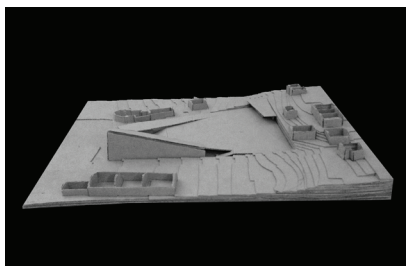
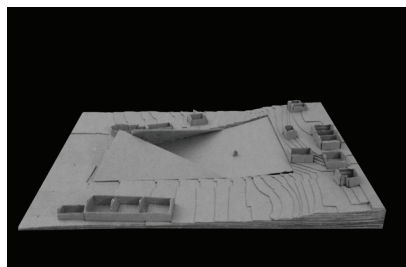
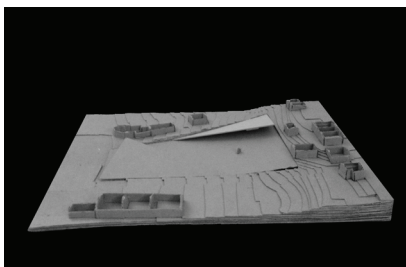
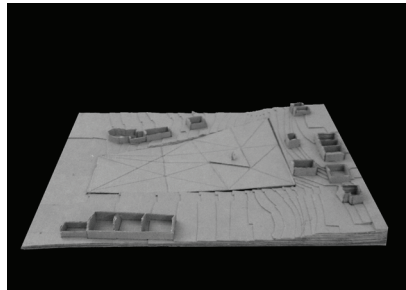
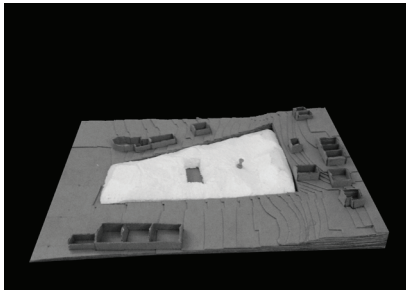
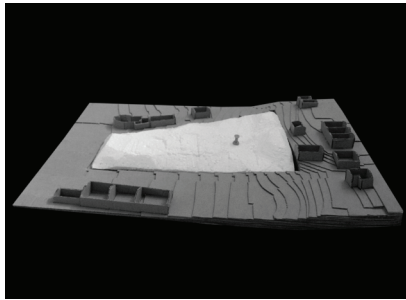
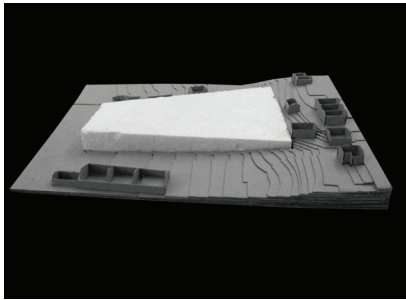


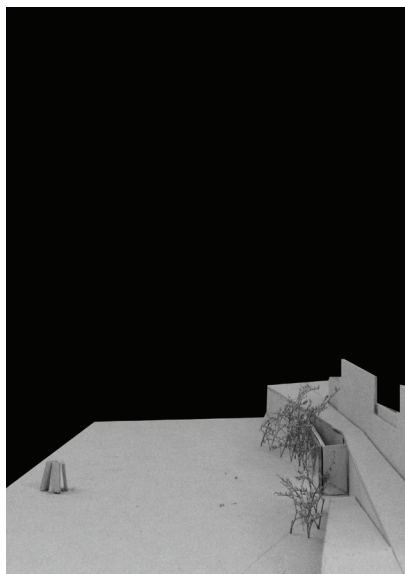
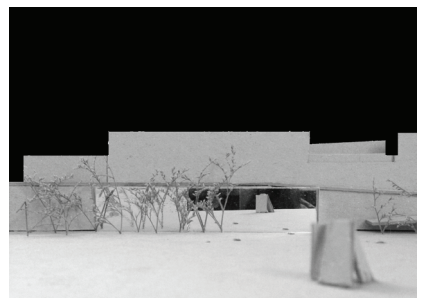
**Fig. 1.** (da esquerda para a direita, de cima para baixo)  
 Capela de Bruder Klaus em construção (Fonte: <http://media-cache-ak0.pinimg.com/736x/d0/f3/b8/>); enquadramento paisagístico da capela (Fonte: <http://ad009cdnb.archdaily.net/wp-content/uploads/2011/01/1295916571-ludwig-bruderkluschapel-no02-437x500.jpg>); luz zenital no interior da capela. (Fonte: <http://media-cache-ak0.pinimg.com/236x/1b/3b/75/1b3b75c27ad948d39da136dcee6f41ab.jpg>; <http://ad009cdnb.archdaily.net/wp-content/uploads/2011/01/1295916578-ludwig-bruderkluschapel-no06-437x500.jpg>); porta de entrada vista do exterior. (Fonte: <http://acdn.architizer.com/thumbnails-PRODUCTION/3b/e7/3be765cdba36805f58040976c7553da8.jpg>; [http://2.bp.blogspot.com/-ON1GIM4d8uKg/UrGfO3-q4zI/AAAAAAAAA2ds/lyAhbBZojA8/s1600/Peter+Zumthor+Bruder+Klaus+chapel+Mechernich+\(12\).jpg](http://2.bp.blogspot.com/-ON1GIM4d8uKg/UrGfO3-q4zI/AAAAAAAAA2ds/lyAhbBZojA8/s1600/Peter+Zumthor+Bruder+Klaus+chapel+Mechernich+(12).jpg))



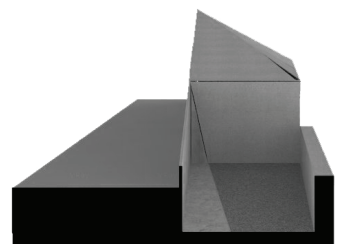
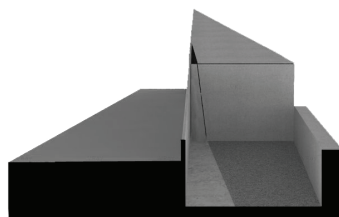
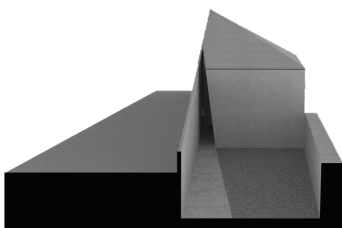
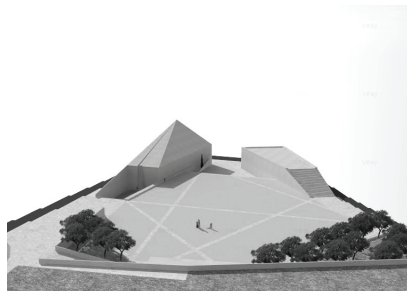
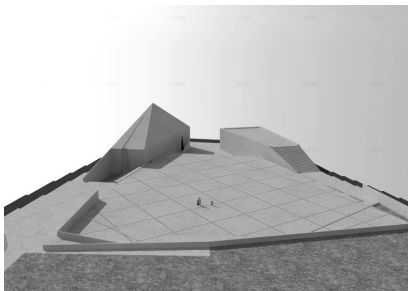
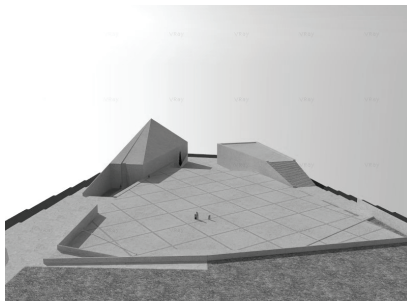
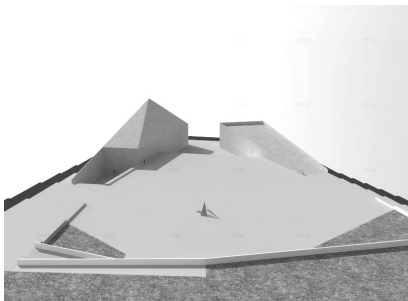
## ANEXO IV - PARTE DO PROCESSO DE TRABALHO

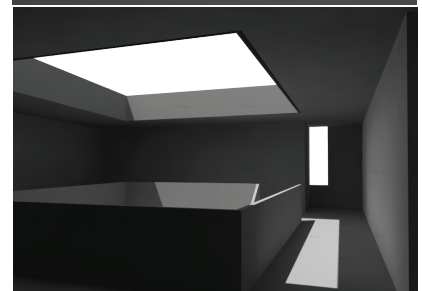
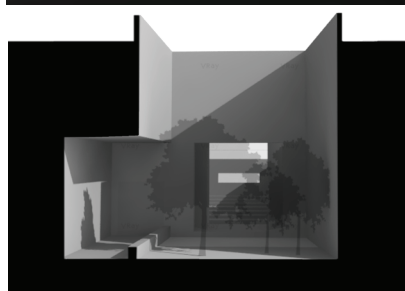
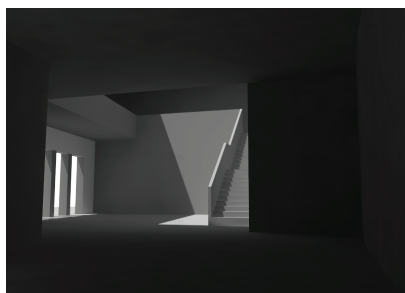
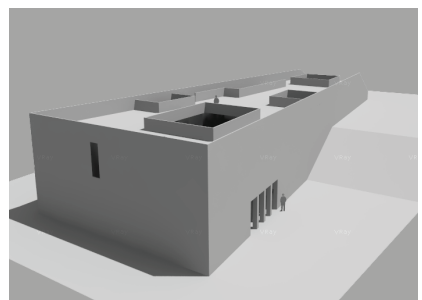
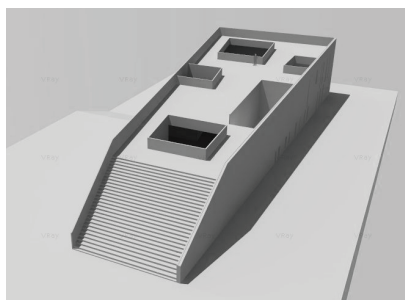




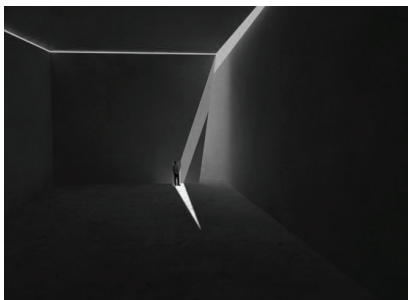


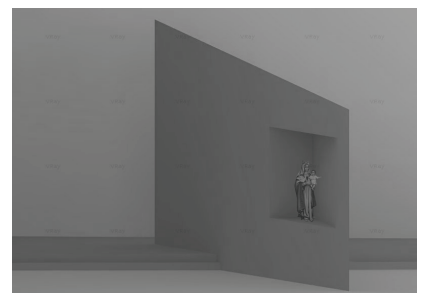
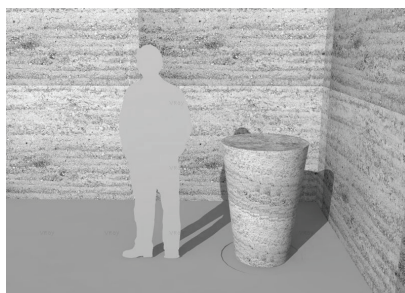
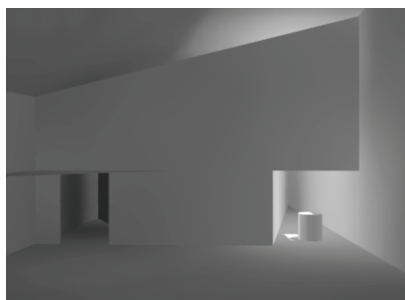




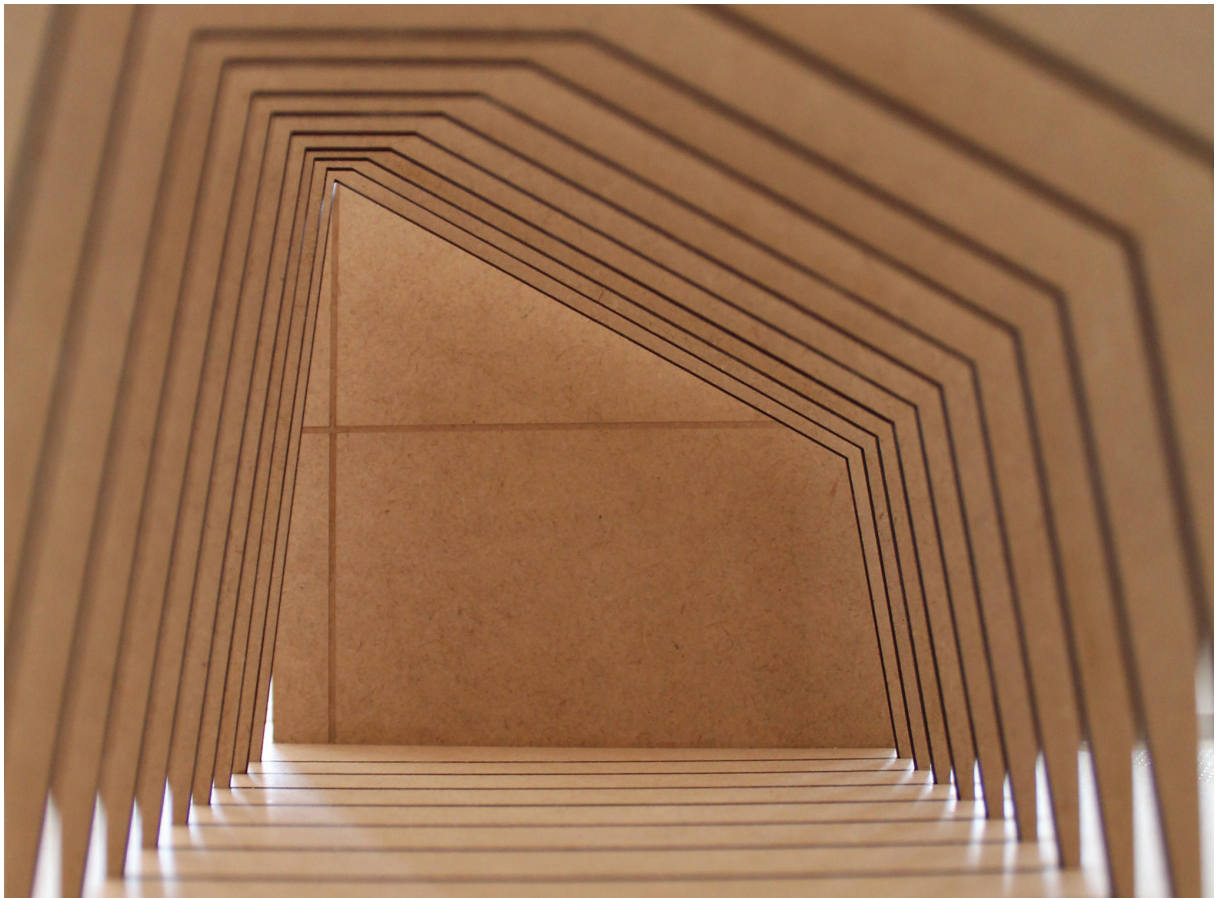




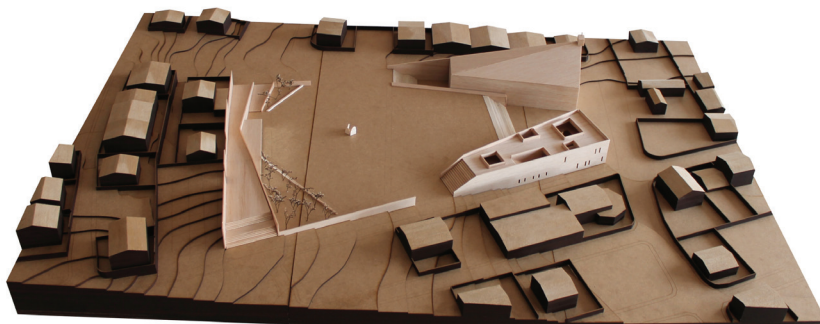


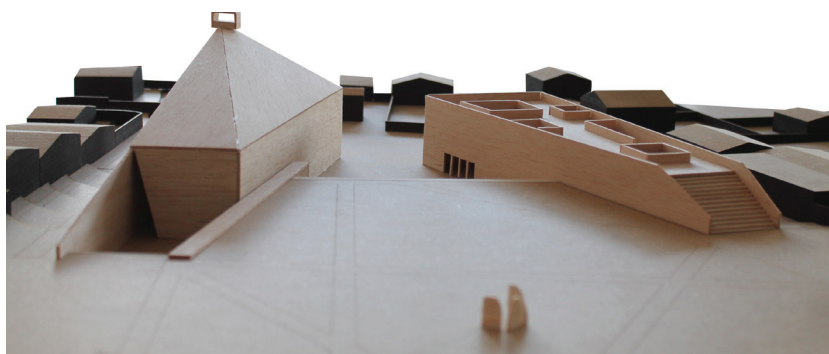
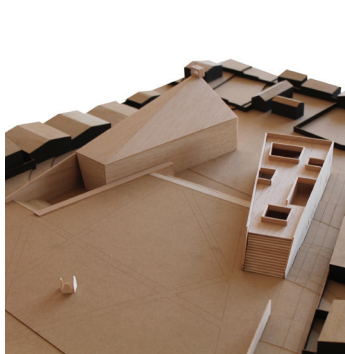
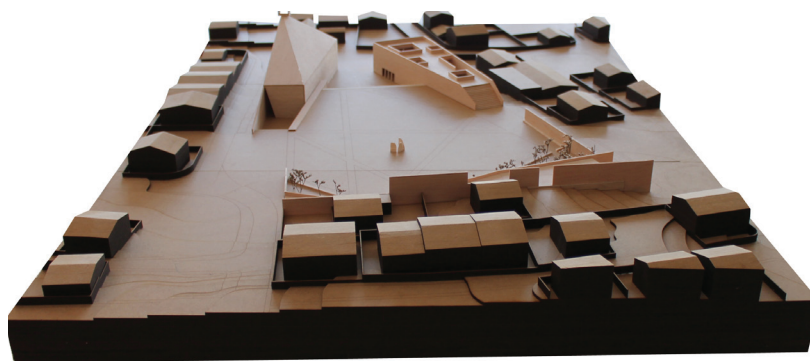










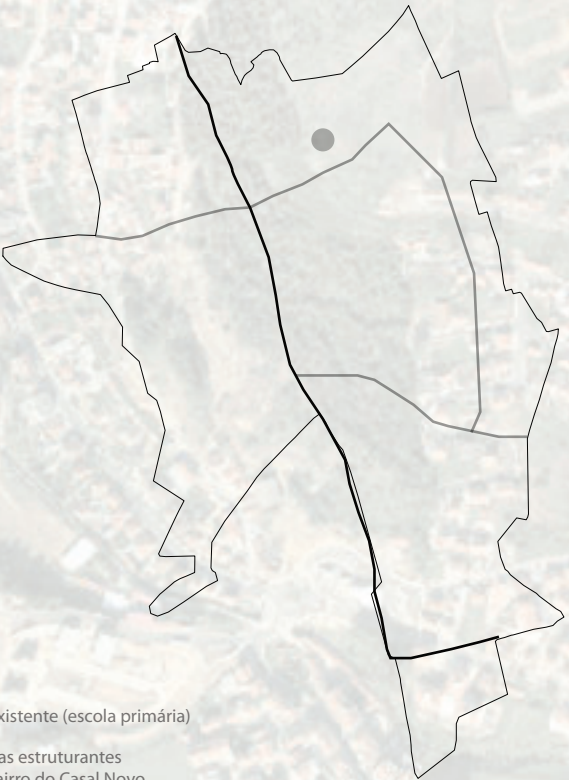
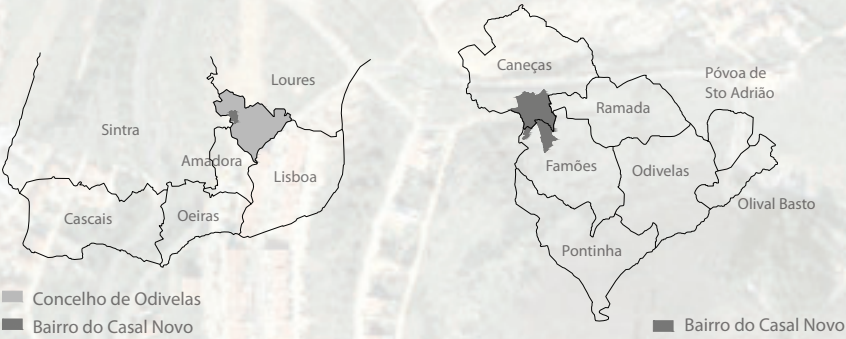






## **ANEXO V - PEÇAS DESENHADAS**







**Centro comercial e habitacional**

Comércio no r/c  
Habitação nos pisos superiores  
Mercado  
Hortas urbanas  
Parque infantil



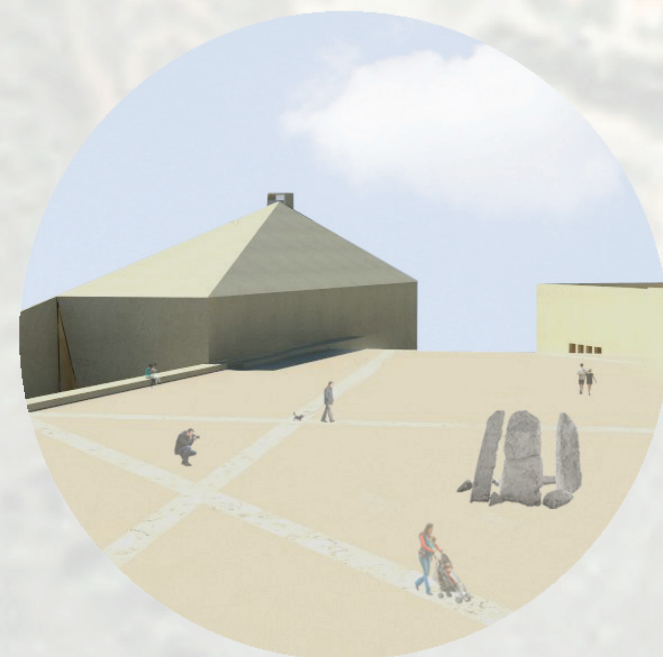
**Centro multiusos**

Associação de moradores  
Centro de dia  
Atli  
Ateliers (pintura, música, dança, etc.)  
Hortas urbanas  
Jardim



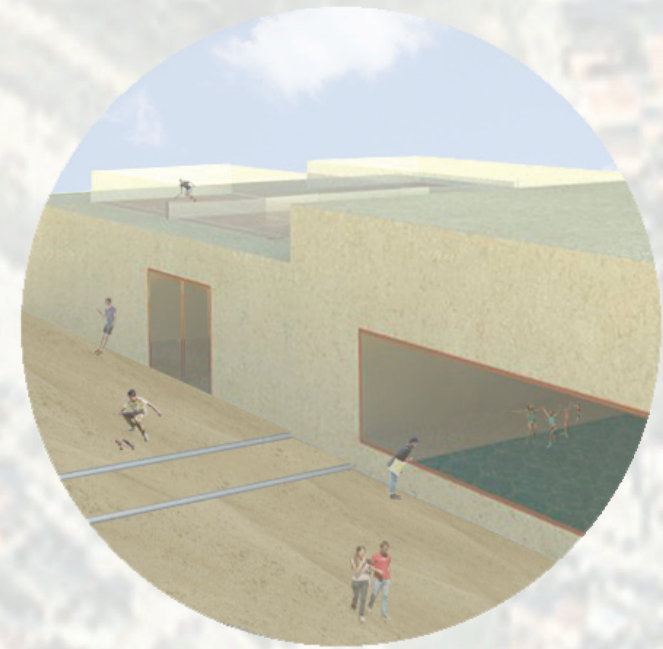
**Centro religioso e comunitário**

Igreja  
Capela mortuária  
Centro paroquial  
Centro comunitário  
Praça



**Centro desportivo**

Pavilhão multiusos (taekwondo, futsal, etc.)  
Clube de ténis  
Piscina



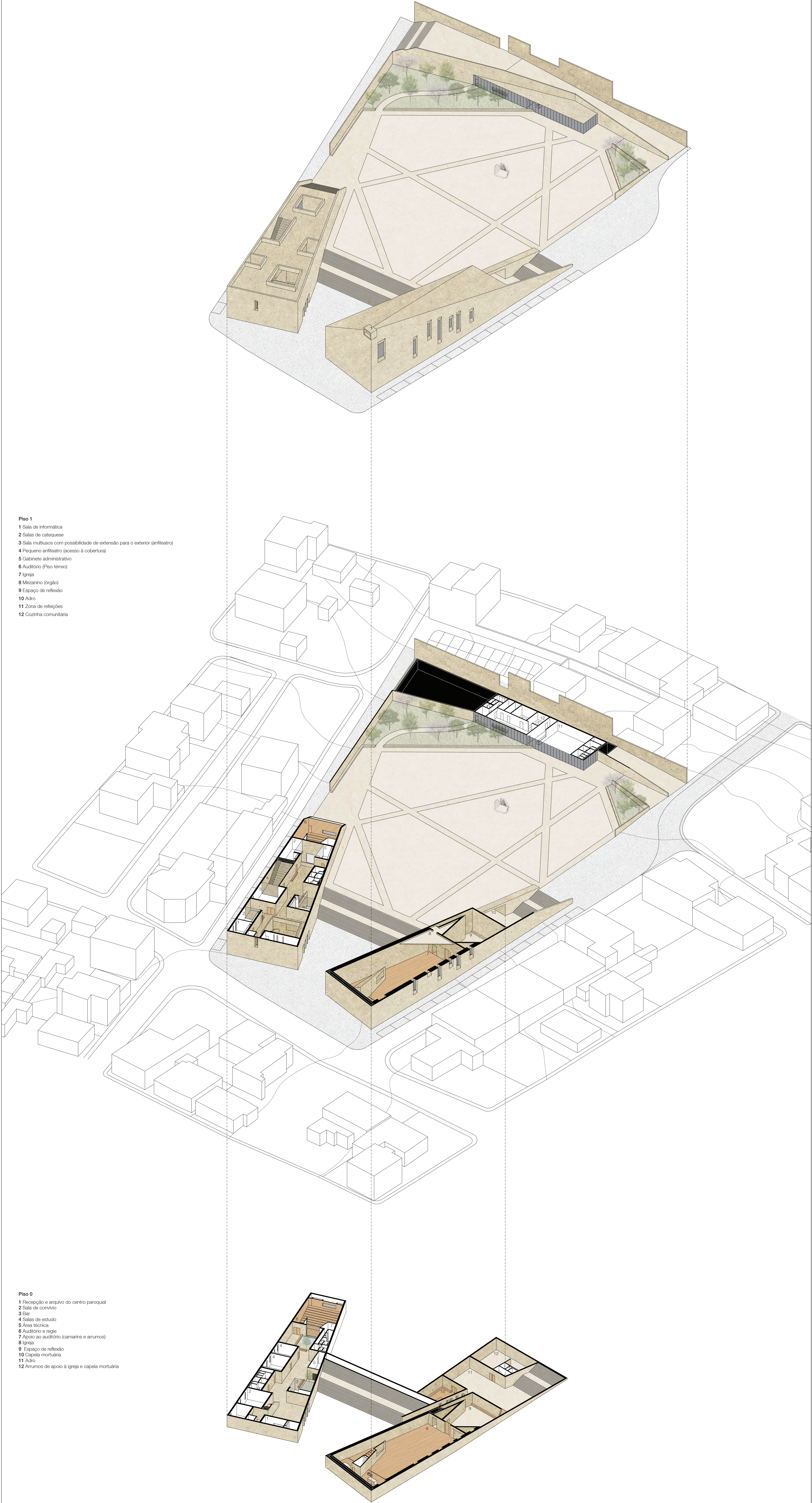




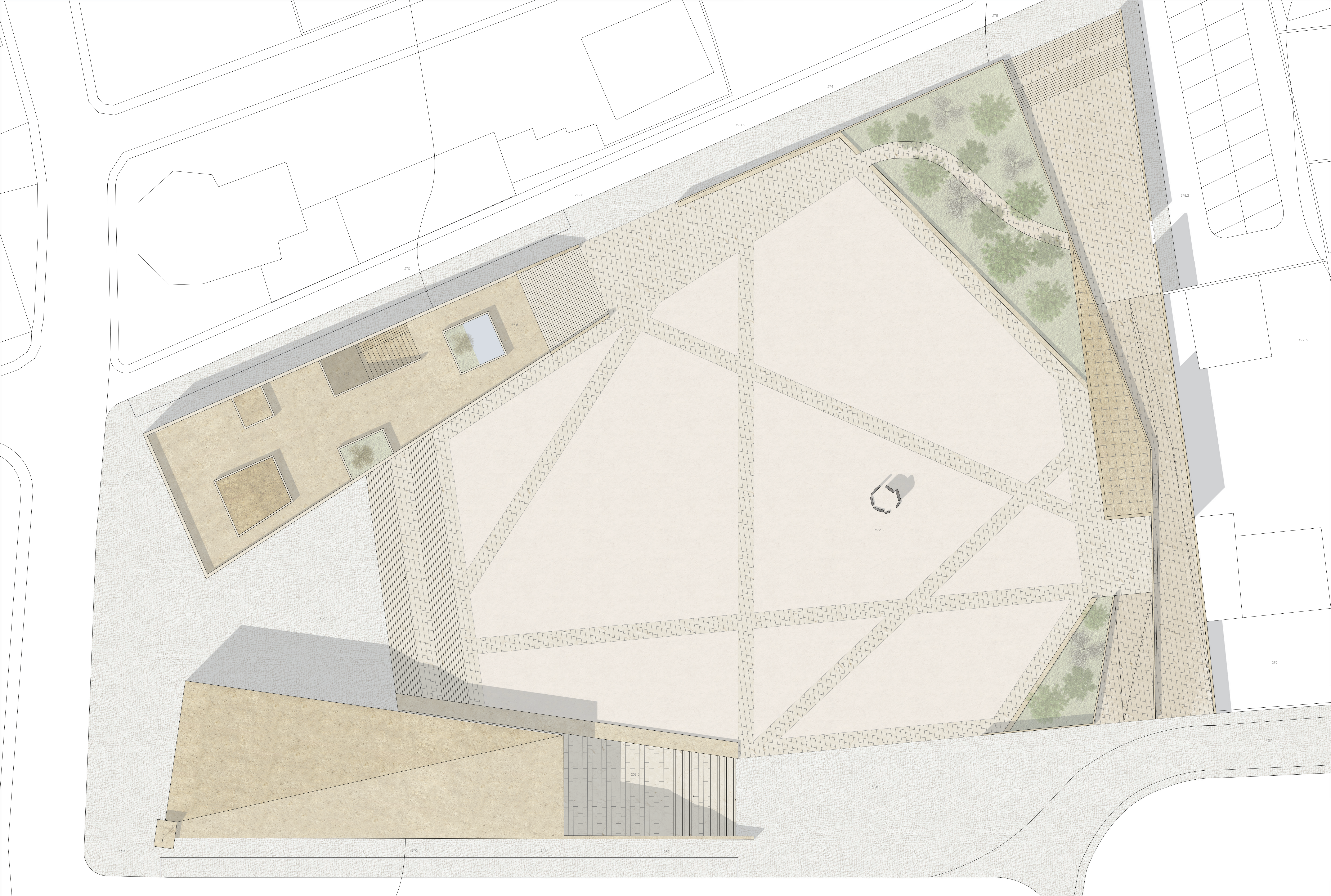






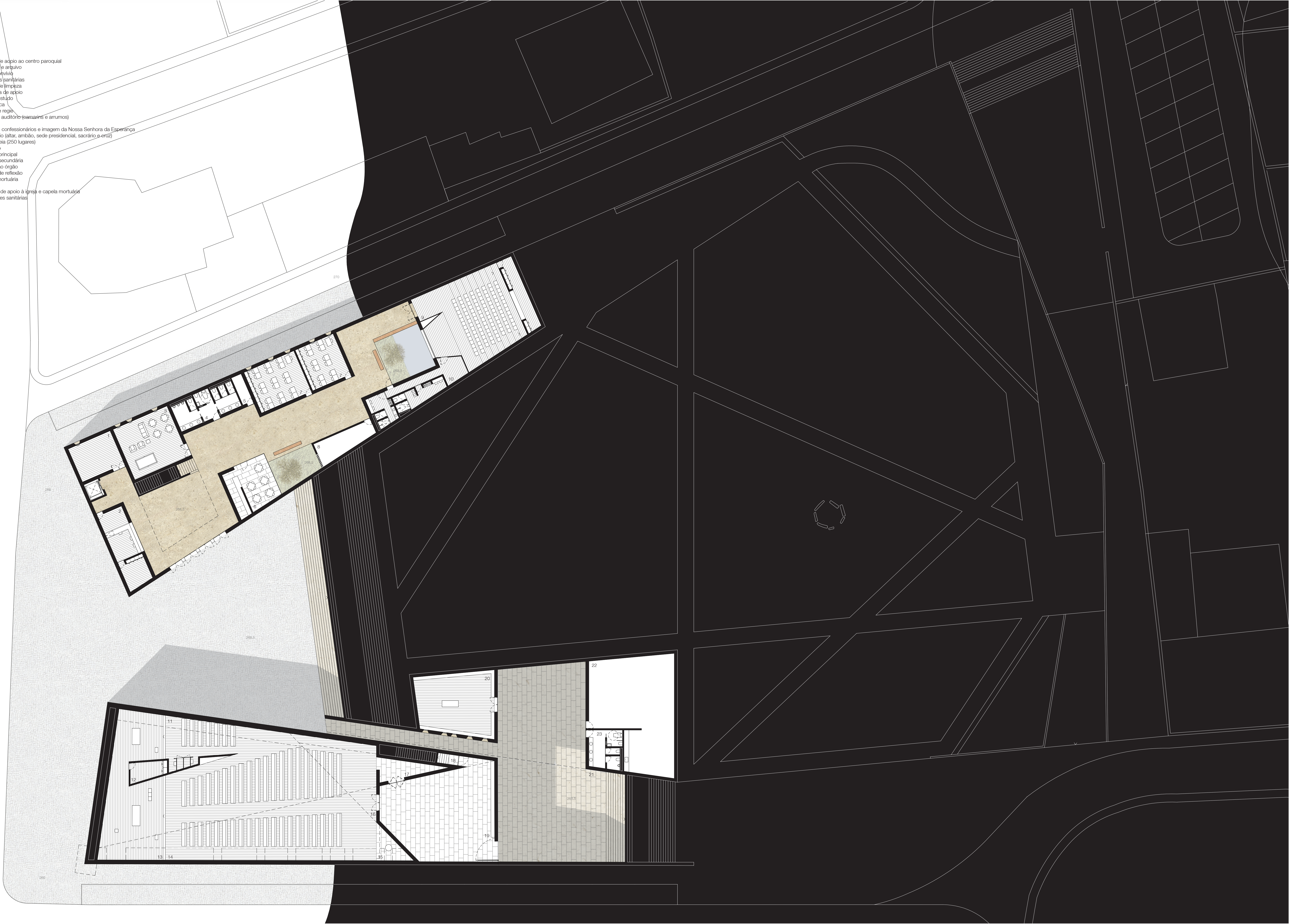








- LEGENDA
- 1 Arrumos de apoio ao centro paroquial
  - 2 Recepção e arquivo
  - 3 Sala de convivência
  - 4 Instalações sanitárias
  - 5 Arrumos de limpeza
  - 6 Bar e copa de apoio
  - 7 Salas de estudo
  - 8 Área técnica
  - 9 Auditório e registo
  - 10 Apoio ao auditório (camaquins e arrumos)
  - 11 Capela
  - 12 Sacristia, confessionários e imagem da Nossa Senhora da Esperança
  - 13 Presbitério (altar, ambão, sede presidencial, sacário e ertz)
  - 14 Assembleia (250 lugares)
  - 15 Balistério
  - 16 Entrada principal
  - 17 Entrada secundária
  - 18 Acesso ao órgão
  - 19 Espaço de reflexão
  - 20 Capela mortuária
  - 21 Adro
  - 22 Arrumos de apoio à igreja e capela mortuária
  - 23 Instalações sanitárias





LEGENDA

- 1 Sala de informática
- 2 Salas de catequese
- 3 Arrumos
- 4 Sala multiusos com possibilidade de extensão para o exterior (apiteiro)
- 5 Pequeno anfiteatro (acesso à cobertura)
- 6 Instalações sanitárias
- 7 Gabinete administrativo
- 8 Auditório (Piso térreo)
- 9 Igreja (Piso térreo)
- 10 Batistério
- 11 Mezanino (órgão)
- 12 Espaço de reflexão
- 13 Adro
- 14 Instalações sanitárias
- 15 Arrumos
- 16 Zona de refeições
- 17 Copa de apoio com ligação à cozinha
- 18 Cozinha comunitária (zona de sujos, zona de confeção, despensa, arrumos, câmara frigorífica, balneários)

